



INSTITUTO PIAGET
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares
Viseu

Relatório Final

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no
Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Manuel Augusto da Costa Queirós

MESTRADO EM ENSINO DE MÚSICA

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Manuel Augusto da Costa Queirós

Relatório Final

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Parecer

Na qualidade de Supervisor/a do Relatório Final de Estágio integrado no Mestrado em Ensino de Música apresentado pelo Mestre Manuel Augusto da Costa Queirós com o título

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do vale do sousa e Centro Cultural de Amarante

declaro:

que o trabalho realizado cumpre os requisitos científicos, metodológicos e formais que são pertinentes para a apresentação e defesa perante o Júri designado para a avaliação do mesmo.

Em consequência, considera-se que seja autorizada a data para a avaliação que resultará na concessão do título de MESTRE.

Viseu, ____ de Setembro de 2018

(Professor Doutor Alexandre Andrade)

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Manuel Augusto da Costa Queirós, autor do Relatório Final intitulado “A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante” declaro que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Viseu aos _____ de setembro de 2018

Manuel Augusto da Costa Queirós

Relatório final apresentado ao ISEIT-Viseu,
como parte dos requisitos para a obtenção
do grau de Mestre em Ensino de Música:
ESPECIALIZAÇÃO – INSTRUMENTO /
TROMPETE

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Sumário

A temática deste trabalho centra-se no ensino do instrumento trompete, tendo como plano central a motivação para a prática de música a solo e em conjunto, dos alunos do ensino básico e secundário.

Neste contexto, e seguindo uma metodologia de observação participante, foi elaborado um questionário com perguntas abertas aos alunos da classe de Trompete das escolas que eu lecciono, que são o Conservatório do Vale do Sousa e o Centro Cultural de Amarante.

Os resultados referentes a este questionário foram obtidos através da análise de conteúdo das respostas apresentadas. A apresentação dos resultados evidencia a existência de diferentes motivos que levam os alunos a envolverem-se nas aprendizagens musicais, assim como reflete a abordagem dos outros agentes educacionais e culturais sobre música e o ensino da música.

O trabalho desenvolvido vem suscitar a importância de se estimular não só para as aprendizagens musicais que daqui advêm, mas também a criação de estratégias motivacionais que os alunos sentem ser mais eficazes para se envolverem no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave

Motivação, processos motivacionais na aprendizagem musical e individual no ensino do trompete;

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Abstract

The theme of this work is focused on the teaching of the trumpet instrument, having as central plan the motivation for the practice of music solo and together, of the students of primary and secondary education.

In this context, and following a methodology of participant observation, a questionnaire was elaborated with questions open to students of the trumpet class of the schools I teach, which are the conservatoire of Vale do Sousa and the Cultural center of Amarante.

The results related to this questionnaire were obtained through the content analysis of the responses presented. The presentation of the results evidences the existence of different motives that lead students to engage in musical learning, as well as reflect the approach of other educational and cultural agents about music and the teaching of music.

The work developed raises the importance of stimulating not only the musical learning that comes from here, but also the creation of motivational strategies that students feel are more effective in getting involved in the teaching-learning process.

Key words

Motivation, motivational processes in musical and individual learning in the teaching of the trumpet;

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Agradecimentos

Ao meu professor orientador, Professor Mestrado António Leal, que com responsabilidade e amizade soube orientar-me de maneira a que todo este trabalho tivesse sucesso, ora transmitindo confiança e apontando com sabedoria e experiência os caminhos a seguir para obter sucesso.

Ao Conservatório do Vale do Sousa e o Centro Cultural de Amarante, entre as quais destaco os respetivos diretores pedagógicos, que desde o primeiro dia do estágio estiveram sempre dispostos ajudar.

Às Professoras e Professores do Instituto Jean Piaget Campus de Viseu, que com mestria e sabedoria ajudaram a desenvolver-me através das suas críticas construtivas, através do diálogo antes e depois das aulas e através da partilha dos seus conhecimentos.

Sem a sua ajuda não seria possível concretizar este projecto.

Um agradecimento em especial Prof. Doutor Alexandre Andrade, pela forma como orientou a execução deste trabalho, bem como pela sua disponibilidade ao longo de toda a investigação.

E por fim à minha esposa, Célia e ao meu filho Santiago, que desde o primeiro momento estiveram sempre dispostos a incentivar-me sempre sem reservas, até nos momentos mais difíceis.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Índice

Sumário	iii
Abstract	v
Agradecimentos	vii
Índice	ix
Introdução	1
Capítulo 1	
Contextualização do Ensino Artístico Especializado da Música.....	3
1.1 Ensino Genérico	3
1.2 Caracterização do Conservatório do Vale do Sousa.....	7
1.3 Projeto Educativo	9
1.4 Caracterização da Sala de Aula	10
1.5 Desenvolvimento da Prática Pedagógica.....	11
1.6 Caracterização dos alunos	13
Capítulo 2:	
A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete	17
2.1 Enquadramento teórico.....	18
2.2 Algumas das Principais teorias de Motivação	19
2.3 A Motivação: Estruturas e Funcionamento	22
2.4 Objetivo da Motivação	24
2.5 Motivação E Aprendizagem	26
2.6 Motivação em Contexto de Sala de Aula	28
2.7 Sucesso e Insucesso Escolar	31
Capítulo 3: Projeto de Intervenção	
3.1 Introdução	39
3.2 Apresentação e Discussão dos Resultados	41
Conclusão	47
Bibliografia	49

Sitografia	51
Anexo A	53
Anexo B	54
Anexo C	63
Anexo D	65
Anexo E	100
Anexo F	100
Anexo G	101

Introdução

“Na perspectiva de um ensino reflexivo que se apoia no pensamento prático do professor, a prática e a figura do formador são a chave do currículo de formação profissional dos professores.” (Schön, 1992:113)

Este relatório vem no seguimento do estágio profissional realizado no âmbito da unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada do Mestrado em Ensino de Música do Instituto Piaget e desenvolvido no Conservatório do Vale do Sousa, estágio esse que me concedeu novas ferramentas de trabalho para poder ser melhor professor.

Numa primeira fase, irá ser feito o enquadramento do ensino especializado da música, e de seguida é apresentada a instituição de ensino ao nível da sua contextualização histórica, na qual foi efectuada a prática pedagógica.

Numa segunda fase, será apresentada a descrição da prática pedagógica desenvolvida, bem como a identificação e caracterização dos alunos, identificação dos objetivos gerais e específicos da aula, definição da metodologia de avaliação, planificações e os relatórios de aula.

Numa última fase apresenta-se a reflexão crítica referente á prática efetuada.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do
Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

1. Contextualização do Ensino Artístico Especializado da Música

1.1 – O ensino genérico

A década de 70 mostra um período de transição do sistema de ensino Português, contemplando a reforma da educação artística.

O Projeto de Reforma do Sistema Escolar apresentado pelo Professor Doutor Veiga Simão, (então Ministro da Educação Nacional) em Janeiro de 1971, marcou alterações a nível das artes. Esta reforma representa uma rutura com a elitização do ensino, tornando-o acessível a todas as pessoas.

Com o Projeto de Reforma do Sistema Escolar, o currículo comum dos cursos passou a incluir as disciplinas de Educação Musical, Composição, História da Música e Acústica (tendo o Canto Coral e a Música de Conjunto um caráter facultativo). Enquanto, o currículo individual é constituído por uma única disciplina: Composição, Instrumento ou Canto (Palheiros, 1993, 41).

A Reforma Veiga Simão só foi decretada e promulgada no Diário do Governo em 25 de Julho de 1973, e com esta Reforma estava lançado o mote para a criação da Lei de Bases do Sistema Educativo. A Fundação Calouste de Gulbenkian, através da figura de Madalena Perdigão, promoveu cursos de formação para docentes e educadores no âmbito das Artes (Música, Teatro e Dança), *com o objetivo de implementar a iniciação musical e artística das crianças e dos jovens* (Sousa, 2010, 40).

O Decreto de Lei n.º 310/83, de 1 de Julho, mais conhecido pelo 310 insere o ensino artístico (ensino vocacional de música) nos moldes gerais de ensino em vigor através da reconversão dos Conservatórios de Música em Escolas Básicas e Secundárias, criando as respetivas escolas Superiores de Música inseridas na estrutura de Ensino Superior Politécnico.

“Assim, a partir de 1971 o ensino do Conservatório Nacional foi colocado em regime de experiência pedagógica; ao abrigo deste regime reorganizaram-se os planos de estudos e os programas e tentou-se, por um lado, a integração do ensino artístico com o ensino geral do mesmo nível e, por outro, a integração na mesma instituição do ensino de várias artes. Deste

modo, para além dos cursos de Música e de Teatro, tradicionalmente ali ministrados, foram criados os cursos de Dança, de Cinema e de Educação pela Arte.” (Preâmbulo)

Este decreto provoca uma verdadeira agitação no ensino da música, uma vez que termina com um modelo de ensino que perdurava há vários anos. O Conservatório de Lisboa e Porto passaram a funcionar como escolas de música de nível secundário e cria as Escolas Superiores de Música de Lisboa e do Porto, integrados no ensino politécnico (Cap. III, Secção I, Art.º. 19.º).

A sua reestruturação propôs-se, essencialmente a: a) a sua inserção nos diferentes níveis de ensino, básico, secundário e superior; b) a integração curricular nos ensinos preparatório e secundário, em regime de ensino integrado ou articulado; c) a integração no ensino superior politécnico (Palheiros, 1993, 42).

Ainda assim, é dada a possibilidade de continuar a frequentar em regime supletivo, uma vez que há alunos que pretendem acumular com outros estudos ou trabalhos profissionais. O regime supletivo pretende, também, contemplar os casos de vocações tardias, dada a não correspondência do ano de escolaridade do ensino regular com o grau de ensino vocacional (Cap. I, Secção I, Art. 6.º)

Em suma, a frequência nos cursos de Ensino Artístico Especializado (EAE) passou a ser possível num dos seguintes regimes: integrado, articulado e supletivo, onde os planos de estudo destes cursos são definidos pelo Despacho nº 76/SEAM/85 (Vieira & Soutelo, 2014).

O atual quadro geral do sistema educativo rege-se pela Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro. Esta lei estabelece os princípios gerais que a reforma educativa deverá obedecer, criando uma estrutura única de ensino. Nos objetivos gerais desta estabelece direitos, tais como o de todos os Portugueses terem direito à educação e à cultura, assim como criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos, fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional.

Em 1988, no Porto, surge o Gabinete para a Educação Tecnológica, Artística e Profissional (GETAP) com atribuições de conceção, orientação e coordenação no âmbito do ensino não superior, pelas mãos do ex-ministro da educação Eng. Roberto Carneiro. O

GETAP abre caminhos na área do ensino artístico e profissional (Sousa, 2010) e propõe a criação de escolas profissionais de música, sendo pioneiras a Artave, em Santo Tirso, a Escola Profissional de Música de Espinho e a Esproarte, em Mirandela.

Apesar dos contínuos esforços para provar que o ensino em regime integrado é o mais adequado, o regime articulado e o regime supletivo predominam. Até 2007, apenas o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga e a Academia de Música de Santa Cecília funcionavam em regime integrado, com autonomia.

Para solucionar algumas lacunas no sistema de ensino e clarificar procedimentos organizativos e institucionais, em 2007, foi publicado o Estudo de Avaliação do Ensino Artístico – Relatório Final (Vieira & Soutelo, 2014). Após a sua publicação, começa uma nova reestruturação que leva a um aumento significativo do número de alunos no EAE e culmina com a publicação da Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, que criou os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano, aprovando os respetivos planos de estudo.

...harmonizam as diferentes componentes curriculares e permitem a diversidade de ofertas formativas de ensino artístico especializado, tomando, simultaneamente, em consideração a necessidade de todos os alunos poderem desenvolver as competências essenciais e estruturantes relativas a uma educação básica dentro da escolaridade obrigatória (Preâmbulo da Portaria n.º 691/2009)

A Portaria n.º 691/2009, prorroga pela introdução do conceito de Ensino Instrumental em Grupo na escola de música especializada, ainda que com alguns limites: *metade da carga horária semanal atribuída à disciplina de Instrumento é lecionada individualmente, podendo a outra metade ser lecionada em grupos de dois alunos (artigo 7.º, n.º 5, alínea b).*

Desde o Decreto de Lei n.º 310/83 que as disciplinas de Classes de Conjunto, Orquestra, Música de Câmara, Coro, passaram a assumir particular importância nos planos de estudos. Contudo, convém distinguir música de conjunto, de ensino instrumental em grupo.

A Portaria n.º 691/2009 viria a ser revogada pela Portaria 225/2012, de 30 de Julho, em que iria consentir uma maior flexibilidade no currículo do curso básico de música,

nomeadamente nos tempos a atribuir a cada disciplina, desde que dentro dos limites estabelecidos, mínimos e totais, de carga horária (Vieira & Soutelo, 2014).

Posteriormente, é publicada a Portaria nº 243-B/2012, de 13 de Agosto, que cria o Curso Secundário Artístico Especializado de Música, Dança, de Canto e de Canto Gregoriano. Esta Portaria aprova ainda os respetivos planos de estudos, regularizando diferentes aspetos relacionados com o funcionamento dos mesmos (Vieira & Soutelo, 2014).

Em Portugal, o Ensino Especializado da Música (EEM), está sujeito à desorganização e regras do Ensino chamado Regular. Esta situação de carência deve-se ao fato de o EE crescer lentamente em comparação com as disciplinas da Escola Pública.

“...Ou seja, o EEM, pela sua reduzida expressão territorial na Escola Pública, pela subvalorização dos seus trabalhadores e professores, pela insuficiência do investimento para a sua ampliação e fortalecimento e pelos impactos tremendos resultantes do plano de “Refundação do Ensino Artístico”, encontra-se ameaçado na sua qualidade, democraticidade e mesmo na sua existência enquanto resposta pública...” (Vieira & Soutelo, 2014, 26)

Através da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, o EAE, tem a sua maior dimensão no Ensino Particular e Cooperativo, onde atualmente se incluem mais de uma centena de escolas espalhadas por todo o país.

As Escolas de EAE garantem um serviço público de referência, garantindo uma formação artística de qualidade para além de funcionarem como polos de dinamização social, cultural e económica das regiões onde se inscrevem.

1.2 Caracterização do Conservatório do Vale do Sousa

O Conservatório do Vale do Sousa, outrora designado Academia de Música da Associação de Cultura Musical de Lousada, nasceu no seio da Associação de Cultura Musical de Lousada e estabeleceu-se através de um protocolo assinado entre o Presidente da Associação e um técnico da Inspeção-geral de Educação.

De acordo com o relatório proveniente da IGE e pelo Despacho de 19 de Setembro de 1994, assinado pelo Diretor do Departamento do Ensino Secundário, foi autorizado o funcionamento provisório (Ofício Circular nº 13 048/94), a partir do ano letivo 1994/95, da Academia de Música da Associação de Cultura Musical de Lousada.

Esta autorização englobou o funcionamento do 1º Grau dos Cursos Básicos de Viola Dedilhada, Piano, Flauta Transversal, Saxofone, Clarinete, Trompete, Trombone, Tuba e Percussão, em regime de planos e programas oficiais ao abrigo da Portaria nº 294/84, de 17 de Maio.

A Academia de Música da Associação de Cultura Musical de Lousada, ficou sediada na Praça da República – Cristelos – 4620 Lousada e foi seu Diretor Pedagógico, entre 1994 e 1998: Alberto Vieira.

No dia 2 de Novembro de 1998 foram inaugurados, oficialmente, o Auditório e Academia por sua Ex.^a o Sr. Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, datando a sua nova sede: Avenida Cidade Errenteria – Quinta das Pocinhas – 4620 Lousada.

Nos termos do nº 5 do art.º. 28 do Decreto-Lei 553/80, de 21 de Novembro e do Decreto-Lei no 71/99, de 12 de Março, foi concedida, por Despacho de 3 de Maio de 1999, autorização definitiva de funcionamento nº 2/DREN, a partir do ano letivo 1998/1999.

A Academia de Música da Associação de Cultura Musical de Lousada ficou autorizada a ministrar em regime de planos e programas oficiais, os Cursos Básicos de Clarinete, Flauta Transversal, Piano, Percussão, Saxofone, Trombone, Trompete e Viola Dedilhada. Ficou seu Diretor Pedagógico até 2003: Arnold Richard Allum.

Desde o ano letivo 2003/2004 a Direção Pedagógica passou a ser constituída, até final desse ano, por Margarida Reis, Rosário Valinho e Fernanda Alves, assumindo uma constituição colegial. Desde 2004, até a atualidade a Direção Pedagógica é dirigida por Fernanda Alves.

No ano letivo 2005/2006 foi votada por unanimidade em Assembleia-Geral e aprovada pela DREN, a alteração da designação de Academia de Música da Associação de Cultura Musical de Lousada para Conservatório do Vale do Sousa.

Atualmente o Conservatório do Vale do Sousa ministra Cursos de Música no âmbito oficial e não oficial no sentido de proporcionar uma possível aprendizagem musical a um maior número de indivíduos, independentemente das suas pretensões profissionais.

1.3 Projeto Educativo

Trata-se de um documento bastante extenso, mercê do aprofundamento e delineação das suas linhas de intervenção pedagógica e comunitária.

Neste documento podemos consultar todo o historial que deu origem ao surgimento do conservatório, porque regras a comunidade escolar se rege, assim como é referido a interação com as diversas autarquias e freguesias da região do Vale do Sousa, assim como as freguesias do concelho de Lousada onde o conservatório tem sede.

Nele também consta a interação com as diferentes escolas do ensino regular e particular cooperativo, com instituições sociais, com outras organizações comunitárias e sobretudo com os serviços sociais de apoio às famílias, bem como aos serviços de saúde e de avaliação e intervenção pedagógicas de natureza multidisciplinar.

Não cabendo nem competindo a este estudo a dissecação e análise deste documento do Projeto Educativo de Escola, mas reconhecendo a sua importância primordial, o mesmo pode ser objeto de análise no website da escola (<http://www.acmlousada.pt>).

1.4 Caracterização da sala de aula

As aulas de Trompete, à semelhança dos outros instrumentos são lecionadas no edifício do Conservatório do Vale do Sousa, em particular na sala 14.

A sala possui boas condições acústicas para a prática deste instrumento assim como de outros; possui um isolamento acústico razoável, bem como uma janela ampla que permite a entrada de luz natural; tem ainda uma excelente luz artificial.

Na sala temos ainda duas mesas de apoio, duas cadeiras, um banco e um piano vertical, em muito bom estado de conservação e sempre afinado, que também é usado em todas as aulas para acompanhamento dos alunos de trompete.

Os alunos da classe de trompete normalmente adquirem desde muito cedo o seu instrumento, embora o conservatório disponha de um trompete em si bemol e um fliscorne em ótimo estado. Este último é um instrumento adquirido recentemente pela escola, para satisfazer uma carência no ensino do instrumento, pois uma vez que, o mesmo possui características sonoras diferentes, permitindo um estudo mais aprofundado de alguns dos instrumentos que compõe a família do trompete.

1.5 Desenvolvimento da Prática Educativa

O trabalho desenvolvido pelos alunos e professores ao longo do processo de aprendizagem e aquisição de competências musicais reveste-se de grande complexidade. A concentração e a atitude reveladas e disponibilizadas por um aluno no processo de superação de uma nova dificuldade estão, em grande medida, relacionadas com fatores de natureza humana (confiança no professor e em si, respeito pelo mesmo, experiências anteriores), e com fatores psicológicos, sociológicos que determinam a adoção de determinadas perspetivas do aluno sobre si mesmo e do professor sobre o aluno.

Certos condicionalismos físicos poderão, também afetar este processo, por exemplo mudanças inesperadas de embocadura, bem como a necessidade de ajustar os pontos de apoio do instrumento e a respiração. Estas situações tendem a ser transitórias e, se bem entendidas e encaminhadas pelo professor, não colocarão em causa as competências musicais adquiridas, nomeadamente, as motoras. Poderão requerer, no entanto, que o professor flexibilize alguns aspetos técnicos – para que o aluno integre os ajustes realizados na sua prática instrumental.

Essa capacidade de análise, que um professor deverá conseguir adquirir ao longo do seu próprio processo de evolução profissional e de crescimento pedagógico, tanto pelo contacto com as diversas situações, como pelo aprofundamento da sua investigação pessoal neste domínio, é fundamental para o grau de sucesso que um aluno atinge num dado espaço de tempo. Ambos estão condicionados, numa partilha que envolve a capacidade de análise e intervenção do professor e a confiança e motivação que o aluno demonstra, e que se traduz na forma como este operacionaliza os conteúdos e estratégias que o professor lhe propõe.

Em Portugal as aulas de instrumento são de carácter individual, e em algumas escolas do ensino especializado da música as mesmas têm um tipo de duração diferente por exemplo quarenta e cinco minutos, enquanto nos restantes conservatórios nacionais foram implementadas aulas de noventa minutos, e por isso torna-se fundamental que a comunicação entre os agentes aluno-professor seja mais clara e eficaz possível. Assim, e apesar de todos os aspetos e condicionalismos que possam surgir na sala de aula, a confiança e a segurança no e do professor têm de dotar o aluno de recursos internos para

criação e desenvolvimento de competências cognitivas, metacognitivas e de motivação intrínseca, essenciais para a sua evolução musical.

1.6 Caracterização dos alunos

Piaget descreve a aprendizagem como sendo uma medida em relação às competências cognitivas de cada estágio. Desenvolve então a sua teoria com base gênese (ou desenvolvimento) do conhecimento.

Para Piaget os professores devem ter várias estratégias para comunicarem com os alunos na sala de aula, pois só assim será a melhor forma de transmitir os seus conhecimentos para que os alunos não se desmotivem, ele ainda atribui muita importância à aprendizagem espontânea e autorregulada, ou seja, o professor pode ensinar, mas se o aluno não estiver interessado/disponível ou motivado, o círculo do conhecimento do ser humano é quebrado, e sendo assim o professor deve ter sempre um vasto leque de estratégias para poder transmitir o conhecimento.

O construtivismo defende a ideia de que o ser humano não nasce inteligente, e que o comportamento, o desenvolvimento da inteligência são o resultado de uma progressiva construção do conhecimento em interação com o meio físico e social, e por isso também se pode chamar de interacionismo.

Este modelo serve-se da filosofia e da psicologia para explicar a origem e o desenvolvimento da inteligência, e segundo Piaget, *“a inteligência é o resultado de o ser humano ser capaz de se adaptar a novas situações e realidades”*. A construção do conhecimento também se deve ao facto de durante o período de aprendizagem o ser humano realizar diversas atividades que são repetidas vezes sem conta, de maneira a que seja autónomo e possa explorar o mundo à sua volta.

O conhecimento para Piaget, surge sempre que o sujeito interage com o meio, e sendo assim ele também defende que a criança não nasce constituído, mas vai-se constituindo, através da construção do conhecimento, na realização de tarefas, na interação com o meio ambiente e o meio sociocultural.

Entende-se então que o construtivismo na educação é uma forma que reúne de forma abrangente as várias tendências atuais do pensamento, que têm em comum a insatisfação com o modelo de ensino que teima em afirmar que a escola deve ser um espaço que obriga o aluno aprender e a repetir o que já está pronto, em vez de agir, criar e construir o conhecimento através da realidade vivida por alunos e professores, isto é a

educação é um processo de construção de conhecimento ao qual os alunos e professores através de experiências e acontecimentos criam o conhecimento e a inteligência.

A teoria de Piaget sobre a construção do conhecimento, apesar de ter sido elaborada e editada há vários anos, mantém ainda uma elevada importância sobre como explicar a génese e o desenvolvimento da inteligência no ser humano. Muitos pedagogos teóricos e psicólogos têm-se baseado/adaptado esta teoria ao ensino e à educação, desenvolvendo até novas teorias e ideias.

Ao longo da Prática de Ensino Supervisionada foram ministradas e registadas entre 30 a 31 aulas de instrumento a iniciar no dia 19 de Setembro de 2017 e terminando a 26 de Junho de 2018, no Conservatório do Vale do Sousa. As primeiras aulas planificadas tiveram o cuidado de explorar certos aspetos musicais e técnicos relativos a cada um dos alunos observados.

Foi também considerada a opinião dos professores cooperante e orientador, que contribuíram com alguns conselhos para a elaboração das planificações, que farão parte deste relatório final nos anexos digitais.

Aluno A - Iniciação Conservatório do Vale do Sousa

Este aluno iniciou o ano letivo 2017/2018 sem nenhuma base musical. A sua escolha pelo trompete prendeu-se pelo facto de eu, enquanto docente de trompete, ter participado nas diferentes demonstrações de instrumentos nas escolas do 1º ciclo do concelho de Lousada.

O seu gosto pelo som do instrumento, levaram a que eu pedisse aos encarregados de educação que o inscrevessem na disciplina de trompete. Desde muito cedo, que o aluno demonstrou uma grande motivação na aprendizagem do instrumento, estando sempre focado em atingir os objetivos propostos pelo professor.

Embora o aluno não realizasse um estudo individual constante ao longo da semana, tinha o cuidado de trazer o material de estudo preparado e organizado, o que é revelador de ser um aluno empenhado e esforçado em aprender a tocar trompete.

Alunos B e C - 1º grau Conservatório do Vale do Sousa

Os alunos tiveram o primeiro contacto com o instrumento no início do presente ano letivo. Assim o trabalho desenvolvido com estes intervenientes foi diferente do trabalho realizado com os restantes alunos que tocam há já alguns anos.

São alunos que revelam aptidão musical (boa embocadura, boa postura, boa colocação de dedos sobre os pistons), no entanto demonstraram, algumas dificuldades em relação à postura, embocadura e aos harmónicos do instrumento, assim como na conciliação do trabalho de casa distribuído pelo professor de instrumento e ao que traziam da escola do ensino genérico.

São alunos responsáveis e motivados, com vontade de aprender com o professor, assim como em conseguir no período de aulas níveis de aprendizagem interessantes para o nível e tempo de estudo que tinham.

Aluno D - 4º grau Conservatório do Vale do Sousa

Sendo um aluno sem qualquer tipo de ligações musicais até entrar no conservatório, este desenvolveu o gosto pela música de conjunto fazendo parte neste momento da Banda de Música da Associação Cultura Musical de Lousada.

Apesar de ser um aluno extremamente organizado e empenhado demonstra um pouco de falta de autoconfiança, prejudicando alguns processos da técnica performativa como: respiração, emissão de som, articulação e resistência labial.

Apesar de não haver um estudo diário e por vezes muito do seu tempo pós-aulas estar ocupado com atividades extracurriculares, o aluno desenvolveu um estudo regular fora do tempo letivo da aula, o que fez com que ele fosse superando com alguma facilidade todos os desafios que eu lhe propunha na aula.

Aluno E - 5º grau Conservatório do Vale do Sousa

Este aluno normalmente era assíduo e pontual, dando a noção de que o mesmo era muito empenhado, confiante, interessado e respeitador.

As suas qualidades musicais (boa embocadura, postura, respiração, sonoridade e afinação), e a facilidade com que supera os desafios do repertório, são bastante bons para o seu nível de aprendizagem e escolaridade, o que sugere que o aluno acredita na sua aptidão musical e que pode ser enriquecida conforme o tempo e a experiência que vai tendo no seu percurso musical.

Revelou ter a capacidade de autoanalisar o seu desempenho e de monitorizar a generalidade dos processos envolvidos na aprendizagem do instrumento. Ao longo do ano, foi fazendo certos ajustes ao nível da respiração, decorrente do seu processo de crescimento.

O aluno mostrou ser responsável, sempre com capacidade de se avaliar como músico e pessoa, assim como teve sempre a capacidade de planejar, organizar e executar as ações necessárias para atingir determinados objetivos, pressupondo-se, ainda que essas expectativas e objetivos fossem demasiados altos em termos de concretização.

O aluno demonstrou sempre grande respeito, dedicação e empenho. De uma semana para outra era capaz de preparar devidamente o trabalho de casa que o professor lhe pedia.

Aluna F - 6º grau Conservatório do Vale do Sousa

A aluna tem competências bastantes boas para o ano de ensino em que se encontra e um grau de autonomia no estudo bastante razoável. Revelou algumas dificuldades no que respeita à sonoridade e na respiração, mas em contrapartida demonstra ser muito concentrada e participativa, possui uma excelente leitura musical, assim como entoa corretamente o som das notas, o que para um instrumentista de sopro é muito bom.

A aluna encarou de forma muito positiva as palavras de incentivo e esforço que foram sendo feitas ao longo das aulas, o que foi motivador para o crescimento musical da aluna.

Também é de realçar que aluna ficava mais motivada e empenhada em estudar trompete, por causa dos seus colegas e professores de classe de conjunto que a incentivavam ao empenho a ao estudo.

2. Projeto de investigação

Introdução

Desde tenra idade, mais precisamente desde os meus 5 anos, que o meu percurso musical e profissional se tem pautado na aprendizagem do ensino da música vocacional, mais precisamente o ensino do Trompete, na colaboração em orquestras e bandas musicais de instrumento de sopro e percussão, e ainda na coordenação de pequenos grupos de música de câmara e na direção artística de bandas filarmónicas.

Ao longo destes anos tem-se verificado que o melhor professor é o que tem os alunos que tocam melhor, os melhores intérpretes ou performers do seu instrumento, mas isso tem vindo a cair por terra, uma vez que nem todos os alunos são iguais, e assim vão surgindo outros problemas, como por exemplo porque é que todos os alunos não atingem os seus objetivos, porque é que estes não conseguem ser autónomos e desistem da aprendizagem, e porque é que não conseguem ser como os melhores, e a resposta mais fácil de encontrar para esta problemática é a motivação.

Ao longo destes anos de ensino do trompete, fui constatando que a motivação e o envolvimento dos alunos para e na aprendizagem desempenham um papel de grande importância, na explicação possível e existente na diversidade dos percursos escolares.

Uma vez que o objetivo do meu projeto de intervenção consiste na identificação dos diferentes fatores que promovem o sucesso e o insucesso na aprendizagem musical, assim como descobrir e identificar as diferentes estratégias na aprendizagem musical, a fundamentação teórica centrar-se-á na abordagem das teorias motivacionais e dos influenciados processos motivacionais na aprendizagem escolar.

2.1 Enquadramento Teórico

Neste capítulo serão apresentados e desenvolvidos, os conceitos e aspetos teóricos que sustentam e fundamentam o presente projeto abordando-os de forma a não só evidenciar o parecer de diversos autores, mas também de que forma é que estes pareceres ajudam numa melhor compreensão, mais teórica do que se pretende obter com este projeto.

As aprendizagens sociais aparecem como forma de realçar a importância que o trabalho em grupo, e principalmente o fazer música de e em conjunto pode proporcionar às crianças e jovens que nela se envolvem, o tipo de vivências que podem retirar dessas experiências e os comportamentos sociais que estas aprendizagens podem promover. O fortalecimento de relações, da entreajuda e da cooperação são alguns dos fatores evidentes que se pretende reforçar.

Conceito de Motivação

O conceito de motivação é visto como um fenómeno complexo e que não pode ser dado como algo preciso, uma vez que é utilizado em diferentes sentidos e com diferentes interpretações. No entanto, existem alguns teóricos que tentam definir motivação.

Pintrich (2003, cit. In Arends, 2008) menciona o termo motivação como proveniente do verbo latim *movere* e que, por isso, significa o “que faz as pessoas agirem” em direção a determinadas atividades e tarefas.

Os psicólogos definem a motivação como um processo interno que ativa guia e mantém o comportamento ao longo do tempo (Baron, 1998; Murphy & Alexander, 2000; Pintrich, 2000; Shunk, 2000, cit. In Slavin, 2003).

Mais especificamente, Arends (2008) afirma que “a motivação é normalmente definida como o conjunto de processos que estimulam o nosso comportamento ou nos fazem agir. É o que nos faz agir da forma que somos.”

Pode-se dizer assim, que a motivação constitui tudo aquilo que nos permite compreender porque é que as pessoas se comportam de determinada forma (Schunk, 2012).

2.2 Algumas das Principais Teorias da Motivação

O conceito de motivação tem vindo a sofrer uma grande evolução ao longo dos anos, tendo vindo a ser propostas várias teorias para permitir explicar a motivação humana. (Arends, 2008)

Inicialmente, as sociedades primitivas acreditavam que o indivíduo era inspirado/impulsionado pelos deuses e, mais tarde, com Descartes, considerava-se que a motivação era um meio para atingir o equilíbrio entre o corpo e mente (dualismo). Mais recentemente, Darwin afirmava que a motivação era instintiva. Por outro lado, para Freud, o comportamento do indivíduo era impulsionado por necessidades físicas e emocionais. (Jordan, Carlile & Stack, 2008)

A motivação é um conceito complexo e são várias as teorias que contribuem para a sua compreensão (Arends, 2008). Assim, e tendo por base algumas das principais teorias da motivação existentes, irei abordar a evolução do conceito de motivação, de uma forma geral, através de quatro perspectivas: a teoria do reforço, a teoria das necessidades, a teoria cognitiva e a teoria da aprendizagem social.

Teoria do Reforço

Esta teoria da motivação atribui uma grande importância à centralidade de conhecimentos externos, para direccionar comportamentos e aos reforços, que são estímulos que surgem com um determinado. (Skinner, 1956, cit. In Arends, 2008)

Os reforços suprarreferidos podem ser positivos ou negativos. Os positivos, também vistos como recompensas, são aqueles que são aplicados após o comportamento desejável e os reforços negativos são estímulos que são retirados, pondo fim a uma situação desagradável. É importante referir, também, que os reforços negativos são diferentes das punições, uma vez que estas pretendem enfraquecer um comportamento através da sua aplicação, diminuindo a probabilidade de repetição dos comportamentos. Isto acontece ao contrário do que os reforços negativos e positivos, que aumentam a probabilidade de que os comportamentos se repitam. (Arends, 2008)

Teoria da Hierarquia das Necessidades

A Teoria da Hierarquia das Necessidades é uma teoria aplicada à aprendizagem que “defende que os indivíduos são levados a agir por necessidades inatas e pressões intrínsecas, ao invés de recompensas extrínsecas ou punições”, o que acaba por constituir uma oposição à Teoria do Reforço. (Arends, 2008)

Abraham Maslow, um dos psicólogos mais importantes, acredita que os seres humanos têm uma hierarquia das necessidades, que se esforçam para satisfazer. Assim, baseando-se na questão “Dado que as pessoas têm muitas necessidades, o que é que elas vão tentar satisfazer a qualquer momento?”, Maslow sugeriu uma hierarquia das necessidades. (Slavin, 2003) Essas necessidades foram divididas em sete níveis e organizadas hierarquicamente (de baixo para cima): necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades de auto estima e necessidades de pertença e amor, necessidades de saber e compreender, necessidades estéticas e necessidades de atualização pessoal. (Arends, 2008)

Na teoria de Maslow, este diz que as necessidades mais baixas da hierarquia devem ser, pelo menos parcialmente, satisfeitas ou reduzidas antes de se tentar satisfazer as necessidades superiores. Por exemplo, uma criança que chegue à escola com as necessidades básicas por satisfazer, irá ter mais dificuldades ou irá gastar mais energia para satisfazer as necessidades superiores. (Jordan, Carlile & Stack, 2008)

Teoria Cognitiva

Os estudiosos da motivação cognitiva acreditam que os indivíduos são levados a agir pelo seu pensamento.

Nesta linha de ideias, Bernard Weiner, um dos principais teóricos cognitivos, desenvolveu a teoria da atribuição, que é baseada na “proposta de que o modo como os indivíduos percecionam e interpretam as causas dos seus sucessos e fracassos é o principal determinante da sua motivação para o sucesso, mais do que as necessidades inatas ou do que as experiências precoces imutáveis.” Isto é, cada teoria defende que o importante para explicar os comportamentos dos indivíduos, são as características que estes atribuem ao acontecimento, e não ao fato de os indivíduos serem recompensados ou punidos, ao contrário da Teoria do Reforço.

De acordo com Weiner (1986, 1992, cit. In Arends, 2008), os alunos atribuem os seus sucessos ou fracassos de acordo com quatro causas: capacidade, esforço, sorte e a dificuldade da tarefa de aprendizagem. Essas atribuições podem ser internas, quando os indivíduos explicam o seu sucesso ou fracasso em termos pessoais ou externas, quando dão motivos externos para o mesmo.

Teoria da Aprendizagem Social

Na teoria da aprendizagem social tem, de certa forma, semelhanças com a teoria do reforço e a teoria da atribuição. No entanto, para Bandura (1997, cit. In Arends, 2008), a motivação resulta de duas coisas essenciais: as expectativas que o individuo tem para alcançar determinado objetivo e, conseqüentemente, o grau de satisfação que irá obter com o alcance desse objetivo.

Nesta teoria acredita-se que as expectativas e o valor determinam o grau de persistência na atividade. Por exemplo, se um aluno que está a trabalhar num projeto importante, acreditar que será premiado (expectativas elevadas), e se a recompensa for algo que ele deseja muito (valor elevado), a motivação para conseguir o seu objetivo será elevada. No entanto, se a expectativa e o valor forem reduzidos, o grau de persistência na atividade também será reduzido.

2.3 A Motivação: estruturas e funcionamento

Como podemos constatar, existem várias teorias que abordam a problemática da motivação.

Contudo existem variáveis que são comuns a todas as teorias e que nos permitem deduzir, através da sua análise, qual o grau de motivação com que um individuo está envolvido numa determinada tarefa ou não (Lemos, 1993).

Antes de mais ressaltamos que conceitos como autoconceito, autoestima, autoeficácia e expectativa estão diretamente relacionados com a motivação e todos eles se podem resumir a um julgamento prévio que cada individuo faz da tarefa de forma a compará-la com outras antes realizadas, avaliando quais as probabilidades de sucesso ou insucesso do resultado da tarefa que foi proposta (Lemos, 1993; Papalia, Olds & Feldman, 2001; Miras, 2002; Hidalgo & Palacios, 2004; Arends, 2008).

Assim a análise de variáveis como a direção, persistência, motivação contínua, atividade ou realização permite-nos deduzir qual a motivação com que o individuo pode estar envolvido na tarefa. Com efeito, a direção com que o individuo escolhe determinada tarefa, em detrimento de outra, apresenta-se como sendo o primeiro indicador de motivação. Contudo, esta análise já é em si uma inferência, pois essa escolha pode ser apenas uma tomada de decisão feita com base numa prioridade de necessidades.

Outro fator a ser tomado em consideração é a persistência com que o individuo se mantém na tarefa. A persistência é o tempo que o individuo atribui à tarefa face aos obstáculos e às dificuldades que esta apresenta. A persistência pode ser vista como um exemplo da manutenção da direção.

Ainda relacionado com a persistência temos o fator motivação continuo. Este fator traduz-se num retorno espontâneo a uma tarefa abandonada, retorno este que não tem a sua origem em pressões externas. Todavia, este fator também pode ser alvo de críticas pois muita atividade não é sinónimo de motivação ou vice-versa.

Por fim temos a realização: a forma como individuo realiza determinada tarefa também nos permite inferir qual o grau de motivação que o individuo apresenta. De salientar é a importância de que este fator não é analisado solitariamente, mas sim em conjunto com todos os outros anteriormente descritos (Lemos, 1993).

A Importância do Sujeito na Motivação

Até agora foram descritos os fatores extrínsecos que se traduzem com comportamentos cognitivos do sujeito. Todavia, o sujeito possui uma certa importância na motivação com a qual desempenha determinada tarefa, através da confiança com que o mesmo encara a referida tarefa.

Assim, os processos psicológicos que estão relacionados com a confiança do sujeito e parecerem estar implicados com motivação são a percepção de capacidade, a percepção de controlo e a desejabilidade (Lemos, 1993).

Sobre a percepção de capacidade que o indivíduo desenvolve, segundo Lemos (1993), esta percepção é estudada por Atkinson na sua teoria da motivação para a realização. Desta teoria é importante referir que a motivação está relacionada com a expectativa que o indivíduo tem sobre a tarefa, isto é, com a avaliação antecipada que o indivíduo faz sobre o resultado que pode obter com o seu envolvimento na tarefa.

Outro conceito implicado na motivação é a percepção de controlo. Com o desenvolvimento desta capacidade, o indivíduo irá avaliar quais as variáveis que pode ou não controlar no desenvolvimento da tarefa. Este processo traduz-se melhor na avaliação comportamental do indivíduo. Segundo Lemos (1993), são dois os teóricos que abordam este processo nas suas teorias, Levenson e Bandura. O primeiro faz uma organização do processo quanto à origem. Desta forma, a origem do controlo pode ser interna (eu sou responsável pelo resultado da tarefa), externa (os outros são responsáveis pelo resultado), externo/acaso (o resultado da tarefa é fruto da sorte do acaso). Levenson diz-nos assim que o indivíduo só permanecerá na tarefa se entender que as suas consequências estão diretamente relacionadas consigo próprio. Já Bandura explora este processo vendo-o não como controlado pelas consequências imediatas, mas como o resultado do mecanismo cognitivo de autoeficácia.

O autor distingue assim dois tipos de expectativa: expectativa de eficácia (percepção de capacidade para a tarefa) e expectativa de resultado (comparação de comportamentos com os resultados obtidos). O exemplo que Bandura nos dá para ilustrar a sua teoria é o aluno que, ao ouvir o professor dizer que não dá mais do que uma nota média independentemente do esforço do aluno, se irá desinteressar por estudar para obter uma boa nota.

Por fim é retratado o terceiro processo que se trata da desejabilidade da tarefa por parte do individuo. Este processo pode ser ilustrado pela satisfação antecipada e adequação com a qual o individuo encara a tarefa ou pela interação entre o que se quer fazer e o que se pensa que se deve fazer. Assim um individuo irá avaliar quais as repercussões sócias que as suas escolhas podem ter, optando, normalmente por escolher não a tarefa que lhe dá mais prazer, mas sim aquela que o seu contexto social lhe faz acreditar que deve fazer.

2.4 Objetivos da Motivação

A motivação é composta por vários aspetos dinâmicos e direcionais da ação, contudo é preciso ter em conta que o fim para o qual se dirige – o comportamento – é considerado principal determinante. Esta é vista como uma variável observável, que cria ao ser humano uma grande diversidade de ações, que levaram os investigadores a estudar padrões de comportamento com a mesma identidade funcional.

O objetivo na motivação resume-se à valorização das finalidades da ação do individuo. Nesta perspetiva, a visão qualitativa sobressai provocando uma quebra na valorização da dimensão qualitativa. Desta forma a dimensão qualitativa define-se como orientadora do comportamento direcionado a ação do sujeito. Estes são considerados variáveis cognitivo-motivacionais que substituem os conceitos de motivo básico que, juntamente com uma visão mais determinista procuram a desvalorização dos processos cognitivos controladores da motivação (Serra, et al. 1986).

Para definir a finalidade dos comportamentos na motivação são utilizados os termos de necessidade, motivo básico, valor e objetivo, estes vão limitar-se a valorizar o resultado da ação. A *necessidade* refere-se às orientações gerais dinâmicas implícitas ao funcionamento comportamental, que se generalizam e vão dar o mesmo significado funcional à pluralidade comportamental, isto é, segundo Serra et al. (1986) “um organismo condicionado a dado estímulo passa a responder de forma idêntica a estímulos semelhantes; a força da resposta será tanto quanto maior for a semelhança entre os estímulos”. O *valor* é a importância dada a uma determinada atividade, que resulta da relação entre atividades ou os objetos do ambiente com aquilo que o sujeito pretende. Pode concluir-se que o papel do valor na motivação parece estar relacionado com a pobreza quer conceptual, quer de investigação relativa à finalidade do comportamento, desta forma o

conceito de “valor subjetivo” é utilizado para explicar as diferenças individuais que existem comparativamente entre o grau de satisfação ou insatisfação dos diversos tipos de conhecimentos inseridos na motivação. Aquilo que é valorizado pelo sujeito, é visto como determinante na atratividade ou aversão em relação a uma determinada atividade ou objeto, porém este grau de atratividade é condicionado em função do que se considera importante conseguir. Os valores na motivação raramente são alvos de investigação, desta forma tem regularmente uma abordagem muito generalizada, como o valor do sucesso ou da aprovação social.

Na investigação motivacional surgiram diferentes conceções quanto à definição de *motivo básico* no comportamento. Este pode ser visto como uma manutenção de autoestima positiva, experiência de controlo, motivo racional ou compreensão dos acontecimentos. Os objetivos na motivação assumem uma orientação mais focada, mais consciente, isto é, trata-se de algo específico a conseguir. Aos olhos da motivação, estes são vistos como cognições orientadoras da ação sendo no fundo, aquilo que o sujeito quer, pretende, valoriza e procura conseguir. (Serra, et al., 1986)

Para definir os valores dos objetivos, têm sido utilizados termos como foco motivacional, valor da atividade para o sujeito, o que o sujeito espera retirar de uma determinada atividade, meta, propósito, alvo desejado, elaboração cognitiva das necessidades e intenções. Algumas teorias que são comuns à utilização destes termos afastam-nos dos conceitos de motivo básico, necessidade ou valor, principalmente na sua definição enquanto variável individual, opondo-se ao carácter generalista dos outros conceitos.

Os conceitos de motivo básico, necessidade e valor, são bastante semelhantes, qualquer um deles, corresponde a variáveis extremamente vagas, de carácter generalista que se encontram fora dos limites da consciência. (Lemos, 1993)

Ao nível da cognição, o objetivo é a produção de um tipo de satisfação ou prazer no seu auge, consistindo no efeito produzido pelo atingir do objetivo (processo) e não o objetivo em si. São diversos os pontos de vista acerca dos objetivos na motivação.

Segundo Nuttin (cit. In Lemos, 1993), o conceito de objetivo serve para definir a elaboração cognitiva das necessidades. Apesar de inicialmente serem muito vagas, estas seriam elaboradas cognitivamente e transformadas em objetivos, isto é, em estratégias motivacionais mais específicas que determinam a orientação da ação e que leva à satisfação do sujeito. Pode então concluir-se que o organismo se dirige ativamente para as

interações preferenciais, com objetivos mais específicos, que são nada mais do que projetos de relações entre o sujeito e o seu ambiente.

Um outro ponto de vista acerca da motivação é a “teoria dos estabelecimentos de objetivos e realização”, de Locke e Latham (1990), na qual sugerem que as necessidades, motivos e valores subscientes influenciam o comportamento através dos seus efeitos nis objetivos conscientes e intenções constituindo, desta forma, os processos determinantes mais próximos da ação. A premissa central desta teoria é de que os objetivos são reguladores imediatos da ação, embora não os únicos. Estipula-se que os objetivos afetam a realização e influenciam a direção da ação do sujeito. Contudo, os indivíduos têm realizações diferentes não só em função das suas capacidades, conhecimentos e estratégias que utilizam, mas também porque têm objetivos diferentes. (Lemos, 1993)

2.5 Motivação e Aprendizagem

No que diz respeito às temáticas de motivação e aprendizagem, mais precisamente à relação existente entre elas, optei por abordar as ideias de dois autores considerados muito importantes na investigação destas áreas, Sprinthall & Sprinthall.

Estes autores consideram que o termo “motivo” se refere a um impulso, uma necessidade ativa que se dirige ou se afasta, de uma meta.

“ (...) Tecnicamente, então o défice interno (necessidade) conduz a pessoa para ação (impulso) aproximando-a de uma meta específica” (Sprinthall & Sprinthall, 1993:505)

Dentro dos aspetos motivacionais, estes falam em fatores de duas ordens: internos e os externos. No que concerne aos de índole interna, são aqueles que dependem do próprio sujeito, sendo satisfeitos por reforços internos. Dentro deste tipo de motivação, Norman e Richard Sprinthall, indicam que como reforços internos (próprios do sujeito), pode-se indicar: o instinto – considerando que o individuo ao reagir por instinto não irá controlar as suas ações de forma racional, na busca do objetivo; os hábitos – argumentando que as consequências das aprendizagens, nomeadamente sociais e educacionais, irão influenciar o sujeito, na forma de atuar; as atitudes mentais – caracterizada pela execução de atividades que à partida são de difícil realização, o que por si só é um fator forte na promoção da autoestima do sujeito; os ideais – metas autopropostas pelo sujeito, que poderão produzir

dois tipos de consequências: fazer com que o indivíduo esteja muito motivado a dar o máximo de si próprio para atingir esse padrão, ou pelo contrário, levar a que o sujeito se sinta frustrado, baixando o nível da autoestima, quando este não atinge as metas a que se propôs; o prazer – considerado como um reflexo automático, fora do controlo do consciente, que procura a satisfação (Menezes, 2012).

No que diz respeito à motivação extrínseca, esta depende de fatores externos, provenientes do meio. Considerando isto e passando a redundância, os reforços que iriam reforçar este tipo de motivação são oriundos de fatores externos ao sujeito. Como reforços externos e visto estarmos a falar na relação do processo motivação-aprendizagem, é sem dúvida importante referir o ensino, nomeadamente o papel do grande modelo de aluno, que é sem dúvida o professor: papel do professor - influenciando consideravelmente a aprendizagem por parte do aluno, sobretudo quando estabelece relação de empatia com este, permitindo uma melhor assimilação de conhecimento; a influência do meio – a personalidade e a forma de agir do aluno depende muito das relações que este estabelece com o meio, mais concretamente o familiar e o social, dessa forma irá definir muito dos seus gostos e formação do seu carácter; a influência do momento – devido a instabilidade emocional do aluno, nomeadamente quando lhe é proposto uma nova tarefa, na qual o aluno não se sente tão à vontade, pode condicionar a motivação para a realização desta, cabendo ao professor perceber o que está a condicionar e assim procurar ferramentas que possibilite o aluno atingir o equilíbrio.

Continuando nos tipos de motivação, pode-se proferir que estes quanto à sua natureza, podem ser positiva se nos levarem a agir de determinada forma, ou paradoxalmente negativa se nos impedirem de atuar. É de realçar no entanto que a motivação de natureza positiva, através do incentivo, da persuasão, do exemplo e do elogio, é mais eficaz que a motivação negativa, através de ameaça, gritos, repreensões e castigos.

A motivação do aluno é uma variável relevante do processo ensino/aprendizagem, na medida em que o rendimento escolar não pode ser explicado unicamente por conceitos como inteligência, contexto familiar e condição socioeconómica (ideias anteriormente vigentes, fase anterior ao grande desenvolvimento do estudo sobre as teorias motivacionais). Quando se considera a motivação para a aprendizagem é necessário ter em conta as características do contexto escolar.

O interesse pelos aspetos motivacionais na aprendizagem é relativamente recente, as teorias mais antigas acerca da aprendizagem limitavam a motivação a uma pré-condição importante. Hoje em dia as investigações permitem concluir que a relação entre a aprendizagem e a motivação vai além desta pré-condição, é possível observar uma reciprocidade, a motivação pode interferir na aprendizagem e no desempenho, bem como a aprendizagem pode produzir um efeito na motivação. (Menezes, 2012:48)

2.6 Motivação em Contexto de Sala de Aula

A motivação académica tem um papel determinante nos processos de ensino-aprendizagem. Tendo uma função activadora e catalisadora do comportamento, a motivação académica mobiliza recursos internos e permite que o aluno se envolva de forma mais profunda e empenhada na aprendizagem. Desta forma, é crucial compreender os mecanismos motivacionais e consequentemente implementar estratégias pedagógicas que potenciem a motivação académica dos alunos. (Veríssimo, 2013:73)

Atualmente, não é fácil motivar os alunos a persistirem nas tarefas de aprendizagem. Aqui o professor tem um papel muito importante na motivação dos alunos pois é o agente educativo com mais poder e impacto na promoção da motivação dos alunos e funciona como espécie de “gasolineiro” como refere Veríssimo (2013:74), com a metáfora do carro e da gasolina:

Se considerarmos que cada aluno é um carro, encontraremos seguramente diferentes tipos de carros, com diferentes tipos de competências e habilidades. Mas independentemente dessas diferenças será necessária gasolina para colocar todos estes tipos de carro em funcionamento. Podemos ter um carro topo de gama que não anda, não porque não é capaz, mas porque não tem gasolina (motivação) suficiente. Da mesma forma, podemos ter carros mais fracos, que com o depósito cheio de gasolina acabam por chegar mais longe. E à semelhança da gasolina de um carro, também a motivação se desgasta, podendo o depósito estar mais ou menos cheio. E enquanto os alunos não conseguirem encher o seu próprio depósito motivacional, os professores serão sempre os primeiros gasolineheiros.

Num estudo realizado nos anos 70 por Santrok, onde foram estudadas as relações entre algumas dimensões do ambiente na sala de aula (humor alegre ou triste) e a motivação dos alunos para persistirem nas tarefas de aprendizagem, verificou-se que a persistência de um aluno numa determinada tarefa não depende só do seu autocontrolo ou

interesse, mas também do contexto e aspetos ambientais que o professor pode controlar de forma a motivar os alunos, como por exemplo a decoração da sala de aula, o seu humor, entre outros (Arends, 1995).

Face a estas circunstâncias, surge uma questão: porque é que os alunos estão desmotivados?

Podemos dizer que a motivação de um aluno depende daquilo que ele pensa, ou seja, do que ele pensa sobre si, sobre as suas capacidades, sobre as suas tarefas escolares. Se o aluno vê de forma negativa os seus pensamentos, o mais provável é que diminua os seus níveis de motivação. Consequentemente terá dificuldades de aprendizagem, achará que não é agradável nem importante aprender. Enquanto professores e educadores deparamo-nos assim com as suas causas mais frequentes da desmotivação acima referidas. Nestas situações os alunos confrontam-se com o insucesso; dificuldades e frustração sucessivas; consideram que as tarefas são repetitivas, maçadoras, pouco estimulantes e pouco desafiantes. (Veríssimo, 2013)

No que diz respeito às estratégias para promover a motivação dos alunos, estas deverão ser adaptadas aos contextos específicos, às características idiossincráticas dos alunos e dos professores, ao nível de escolaridade à área curricular em questão. No entanto, “não podemos esperar que os alunos se envolvam e interessem por todos os conteúdos programáticos, todos os dias e em todas as situações”. (Veríssimo, 2013: 78-79)

Relativamente à desmotivação como consequência da dificuldade em aprender, os professores devem construir relações seguras com os alunos, devem dar um feedback detalhado sobre os aspetos que o aluno deverá melhorar, desenvolver e corrigir. Este deve também ser focado em aspetos que o aluno já seja eficaz, reforçando a confiança em si próprio e fazendo com que tenha uma maior persistência e envolvimento nas tarefas. É fundamental que os professores evitem fazer comparações de alunos com dificuldades em aprender com os outros alunos.

Para a desmotivação como consequência da ausência de relevância e aplicabilidade das aprendizagens, devem ser dadas aos alunos tarefas e atividades que se possam relacionar com a vida prática destes alunos, pois permite a identificação pessoal destes com a escola. Neste caso específico de desmotivação, é importante diminuir a passividade dos alunos dando-lhes a oportunidade de dar a sua opinião, decidir e resolver problemas. (Veríssimo, 2013)

Quando as tarefas são vistas pelos alunos como maçadoras e aborrecidas, pouco estimulantes e repetitivas, é natural que a motivação diminua existindo assim, a desmotivação como consequência da ausência do desafio e interesse. É então importante promover a curiosidade, o desafio, a vontade de saber, quer com a comunicação verbal e não-verbal, com os materiais utilizados, com questões interessantes ou abordagens inesperadas. Dentro da sala de aula, o professor funciona como um modelo para o aluno e, por isso, deve demonstrar interesse e envolvimento nas atividades e conteúdos. Desta forma, os alunos são facilmente envolvidos com as aprendizagens. Caso contrário, se o professor mostrar aborrecimento por determinada matéria, os alunos irão reagir da mesma forma. (Veríssimo, 2013)

Estas estratégias não resolvem todos os problemas de motivação dos alunos. Além disso, os professores não podem esquecer que a maioria dos alunos vive num mundo facilmente motivador, com acesso facilitado às novas tecnologias e às diferentes redes sociais, que permitem a gratificação imediata, o “*gozo sem esforço*”. Esta situação contrasta com aprendizagem escolar, que exige esforço, persistência, interação social.

Após ter sido feita análise das diferentes teorias que abordam a motivação na aprendizagem, bem como as estruturas, os objetivos e as variáveis que estão implicados na motivação, podemos concluir que a motivação com a qual os alunos estão envolvidos numa determinada tarefa pode condicionar a forma como esse aluno converte essa tarefa em aprendizagem ou não.

Assim, a motivação irá estar relacionada com o autoconceito e a autoestima do aluno: quanto mais real for o autoconceito e a autoestima do aluno, mais empenhado este poderá estar na tarefa, transformando-a numa aprendizagem significativa.

2.7 Sucesso e Insucesso Escolar

Introdução

O insucesso escolar pode ser definido como o fraco aproveitamento dos alunos durante o ano letivo, ou ainda o baixo rendimento dos alunos.

O fenómeno insucesso escolar não é relativamente recente. A partir dos anos sessenta que encontramos as suas primeiras manifestações. Começou-se nessa altura a exigir que as escolas, por razões económicas e igualitárias, encontrassem formas de garantir o sucesso escolar de todos os seus alunos.

O que antes era visto como um problema individual, rapidamente se tornou um problema insuportável sob o ponto de vista social.

Fatores como a preguiça, a falta de capacidade ou interesse, deixaram de ser considerados como explicação para o abandono todos os anos de milhares e milhares de crianças e jovens do sistema educativo. O seu insucesso escolar passou a ser assumido como um fracasso de toda a comunidade escolar. O sistema escolar não fora capaz de motivar, nem de reter, nem de fazer com estes alunos que abandonavam o sistema tivessem êxito.

O desafio tornou-se enorme, os casos individuais transformaram-se em problemas sociais. Durante séculos a escola hierarquizou os alunos de acordo com o seu rendimento escolar, selecionando os mais aptos e excluindo os que não fossem capazes de acompanhar as exigências que ela mesma impunha. A sua nova missão é agora igualizar todos no sucesso educativo, garantindo que não haja negativas. O sucesso da escola aferia-se pelos resultados apresentados pelos alunos.

É em grande parte por esta razão que hoje o principal problema educativo é o de identificar as manifestações e as causas do insucesso escolar. A listagem destas não pára de aumentar à medida que prosseguem os estudos.

Manifestações

As manifestações de insucesso escolar são várias, de entre elas destaco as seguintes:

1. abandono escolar antes do fim do ensino obrigatório;
2. reprovações sucessivas que provocam grandes desníveis entre a idade cronológica do aluno e o nível escolar;
3. níveis de fracasso que podem ser totais (em todas as disciplinas ou quase) ou parciais (numa ou duas disciplinas).
4. O ensino profissional, assume-se como uma via alternativa ao ensino regular, sobretudo para os jovens que revelam ou tiveram insucesso escolar no decorrer do ensino básico/secundário regular. Aliás, em alguns casos concretos dos formandos, o seu percurso escolar anterior ditou ou forçou a entrada dos mesmos no subsistema de ensino profissional, afigurando-se, deste modo, uma escolha racional limitada.

Causas

A listagem das causas do insucesso escolar é sempre muito controversa, porque implica apontar também os responsáveis. Ninguém se considera inteiramente culpado, o que em certo sentido é mesmo verdade. A grande dificuldade destas análises reside na impossibilidade de se isolar as causas que são determinantes em todo o processo.

Atrasos do desenvolvimento cognitivo: as escalas psicométricas de inteligência são um bom indicador para identificar as causas individuais de insucesso escolar. O problema é que a grande maioria dos alunos que falham nos resultados escolares, têm um desenvolvimento normal.

A instabilidade emocional característica da adolescência consta entre as muitas causas individuais do insucesso e conduz muitas vezes o aluno a rejeitar a escola, a desinvestir no estudo das matérias e frequentemente à indisciplina.

Pais autoritários, conflitos familiares, divórcios litigiosos, fazem parte de um extenso conjunto de causas que podem levar a que o aluno se sinta rejeitado, e comece a desinteressar-se pelo seu percurso escolar, adotando um comportamento indisciplinado.

A origem social dos alunos tem sido uma das causas mais usadas para justificar os piores resultados, sobretudo quando são obtidos por alunos originários de famílias de baixos recursos económicos. Os sociólogos construíram a partir desta relação causa-efeito uma enumeração onde a determinante social permite explicar quase tudo:

1. nas famílias desfavorecidas, os pais tendem a ser mais autoritários, aplicando normas rígidas de obediência sem discussão; quando estes alunos chegam à adolescência revelam-se pior preparados para enfrentarem as crises de identidade-identificação; a sua instabilidade emocional torna-se mais profunda, traduzindo a ausência de modelos e valores estáveis, levando-os a desinvestir na escola;
2. os alunos oriundos de famílias desfavorecidas raramente são motivados pelos pais para prosseguirem os seus estudos; ao mais pequeno insucesso, colocam logo a hipótese da saída da escola, o que explica as mais elevadas taxas de abandono por parte destes alunos;
3. a adaptação da linguagem destes alunos cada vez mais afastada da que utilizam no seu meio familiar, aumenta-lhes progressivamente as suas dificuldades de compreensão e integração, levando-os a desinteressarem-se pela escola;
4. os valores culturais destas famílias são, segundo alguns sociólogos, opostos aos que a escola propõe e supõe (mérito individual, espírito de competição, etc.). Perante este confronto de valores, os alunos que são oriundos destas famílias estão por isso pior preparados para os partilharem. O resultado é não se identificarem com a escola. Nesta linha de ideias, Holligshead, afirmou que «*os mais desfavorecidos norteiam-se por objetivos a curto prazo (o presente), o que estaria em contradição com os objetivos visados pela educação (a longo prazo)*». Esta diferença de objetivos (e valores) acaba por os conduzir a um menor investimento escolar.
5. a demissão dos pais na educação dos filhos é hoje uma das causas mais referida; os pais muitas vezes nem tempo têm para si próprios, quanto mais para dedicarem-se a educação dos seus filhos.

Fatores

Professores

O professor apresenta-se como um organizador do processo, um criador das condições para que os alunos possam aprender de forma produtiva e racional. Cabe-lhes a função de estimular, de dirigir e de controlar a aprendizagem, de forma tal que o aluno não seja um simples objeto passivo de influências pedagógicas no processo de ensino, mas um participante ativo e consciente. Só assim, é que consegue preparar integralmente o aluno para a sua incorporação ativa e independente à constituição da sua nova sociedade.

Métodos de ensino, recursos didáticos e técnicas de comunicação inadequadas às características da turma ou de cada aluno, bem como a atitude do professor perante o aluno, fazem parte das causas que podem conduzir a uma deficiente relação pedagógica e influência negativa dos resultados.

A gestão da disciplina na sala de aula é outro fator que condiciona bastante o rendimento escolar dos alunos, mas, não podemos afirmar que uma aula completamente disciplinada seja aquela onde o insucesso escolar desaparece.

Os professores no início do ano criam expectativas positivas ou negativas sobre os alunos que acabam por influenciar o seu desempenho escolar. Embora não sejam os professores a inventar os bons e os maus alunos, as investigações de Rosenthal e Jacobson, demonstraram que os preconceitos destes são muitas vezes inconscientes, prejudicando muitas vezes os alunos sem que os professores se apercebam.

Uma coisa parece certa, os alunos de quem o professor menos espera são mais prejudicados, por oposição àqueles de quem se espera mais e logo são favorecidos. O investimento feito pelo professor é diferente e distinto. Os alunos de estatuto sociocultural mais baixo são os mais negativamente considerados, tornando-se as principais vítimas das expectativas negativas ou baixas. Os alunos de quem se tem menos expectativas são em geral menos bem tratados pelos professores, que também não investem tanto na sua aprendizagem.

Existe na cabeça da maioria dos professores, um padrão de avaliação que tende a coincidir com uma curva normal ou seja, professores com afeto por uns em relação a outros alunos.

Há um pressuposto geral de que apenas alguns são bons, a maioria são médios, e proporcionalmente ao número dos primeiros, existem uns quantos que são mesmo maus e tem de ser eliminados.

A avaliação, conforme demonstram inúmeros estudos nunca é absoluta, pelo contrário varia em função de uma multiplicidade de fatores, tais como:

1. o modelo pedagógico;
2. o contexto escolar;
3. os métodos de avaliação;
4. as disciplinas;
5. os professores;
6. os critérios utilizados, o modo como estes são interpretados.

A avaliação dá também um forte contributo para o insucesso escolar:

1. As dificuldades dos professores em lidarem com fenómenos de transferência afetiva conduzem por vezes a situações com graves reflexos no aproveitamento dos alunos; o docente ao ser identificado como pai ou mãe que o aluno se deseja afastar, torna-se no alvo de toda a sua agressividade, gerando deste modo permanentes conflitos na sala de aula, conduzindo-o ao insucesso.
2. À crescente feminização do ensino são igualmente atribuídas culpas pelo insucesso; alguns estudos indicam que as professoras parecem ter uma maior preferência pelas raparigas, o que poderá explicar o melhor aproveitamento destas.

Escolas

A organização escolar pode contribuir de diferentes formas para o insucesso dos alunos. Frequentemente esquece-se esta dimensão do problema, vejamos alguns casos típicos.

Todos conhecemos diretores ou presidentes que quase sempre conviveram com excelentes resultados nas escolas por onde passaram, e outros que parecem atrair problemas ou maus resultados coletivos.

Às baixas expectativas dos professores e dos alunos em relação à escola normalmente estão associados baixos resultados. Vive-se nestas escolas um clima de

irresponsabilidade e de falta de trabalho. Os exemplos abundam para que esta afirmação careça de grandes justificações.

Quando só alguns conhecem os objetivos prosseguidos pela escola, ninguém se pode identificar com ela. Não tarda que alguns alunos se sintam como corpos estranhos, contribuindo para a sua desagregação enquanto a organização, provocando a desmotivação generalizada.

Uma organização que sistematicamente não avalia os seus resultados em função dos objetivos que definiu e se não procura identificar as causas dos seus problemas, rapidamente deixa criar um clima de irresponsabilidade e com ele desenvolvem-se os maus resultados.

A deficiente orientação vocacional que muitos alunos revelam no ensino pós-obrigatório, é agravada pela ausência nas escolas de serviços de informação e orientação adequados.

O elevado número de alunos por escola e por turma, tendem igualmente a aumentar os conflitos, mas sobretudo a diminuir o rendimento individual. As turmas demasiado heterogéneas, não apenas dificulta a gestão da aula pelo professor, mas também dificulta a coesão do grupo, traduzindo-se no incremento de conflitos internos.

É consensual que o clima escolar influencia bastante o comportamento dos seus membros contribuindo para o seu sucesso ou insucesso. A questão é que o clima escolar resulta de uma enorme variedade de fatores, sobretudo de natureza imaterial como as atitudes, esperanças, valores, preconceitos dos professores e alunos, o tipo de gestão e não tanto do ambiente físico (instalações, localização da escola, meio envolvente). O problema é identificar quais são as causas determinantes para um mau clima escolar. Uma coisa é certa, os alunos que trabalham num bom clima tendem a obter melhores resultados que os restantes.

A cultura organizacional tem a sua cota parte no insucesso escolar. O problema é que desde os anos 60 que não param de se identificar novos tipos de culturas escolares.

No início apenas se diferenciou as culturas das escolas antigas e das novas, num meio suburbano. Nas primeiras a questão da disciplina sobrepunha-se à preocupação com os resultados; as relações professor-aluno eram marcadas pela dureza, pelo formalismo, pela disciplina. Nas segundas, talvez porque as instalações são mais recentes, e o corpo docente mais novo, há um novo tipo de relação com os alunos, onde se tenta uma maior

proximidade e uma maior adaptação às necessidades de cada indivíduo, o que conduz a uma melhoria dos resultados escolares e a uma diminuição dos problemas disciplinares.

A partir deste modelo, começaram a ser construídos outros, entendidos como os mais adequados para explicarem a diversidade das realidades escolares. Hoje temos modelos para todas as perspetivas ideológicas. Centrado nas escolas portuguesas, identificam-se quatro grandes modelos culturais:

1. Escola Cívica, onde tudo está subordinado aos diplomas oficiais e não há lugar para as diferenças individuais, muito menos para a inovação pedagógica, o que conta são os regulamentos, as ordens dimanadas do Estado; neste modelo de escola, os que podem ter êxito são os mais obedientes, os que continuamente se anulam a si mesmos, na sua individualidade e nas suas aspirações.
2. Escola Doméstica, o estatuto de cada um depende da sua posição numa hierarquia definida por uma rede de dependências pessoais; os laços pessoais, a importância de cada um no grupo de pertença, a antiguidade no território, são os únicos dados que contam para se ter êxito ou não.
3. Escola Industrial e de Mercado, neste modelo de escola levam-se a sério os grandes desafios da atual sociedade, privilegiando-se valores como "competência", "especialização" e "capacidade de inovação"; estamos perante uma escola tecnocrática, apostada em responder de forma adequada às crescentes exigências do mercado; os que possuem ritmos de aprendizagem mais lentos são naturalmente sacrificados em nome das exigências impostas pela competitividade.
4. Escola Narcísica está sobretudo interessada na imagem de si a partir do reflexo que produz nos outros; é um modelo de escola que vive a partir da produção de uma imagem de marca ("fachada"), onde tudo é feito em função deste objetivo mobilizador.

Currículos

São vários os desfasamentos no currículo escolar dos alunos, que ingressam em novos ciclos, sem que possuam os pré-requisitos necessários. Não há documento sobre a avaliação curricular que não tenha uma referência crítica a esta questão.

Os currículos demasiado extensos não permitem que os professores utilizem metodologias ativas, centrados nos alunos. A necessidade de cumprir os programas

dificulta a adoção de estratégias mais ativas e retira tempo ao professor para ultrapassar as dificuldades individuais de aprendizagem que constata nos alunos.

Existe também uma grande desarticulação dos programas, que acaba por levar os alunos a repetirem os mesmos conteúdos, de modo diverso e incoerente ao longo dos anos e das disciplinas, levando-os a um maior desinteresse pelas matérias e a uma maior desmotivação.

As elevadas cargas horárias semanais ocupadas pelos alunos em atividades letivas, são desde há muito consideradas excessivas. Os alunos têm pouco tempo para outras atividades onde se possam desenvolver como indivíduos, tais como o desenvolvimento de hábitos de convivência ou a participação em ações coletivas em prol da comunidade. Os alunos sentem-se num escola-prisão, sem qualquer relação com os seus interesses.

Sistema Educativo

A este nível as causas apontadas são inúmeras, a começar pela pouca diversidade das ofertas formativas nos níveis terminais do sistema, em particular no secundário. Outras vezes, quando existem, estão desarticuladas das necessidades do mercado de trabalho. O aluno ainda que tenha tido êxito no seu percurso escolar, por desajustamento de competências está depois voltado ao fracasso, na sua transição para a vida ativa.

A elevada centralização do sistema educativo, não apenas torna a capacidade de resposta (adaptação) muito lenta, como fomenta a irresponsabilidade ou a burocracia, ao nível local (as escolas).

3. Projeto de Intervenção

3.1 Enquadramento no Ensino do Trompete

O trompete é um instrumento com uma história de vários séculos. Teve várias funções e passou por diversas alterações até chegar à forma que possui hoje. A sua versatilidade fez com que fosse adotado em vários estilos musicais, destacando-se naturalmente o jazz e a música clássica.

O trompete é um dos aerofones mais documentados ao longo da história da *‘música ocidental’*. Essa presença continuada ao longo do tempo justifica a sua disseminação geográfica e presença em diferentes domínios da música, nos séculos XX e XXI. Integra o elenco de instrumentos que constitui a formação de músicos em conservatórios, escolas especializadas de música e bandas filarmónicas.

Na formação de um trompetista a vertente canónica da música erudita é bastante relevante, preenchendo a maioria do plano de estudo, bem como das atividades paralelas – Workshops, etc. – não sendo a minha experiência diferente.

O objetivo principal das aulas de instrumento é dotar os alunos de competências técnicas e musicais de forma a torná-los autossuficientes na resolução dos problemas com os quais se vierem a deparar ao longo das suas carreiras de músicos e/ou professores. Quando se inicia a aprendizagem do trompete não existe, da parte do aluno, consciência das dificuldades técnicas e físicas que estão associadas à prática do instrumento. O facto de ter apenas três pistões obriga a uma grande coordenação entre os dedos, o controlo do ar, da garganta e da língua.

Na aprendizagem do trompete, tal como acontece com todos os instrumentos, existem questões físicas, técnicas e musicais. Para tocar adequadamente qualquer instrumento é muito importante o controlo de todas estas questões, o que proporcionará o domínio adequado do instrumento. Assim, como não é possível para um leigo ler uma pauta musical, pode também não o vir a ser para um instrumentista se não dominar o seu instrumento tecnicamente e não conseguir produzir som no seu instrumento. Um aluno que não tenha o controlo técnico do instrumento vai apresentar falhas e lacunas na sua interpretação, independentemente da sua maturidade musical.

Na opinião de Fernando Dissenha “*Estudar um instrumento exige um alto grau de dedicação e envolvimento*”. Lembra também a importância de ter um bom professor para ajudar a solucionar dúvidas, bem como indicar o material de estudo adequado para o aluno. Defende ainda que é muito difícil estudar apenas com métodos e sem a ajuda de um professor (Dissenha, 2012).

3.2 Apresentação e análise dos resultados

No âmbito do presente projeto, foi efetuado um inquérito a um universo de 15 alunos de trompete dos Conservatórios do Vale do Sousa e do Centro Cultural de Amarante, com o intuito de analisar quais as motivações dos alunos para frequentarem as aulas de instrumento.

Como já foi referido anteriormente, a análise das respostas às questões, foi possível a partir de um sistema de categorização, o qual define as orientações motivacionais dos alunos. Por uma questão de organização, os resultados serão apresentados a partir da questão número cinco, uma vez que as primeiras quatro perguntas são de carácter identificativo do aluno.

Assim de seguida, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos com este estudo de investigação da seguinte forma:

- Análise estatística (quantitativa)
Questões 5, 7, 8, 9, 10, 11 e 13
- Análise de conteúdo (qualitativa)

Questão 5

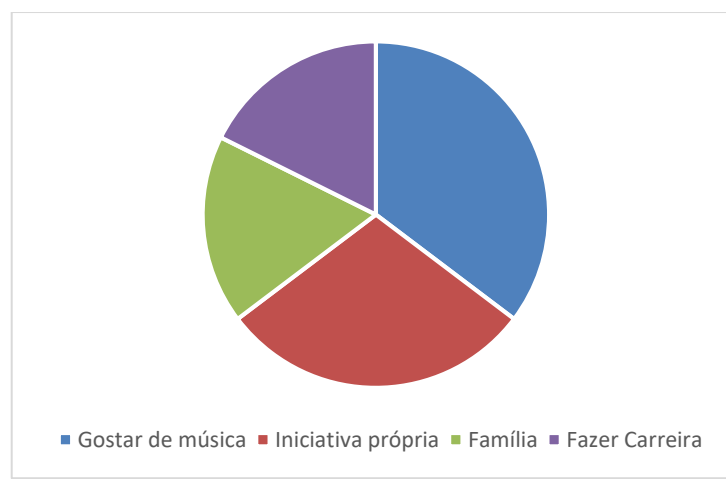


Gráfico 1: O que te levou a estudar música?

Da análise do gráfico 1, verifica-se que 40% dos alunos referiram que iniciaram os seus estudos musicais por gostar de música, 30% por iniciativa própria, sendo que 15%

tiveram o incentivo dos pais ou de familiares, e os restantes 15% mencionaram a intenção de fazer carreira na música.

Dos dados obtidos, poder-se-á dizer que quase da totalidade dos participantes da amostra, justificam ter começado a estudar música por vontade e iniciativa própria, revelando interesse pessoal pela aprendizagem da música. Ousamos dizer que estes alunos decidiram estudar música movidos por motivos intrínsecos, porque desejam conhecer ou aprender algo.

Questão 7

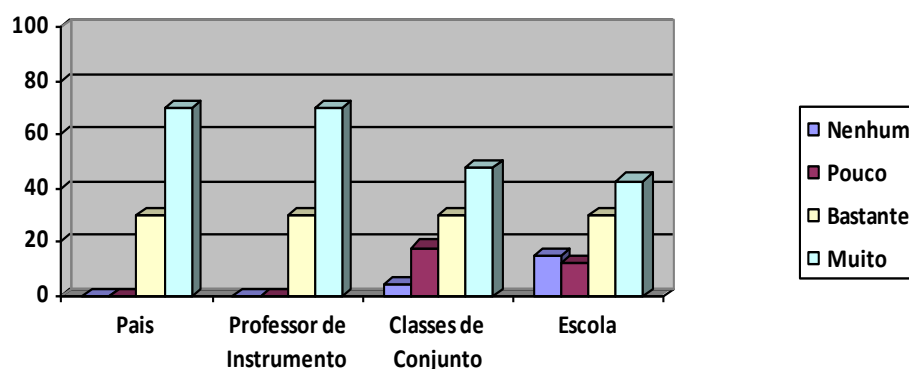


Gráfico 2: Como avalias o grau de apoio fornecido, enquanto estudante?

Segundo os resultados obtidos no gráfico 2, podemos afirmar que os alunos responderam que os pais e os professores de instrumento são importantes no seu percurso musical, sendo que para alguns dos alunos também responderam de forma satisfatória de que as classes de conjunto e a escola influenciam o seu percurso académico.

Questão 8

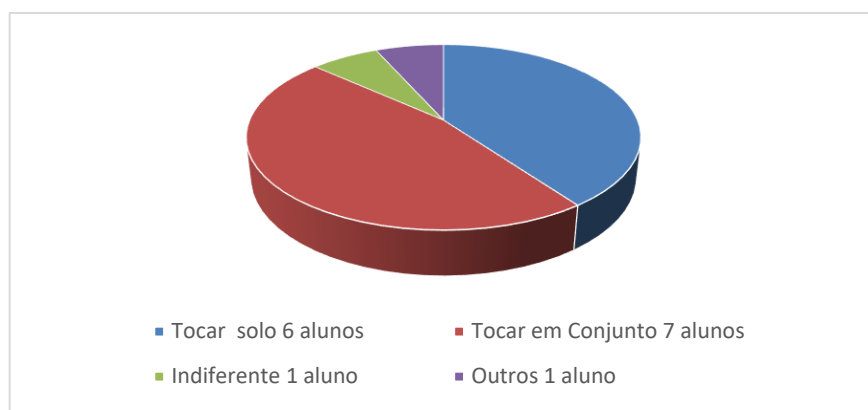


Gráfico 3: Gostas de tocar a solo ou em conjunto? Porquê?

Neste gráfico fica bem patente que maior parte dos alunos inquiridos preferem tocar em conjunto, para eles é mais confortável e desafiador na mesma, pois assim o resultado final da sua performance é avaliado num todo e não individualmente, mas também porque assim poderão sentir-se melhor em palco e os nervos são mais facilmente ultrapassados, em contrapartida, alguns dos alunos inquiridos que consideram que tocar a solo é bem mais importante e desafiador, pois podem explorar toda a aprendizagem feita num momento como por exemplo em audições e recitais.

Note-se que foram muito poucos os alunos (2 indivíduos) que responderam que para eles é indiferente ou que têm outras ideias sobre esta questão, pois para eles qualquer situação é benéfica para demonstrar as suas qualidades musicais em palco.

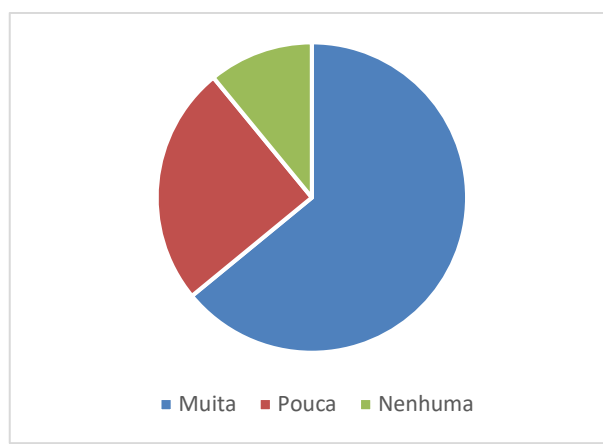
Questão 9

Nesta questão foi-lhes pedido que organizassem um conjunto de propostas apresentadas, sobre as suas perspetivas sobre a disciplina de classe de conjunto.

Após a análise feita sobre as respostas obtidas surge em primeiro lugar melhorar a sua performance, em seguida aparece aquisição de experiência da prática do instrumento em conjunto, depois realizar concertos e intercâmbios, em seguida participar em estágios e concertos.

Por fim em último a vontade de conhecer novos estilos musicais, assim como o desenvolvimento do interesse por criar e desenvolver a escrita de novos.

Questão 10



Nesta questão foi-lhes inquirido qual a importância do estudo diário do instrumento, e após a análise feita sobre as respostas obtidas em primeiro lugar deparamos que, um elevado número de alunos consideram muito importante uma rotina diária, em seguida alguns alunos responderam que tem pouca importância, e em último poucos alunos acharam que isso não tinha nenhuma importância, uma vez que não tinham ambição de seguir uma carreira musical, ou por outros motivos.

Questão 11

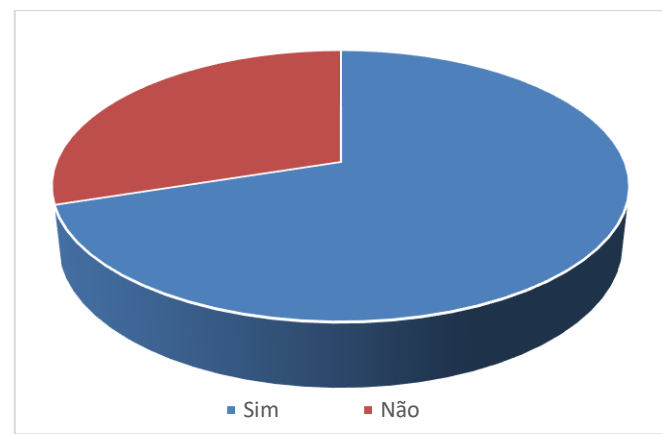


Gráfico 4: O Trabalho individual realizado na disciplina de instrumento melhora o nível do trabalho coletivo? E porquê?

Neste gráfico fica patente que os alunos consideram muito importante o trabalho que é realizado pelo professor de instrumento, uma vez que surgem novas metas e objetivos, mas uma vez que é uma disciplina que faz parte da formação do aluno enquanto

artista/músico ajuda os mesmos a serem mais desinibidos nas audições e concertos, contribui para um melhor ambiente escolar, assim como ajuda a obter níveis de concentração e responsabilidade para a formação de cada um.

Também sobre esta questão alguns alunos acharam que é um desperdício de tempo, assim como também acham que esse trabalho deve ser realizado individualmente e depois nas aulas de conjunto confrontar os professores sobre as dificuldades que lhes surgiram durante o seu estudo individualizado.

É importante realçar que os alunos consideram importante o trabalho realizado com o professor na ajuda individualizada, uma vez que com esse apoio os alunos conseguem ultrapassar várias dificuldades no que concerne à disciplina de trompete.

Questão 13

Nesta questão foi-lhes pedido uma opinião sobre o que alteravam se pudessem na disciplina de trompete.

Após a análise feita sobre as respostas obtidas, foi interessante a unanimidade em dizer que o tempo de aula atual é pouco e que se pudessem alteravam de maneira a poder aprender mais com o professor.

Também foi dito que deveriam ter uma maior liberdade na escolha do repertório conforme as necessidades de cada aluno, que o professor não deve estar sempre assoberbado de documentos e sumários a preencher no período de aula, uma vez que o mesmo se tocar com os alunos mais tempo na aula, ajuda a melhorar as dificuldades que vão surgindo no repertório que estão a executar.

Foi referido ainda por alguns alunos, que se pudessem acabariam com as provas trimestrais ou semestrais conforme a escola que frequentam, e que passariam a fazer uma só prova de carácter global, pois assim conseguiriam mais tempo para se preparar para as audições, concursos e concertos, mas também poderiam ter mais tempo para estudar para as outras disciplinas.

Conclusão

O professor deve adaptar-se às mudanças do mundo que o rodeia, aceitando novos desafios que surjam que pelas exigências da sociedade quer através de metas, por vezes, irrealizáveis. Somando a estes elementos outros problemas associados ao aluno em si, como por exemplo cognitivos e emocionais, familiares e sociais, a falta de motivação, a não existência de uma boa relação entre aluno e professor, servem para avolumar o número de fatores que fazem o aluno desmotivar-se, e seguir o caminho do insucesso.

Ao longo desta minha carreira como docente de instrumento, conheci vários casos de alunos que tiveram estes problemas agora inumerados, e de uma forma ou de outra fui tentando resolver alguns problemas e para isso optei também muito recentemente por ampliar os meus conhecimentos neste domínio e posteriormente tentar motivar os alunos aprendizagem do instrumento, através de uma melhor comunicação entre as duas partes, tentar despertar o aluno para a sua vertente criativa e de autocritica, assim como tentei envolver os encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem.

Acredito ter desenvolvido, com a ajuda importante dos meus supervisores e orientador cooperante, a capacidade de planificar e avaliar propostas didáticas, que fossem nas aulas relevantes e motivadoras para os alunos, sendo certo que aprofundarei essa capacidade ao longo da minha prática futura de lecionação. Creio ainda ter desenvolvido essa capacidade de antecipar problemas e de definir estratégias através das quais esses problemas possam ser minimizados ou contrariados, antecipadamente ou em contexto de sala de aula.

Perante este novo desafio que surgiu na minha vida, tentei pensar sobre as atividades que desenvolvi, fui encontrando informação válida e atualizada para me ajudar e identificar possíveis soluções para esses problemas. Nesse sentido, fui sempre posto à prova com certas aprendizagens que adquiri no desempenho da minha função, para que pudesse acompanhar o progresso dos alunos, construindo com eles o meu próprio conhecimento.

Em suma, fui desenvolvendo os princípios orientadores para melhorar os meus alicerces do conhecimento, no sentido de evoluir como um professor reflexivo e autocrítico, a fim de me tornar um melhor profissional, mas acima de tudo um melhor ser humano.

Bibliografia

- Arends, Richard (1995) *Aprender a Ensinar*. 1ª Edição. Lisboa: McGraw Hill
- Arends, Richard (2008) *Aprender a Ensinar*. Lisboa: McGraw Hill
- Hallam, S. (2002). *Musical Motivation: Towards a Model Synthesising the Research*. *Music Education Research*, 4, pp.225-244
- Jordan, A., Orison, C., & Stack, A. (2008). *Approaches to learning. A guide for teachers*. Berkshire e New York: Open University press e McGraw Hill
- Lemos, M. (1993). *A motivação no processo de ensino/aprendizagem em situações de aula*. Porto: FPCEUP
- Menezes, Natércia do Céu A.P. (2012) *Motivação de alunos com e sem utilização das TIC em sala de aula*. Dissertação de Mestrado
- O'Neill, S. A. (1999) Quais os motivos do insucesso de algumas crianças na aprendizagem musical? Motivação e Flow Theory. *Revista Música, Psicologia e Educação*, Vol.1, 35-43
- Philippe Perrenoud, 2002: *OS Sistemas Educativos e o Insucesso Escolar*. Faculté de psychologie et des sciences de l'éducation Université de Genève
- Serra, A.V., Dias, C.A., Rodrigues, C., Teixeira, J.M., Relvas, J., Gomes, M.F. & Laranjeira, M. (1986). *Motivação e Aprendizagem*. (II). Porto: Contraponto Edições.
- Slavin, Robert E. (2003). *Educational Psychology. Teory and Practice*. 7ª ed., 10, United States of America: Pearson Education. ISBN o-205-35143, pp. 329-332.
- Sprinthall, N., & Sprinthall, R. (1993). *Psicologia Educacional*. Lisboa. McGraw Hill.
- Veríssimo, Lurdes (2013). *Melhorar a escola – Sucesso Escolar*, Disciplina, motivação, Direção de Escolas e Políticas Educativas. In Bolivar, António (et.al), *Motivar os alunos, motivar os professores: faces de uma mesma moeda*. Porto: Universidade Católica Editora.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2000). *A educação artística e a promoção das artes, na perspetiva das políticas públicas. Relatório do grupo de contacto entre os ministérios da educação e da cultura*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Afonso, M. & Ferreira, F. (2007). *O Sistema de Educação e Formação Profissional em Portugal*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Almeida, A. & Vieira, M. (2006). *A escola em Portugal. Novos Olhares, Outros Cenários*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Antunes, F. (2004). *Políticas Educativas Nacionais e Globalização. Novas Instituições e Processos Educativos*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia.

Tavares, J. & Alarcão, I. (2002). “*Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem*”. Coimbra. Almedina.

Rappaport, C.R: Modelo Piagetiano. In Rappaport; Fiori Davis. “*Teorias do Desenvolvimento: conceitos fundamentais*” - Vol.1. EPU, p. 51-75.

Alves, Fátima, AREDES, José e Carvalho, José (2002). “*A Chave do Saber*” - Introdução à Filosofia 11ºano, Lisboa: Texto Editora.

Sitografia

Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

Disponível em: <http://www.aeep.pt/>

Decreto de Lei n.º 310/83, de 1 de Julho.

Disponível em:

https://www.esd.ipl.pt/wp-content/uploads/2015/02/03_decretolei310-83.pdf

GOMES, Carlos Alberto Faísca Fernandes. (2003). Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (área de História da Educação). *Discursos sobre a “Especificidade” do Ensino Artístico: a sua representação Histórica nos séculos XIX e XX.* Lisboa.

Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000504.pdf>

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Disponível em: http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/AE6762DF-1DBF-40C0-B194-E3FAA9516D79/1766/Lei46_86.pdf

Relatório do Ensino Artístico 2007

Disponível em: <https://www.meloteca.com/pdf/pdf-estudo-de-avaliacao-do-ensino-artistico.pdf>

Portaria 691/2009, 2009-06-25 - DRE

Disponível em: <https://dre.pt>

Revista da Psicologia: <http://www.revistapsicologia.ufc.br/contribuicoes-da-psicologia-para-a-proposta-construtivista-de-ensino-aprendizagem&Itemidlimitstart>

Segredos da psicologia: <http://segredosdapsicologia.webnode.com.pt/autores-importantes/piaget-e-o-construtivismo/>

Projeto Educativo Do Conservatório do Vale do Sousa


Disponível em: www.acmlousada.pt

Programa da Disciplina de Trompete do Conservatório do Vale do Sousa

Disponível em: <https://sites.google.com/site/conservatoriodovaledosousa/home>

Anexo A – Diário do Governo de 17 de Novembro de 1836

Numero 273.



Anno 1836.

1275

Diário do Governo.

QUINTA FEIRA 17 DE NOVEMBRO.

Parte Official.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DO REINO.

ATTENDENDO ao merecimento e mais partes que concorrem no Bacharel Philippe Antonio Freitas Machado; Hei por bem Nomen-lo Officiante da Junta do Deposito Publico de Lisboa. O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades, em quinze de Setembro de mil oitocentos trinta e seis. — **RAINHA.** — *Manoel da Silva Passos.*

Hei por bem Exonerar a Luiz Teixeira Homem de Brederode do Cargo de Presidente da Junta do Deposito Publico de Lisboa, por ter sido nomeado pelo Decreto de nova do mesmo, Juiz do Tribunal Commercial de Segunda Instancia. O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio das Necessidades, em quinze de Novembro de mil oitocentos trinta e seis. — **RAINHA.** — *Manoel da Silva Passos.*

SENNHORA! — Por Portaria Regia de vinte e oito de Setembro do anno corrente, houve Vossa Magestade por bem Mandar que se propozesse um plano para a fundação e organização de um Theatro Nacional, e bem assim informasse com que se poderia levar a effecto o melhoramento dos outros Theatros existentes. Valetudinario, e achacado de corpo e espirito, que ambos quebrei e consumi no Serviço de Vossa Magestade, e pela Santissima Causa da Liberdade da minha Patria, pisa-me não poder já empregar em serviço tanto de meu gosto, e tanto de meus habitos e sympathias, se não restos de desejos que não entibaram, e recordações bem apagadas já, de projectos e estudos de minha primizia e disposta idade, que me e outra me appareceram agora quasi como um sonho afortunado e impossivel, no meio das calamidades, das agitações e anxiedade por que ha treze annos todos os Portuguezes temos passado, que se não pôde dizer vivido.

Foi mister um esforço de animo bem difficil, e uma contração bem violenta do espirito, para o trazer, em tempos como estes, aos sonhos presentemente das bellas artes, que, é verdade, em nenhuma desgraça nos abandonam; que até de mim posso dizer, que nos cárceres, e degredos, em que tantos annos andei por ser fiel a Vossa Magestade, e a Causa da Civilização e Liberdade do meu Paiz, me desampararam nunca, mas que certas nos abandonam a todos sempre no meio das discordias civis.

O desejo porém de conduzir, com meu poder, e Ministro mais sinceramente Patriota que Vossa Magestade ainda Se Dignou Chamar a Seus Conselhos, e o primeiro que de coração e puro zelo se tem dado a melhorar radicalmente a sorte de nossa desgraçada terra; este desejo, e o zelo pela Gloria de Vossa Magestade reuniram-nos minhas extinctas forças.

Senhora, o Theatro Portuguez nasceu no Paiz de nossos Reis; ao bafo e amparo dos Augustos Avós de Vossa Magestade se acendeu e brilhou o facho luminoso, que depois foi illustrar outros Paizes.

Lago e perdemos: que nos não illuminou mais; mas a gloria de o haver accendido não ficou menos aos Senhores Reis de Portugal, a quem tanto deve a civilização da especie humana, e o progresso das Nações modernas.

O mesmo genio poderoso que mandava descobrir a India: e que alterava o modo de exis-

tir do universo, mandou tambem abrir a scena moderna da Europa. E o Senhor Rei D. Manoel tanto achou em Portugal os animos, e corações de Vasco da Gama, e de Pedro Nunes como os talentos deste, e os de Gil Vicente.

Bem entendera aquelle grande Antepassado de Vossa Magestade a civilização e seus meios — no commercio, nas letras, e nas boas artes. Vossa Magestade, que não Succede a menos obscuros tempos, não Abrirá tambem para Portugal uma era menos gloriosa de civilização e fortuna.

Escusado é recordar que entre as joias que da Corôa Portuguesa nos levou a usurpação de Castella, não foi a menos bella esta de nosso Theatro. Como o Senhor Rei D. Manoel deixou pouco vividouro descendencia, tambem o seu poeta Gil Vicente deixou morredouros successores. Outros pendões foram fazer a conquista, navegação, e commercio dos altos mares, que nós abandonámos; outras Musas occuparam o Theatro que nós deixámos. E desta ultima gloria perdida, nem se quer memoria ficou nos titulos de nossos Reis.

Mas tudo nos tem sempre assim ido em Portugal, cujo fado é começar as grandes cousas do mundo, vê-las acabar por outros — acordarmos depois a luz, — distante já do facho que acenderamos, olhar á roda de nós, — e não ver senão trevas!

Com effecto, desde aquella epocha, nunca mais houve Theatro Portuguez. Todos os povos modernos foram, um de pôs o outro, pelo caminho que nós encetarámos, adiantando-se na carreira dramatica; nós voltámos para traz, e perdemos o tino da estrada, que nunca mais acertámos com ella.

Alguns esforços, alguma tentativas se tem feito, assim por individuos como pelo Governo: todos infructuosos, porque se não deu impulso simultaneo aos tres elementos que é preciso crear, porque nenhum delles existe.

Nem temos um Theatro material, nem um Drama, nem um Actor. Os actos de Gil Vicente, e as operas do infeliz Antonio José foram nossas unicas produções dramaticas verdadeiramente nacionaes. Um, e outros, toda que por motivos diferentes, são obsoletos e incapazes da scena.

Mas em Portugal ha talentos para todo: ha mais talento, e menos cultivação que em nenhum Paiz da Europa!

Basta que Vossa Magestade Se Digne evocar do cahos os elementos que ali luctam: e uma creação bella e grande surgirá á Sua Voz; tal, que Vossa Magestade Se comprazerá na Sua obra, e Alcancará na opinião do mundo um dos mais illustres titulos com que a historia honra os Principes — o de Protector das boas Artes.

Os meios e modos de levar a effecto esta grande obra, segundo as Ordens de Vossa Magestade, os recopilei em um plano breve, e coordenado quanto entendo, e sei faz-lo.

O zelo e efficacia do Ministro illustrado que por Mandado de Vossa Magestade me encarregou este trabalho, ha de supprir a todos os defeitos d'elle.

Deus guarde a preciosa Vida de Vossa Magestade os muitos annos que todos os Portuguezes havemos mister. Lisboa, aos 12 de Novembro de 1836. — *João Baptista de Almeida Garrett.*

HAVENDO encarregado a João Baptista de Almeida Garrett, do Meu Conselho, de Me propor um Plano para a fundação, e organização de um Theatro Nacional; e bem assim as providencias necessarias para levar a effecto os melhoramentos possiveis nos Theatros exis-

tentes, pela confiança que Tenho em seus talentos, litteratura, e patriotismo; Hei por bem, Conformando-Me com o seu parecer, Decretar o seguinte:

Artigo 1.º

§. 1.º E' creada uma Inspecção Geral dos Theatros, e Expectaculos Nacionaes.

§. 2.º A Inspecção Geral dos Theatros ficará immediatamente sujeita ao Secretario de Estado dos Negocios do Reino.

§. 3.º A Inspecção Geral dos Theatros será confiada a um Cidadão de reconhecido patriotismo, sabedoria, e conhecimentos especiaes neste ramo.

§. 4.º As funcções do Inspector Geral são tuas gratuitas, e por ellas não haverá ordenação alguma, nem perceberá emolumentos.

§. 5.º Ao Inspector Geral incumbem: 1.º velar, e prover em tudo quanto não for a policia externa dos Theatros, e mais Expectaculos: 2.º approvar as peças, e mais representações, que se hão de dar ao publico: 3.º interpor juizo de equidade, e conciliação em todos os casos de deintelligencia, que possam occorrer entre os Artistas dos Theatros, e seus Emprearos, ou Directores, e que não pertençam aos Juizes, e Tribunaes: 4.º dirigir, e fiscalizar a boa regencia dos Conservatorios, e Escolas, de que abaixo se trata (Art. 3.º): 5.º convocar, e presidir o jury dos premios (Art. 6.º): 6.º propor ao Governo todas as providencias que julgar necessarias ao melhoramento dos estabelecimentos que lhe são confiados.

Artigo 2.º

O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino dará immediatamente ao Inspector Geral as necessarias instruções para que, accordando com os Cidadãos zelosos, e amigos das Artes, que propozeram formar uma Sociedade para a fundação do Theatro Nacional, se effectue quanto antes esta transacção, do modo mais conveniente.

Artigo 3.º

§. 1.º E' creado em Lisboa um Conservatorio Geral da Arte Dramatica.

§. 2.º O Conservatorio da Arte Dramatica é dividido em tres Escolas, a saber: 1.º a Escola Dramatica, propriamente dita, ou de Declamação: 2.º a Escola de Musica: 3.º a Escola de Dança, Mimica, e Gymnastica especial.

§. 3.º Fica incorporado neste Estabelecimento o Conservatorio de Musica, effecto na Casa Pia por Decreto de 5 de Maio de 1835, depois de adoptadas as providencias que se vão tomar sobre este objecto.

§. 4.º Para reger as outras Escolas, e instruir os Alumnos nas diversas disciplinas que convem, serão tirados dos diversos Theatros de Lisboa os Actores, e Artistas mais excellentes, a quem por seu trabalho se dará uma gratificação correspondente.

§. 5.º O Inspector Geral proporá sem perda de tempo um Plano de Estatutos, e Regulamento destas Escolas, em que, pelo systema de premios e accessos, se fomenta, e proteja a Arte Dramatica, e suas subsidiarias tão abandonadas e perdidas entre nós.

Artigo 4.º

A' proporção que se forem formando os Alumnos, se irá tambem formando uma nova Companhia de Actores Nacionaes, que Eu tomarei debaixo de Minha Especial e Regia Protecção.

Artigo 5.º

§. 1.º Do mesmo modo se estabelecerão premios para os Auctores Dramaticos, assim de peças declamadas, como de peças cantadas, ou lyricas, que merecendo a publica acceitação, concorrerem para o melhoramento da Litteratura, e Artes Nacionaes.

Anexo B – Decreto de Lei nº310/83 de 1 de Julho

I SÉRIE — N.º 149 — 1-7-1983

2387

MINISTERIO DAS FINANÇAS E DO PLANO, DA EDUCAÇÃO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 310/83

de 1 de Julho

1. O presente diploma visa estruturar o ensino das várias artes — música, dança, teatro e cinema — que tem vindo a ser ministrado no Conservatório Nacional e em escolas afins, e tendo como objectivos a formação profissional dos respectivos artistas.

A educação artística que a todos deve ser proporcionada nos domínios da música e do movimento e drama não é objecto deste diploma, uma vez que a sua definição se situa no âmbito mais geral dos planos de estudos e programas dos ensinos básico e secundário.

O Estatuto do Conservatório Nacional e do seu pessoal docente rege-se ainda pela reforma de 1930, embora com alterações parcelares.

Assim, a partir de 1971 o ensino do Conservatório Nacional foi colocado em regime de experiência pedagógica; ao abrigo deste regime reorganizaram-se os planos de estudos e os programas e tentou-se, por um lado, a integração do ensino artístico com o ensino geral do mesmo nível e, por outro, a integração na mesma instituição do ensino de várias artes. Deste modo, para além dos cursos de Música e de Teatro, tradicionalmente ali ministrados, foram criados os cursos de Dança, de Cinema e de Educação pela Arte.

Se muitos foram os resultados positivos desta experiência, diversos factores condicionaram e diminuíram o seu alcance, entre os quais se contam a insuficiência de instalações e as dificuldades de gestão conjunta de uma instituição com estruturas administrativa e pedagogicamente inadequadas.

A situação de pessoal docente, a falta de regulamentação do ensino de nível superior, as dificuldades de articulação com o ensino geral, são questões que se arrastam e cuja definição tem prejudicado o ensino, afastando dele professores e alunos e acarretando um regime de frequência muitas vezes em acumulação, com carácter de actividade secundária, que impede uma plena dedicação e um verdadeiro profissionalismo.

Assim, a solução dos problemas do Conservatório Nacional passa necessariamente pela prévia definição dos estatutos dos ensinos que ali são ministrados, destes decorrendo o regime do pessoal docente e o das próprias escolas.

2. O ensino da música, para além do Conservatório Nacional, é ministrado em diversas instituições particulares, geralmente nascidas e mantidas pelo esforço de alguns professores, com maior ou menor apoio de entidades locais, ou outras, e recentemente do próprio Estado.

Nos últimos anos, algumas destas escolas vieram a transformar-se em estabelecimentos de ensino público — o Conservatório de Música do Porto, a Escola de Música de Calouste Gulbenkian de Braga, o Conservatório de Música da Madeira, o Instituto Gregoriano de Lisboa e os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo (estes sob a égide do Governo Regional dos Açores) —, enquanto por todo o País vêm surgindo novas instituições particulares.

Estas instituições estão ligadas pedagogicamente aos estabelecimentos oficiais e todos têm como modelo os planos de estudo e programas do Conservatório Nacional.

Ao proceder a uma reformulação do ensino vocacional da música há, pois, que ter em vista a realidade em todo o País, e não apenas no Conservatório Nacional, ainda que ressalvando a especificidade da situação e da tradição de ensino deste, bem como dos demais estabelecimentos públicos e particulares.

3. No que se refere à dança, para além do curso existente no Conservatório Nacional inicialmente ligado ao teatro, não tem havido, até agora, um sistema de ensino formal, fazendo-se a preparação profissional de bailarinos nas companhias de bailado e em alguns estúdios particulares. Por outro lado, existe por todo o País um ensino ao nível da iniciação ou da aprendizagem geral das técnicas de dança, de iniciativa individual ou ligado a instituições recreativas ou culturais, que vem despertando cada vez mais interesse e procura.

Constata-se, no entanto, a necessidade de maior número de professores e de uma melhor preparação profissional e pedagógica dos mesmos, sendo também necessário implementar a atribuição aos alunos de uma qualificação que sancione o trabalho realizado, cuja inexistência os leva, em alguns casos, a apresentar-se a exame em instituições estrangeiras.

Procura-se, pois, no presente diploma institucionalizar o ensino da dança como opção vocacional, no âmbito do ensino preparatório e secundário, e, ao nível do ensino superior, formar os professores necessários ao ensino vocacional e ministrar uma preparação para outras profissões ligadas à dança.

4. O ensino do teatro tem a mais antiga tradição no Conservatório Nacional, enquanto o curso de Cinema só foi introduzido, como experiência pedagógica, a partir de 1971.

Muito embora seja inegável a especificidade de cada uma destas artes, opta-se neste projecto por reunir numa mesma escola o seu ensino, que poderá alargar-se também à televisão e a outros domínios afins, embora devam estruturar-se departamentos próprios, com conveniente autonomia.

Julga-se que a escola ganhará assim maior peso e consistência, uma vez que boa parte dos profissionais que forma (actores, cenógrafos, técnicos de som e de iluminação, etc.) irá trabalhar em qualquer daqueles sectores, devendo, por isso, a sua formação ser polivalente, sem prejuízo da especialização requerida por cada um daqueles domínios.

5. Em linhas gerais, a solução preconizada no presente diploma para a reestruturação do ensino da música, da dança, do teatro e do cinema, e da consequente reconversão dos respectivos estabelecimentos públicos de ensino, parte das seguintes opções:

Inserção no esquema geral em vigor para os diferentes níveis de ensino;

Criação de áreas vocacionais da música e da dança integradas no ensino geral preparatório e secundário;

Integração no ensino superior politécnico do ensino profissional, ao mais alto nível técnico e artístico.

Assim:

a) Inserção no esquema geral do ensino:

A preocupação de definir um estatuto especial para o ensino das artes tem dificultado e protelado o consenso sobre as soluções a adoptar, com manifesto prejuízo para os professores, os alunos e o próprio ensino.

O presente diploma visa ultrapassar esta situação e, reconhecendo embora a especificidade do ensino destas artes, vem inseri-lo nos moldes gerais dos ensinos básico, secundário e superior, aplicando ao pessoal docente, à organização e gestão dos estabelecimentos de ensino, aos planos de estudo e diplomas os estatutos que lhes correspondam naqueles níveis de ensino.

Esta inserção nos moldes gerais do ensino em vigor vem quebrar o isolamento e as indefinições em que o ensino artístico tem vivido, com mais inconvenientes que vantagens, garantindo que qualquer alteração dos estatutos gerais lhe será por igual aplicável, acompanhando assim a evolução do sistema de ensino.

b) Integração curricular nos ensinos preparatório e secundário:

Nos ensinos da música e da dança há uma educação artística e um adestramento físico específicos, que têm de iniciar-se muito cedo, na maior parte dos casos até cerca dos 10 anos, constituindo assim uma opção vocacional precoce em relação à generalidade das escolas profissionais, que só vêm a realizar-se cerca dos 15 ou 16 anos, na entrada do 10.º ano de escolaridade. Importa, no entanto, que os planos de estudo a fixar salvaguardem a possibilidade de uma reorientação vocacional até este nível.

Por outro lado, o estudo do instrumento e a aprendizagem das técnicas de dança exigem um trabalho aturado e regular, ocupando várias horas por dia, o que torna difícil a acumulação da escolaridade geral completa com a frequência do Conservatório, comprometendo os resultados de uma e de outra e levando muitos alunos à desistência ou deficiente aproveitamento.

Não pode, porém, dispensar-se o cumprimento por estes da escolaridade geral, nomeadamente da obrigatoriedade, relegando-se para uma situação de inferioridade de conhecimentos e de valor de diplomas, com futuro prejuízo na sua carreira profissional ou na sequência de estudos.

Deste modo, julga-se necessário encontrar para tais alunos com uma opção vocacional artística um plano de estudos que integre a componente de formação específica com a componente de formação geral indispensável, por forma a conseguir uma carga horária equilibrada e mesmo progressivamente aliviada, mas conduzindo a diplomas de valor idêntico aos do ensino geral, ao nível do 9.º ano e do 12.º ano.

A criação de áreas próprias no ensino complementar vem assim satisfazer uma necessidade há muito sentida e possibilitar que o aluno a partir dos 15/16 anos se possa dedicar já intensamente à sua formação artística e profissional, o que deverá vir a alterar profundamente a situação actualmente vivida.

c) Integração no ensino superior politécnico:

Dentro do actual sistema do nosso ensino, julga-se que o ensino superior politécnico constitui a solução mais adequada nos seus objectivos e estruturas e a mais viável para estruturar o ensino superior destas artes.

De facto, trata-se essencialmente de formar profissionais qualificados, com um alto nível técnico e artístico, não parecendo justificar-se nem o alongamento da escolaridade, pois a carência de profissionais motiva já uma fuga para a profissão antes de terminados os cursos, nem um reforço de formações teóricas, dificilmente compatível com a intensidade absorvente da preparação técnica e artística exigida.

Opta-se, assim, pela estruturação de cursos de 2 a 3 anos, com carácter terminal, que ministrarão uma formação profissional aprofundada, preparando os artistas necessários às diferentes actividades; prevê-se, no entanto, que, para além destes, possam prosseguir-se nas mesmas escolas estudos de especialização, intensificando ou diversificando a formação anterior, de modo a alargar o leque de habilitações e saídas profissionais que será possível obter.

No que se refere ao pessoal docente necessário neste nível, a carreira do ensino superior politécnico aparece também como a opção mais adequada. De facto, o acesso na carreira universitária exige sobretudo os graus académicos que comprovam a capacidade científica (mestrado e doutoramento), enquanto a carreira politécnica valoriza o currículo técnico e profissional e permite o ingresso por concurso de provas públicas.

6. O ensino superior relacionado com estas artes não se esgota, porém, na preparação profissional ao mais alto nível dos artistas, mas debruça-se também sobre aquelas artes, como objecto de conhecimento, dos pontos de vista estético, histórico, sociológico, psico-fisiológico, etc., formando a matéria de disciplinas científicas e cursos já ministrados nas universidades ou que nestas deverão vir a ser acolhidos.

A regulamentação desta matéria encontra-se fora do âmbito do presente diploma, mas de tal modo se interpenetram os dois campos que não pode deixar de haver uma íntima associação entre as instituições que ministram um e outro tipo de ensino e uma articulação dos seus estudos, como se encontra previsto nos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, em que poderão ser creditadas as habilitações e a experiência profissional obtidas.

7. No que respeita ao futuro pessoal docente do ensino vocacional da música e da dança, cuja formação importa incentivar, prevê-se que os professores de Instrumentos, de Formação Musical e das disciplinas técnicas de Música e de Dança devam ter uma qualificação equivalente à dos demais professores do ensino secundário, nomeadamente dos do ensino vocacional, exigindo uma sólida preparação técnica de base, dada pelos correspondentes cursos superiores de Música ou de Dança, completada pelas metodologias do ensino da respectiva disciplina, pela preparação pedagógica geral e por um estágio de ensino, que, no conjunto, darão uma habilitação equivalente à das licenciaturas em ensino.

2 — Os planos de estudo referidos no número anterior serão organizados por forma que garantam a consecução dos objectivos próprios dos respectivos níveis de ensino, o igual valor dos diplomas do mesmo nível, a possibilidade de reorientação vocacional até ao 9.º ano de escolaridade e o acesso a qualquer área do ensino secundário complementar e ao ensino superior.

3 — Os planos de estudo referidos no n.º 1 deverão assegurar uma carga horária lectiva equilibrada na qual, progressivamente, predomine a componente vocacional.

Art. 6.º — 1 — O ensino correspondente aos planos de estudo referidos no artigo anterior poderá ser ministrado:

- a) Nos estabelecimentos de ensino da música ou da dança, em regime de ensino integrado, leccionando-se também as disciplinas de formação geral aos respectivos alunos;
- b) Simultaneamente num estabelecimento de ensino da música ou da dança e numa escola preparatória ou secundária, de forma articulada;
- c) Em escolas preparatórias e secundárias em que sejam ministradas as disciplinas de formação específica do ensino da música e da dança.

2 — Nos estabelecimentos que apenas ministram o ensino da música ou da dança, a componente vocacional pode ser ministrada independentemente do currículo de formação geral frequentado ou já obtido pelo aluno, mas os diplomas dos cursos gerais e complementares só podem ser passados quando o aluno comprove possuir a habilitação de todas as disciplinas que compõem o respectivo plano de estudos.

Art. 7.º — 1 — Os alunos que terminem com aproveitamento o conjunto de disciplinas que compõem os planos de estudo dos cursos complementares de Música ou de Dança têm direito a um diploma do respectivo curso complementar, a passar pelo estabelecimento de ensino que ministrou o ensino vocacional.

2 — O diploma de um curso complementar de Música ou de Dança é condição normal para ingresso nos respectivos cursos superiores de Música ou de Dança, bem como noutros cursos de ensino superior, nos termos da lei geral que regula o ingresso no ensino superior.

SECÇÃO II

Estabelecimentos de ensino

Art. 8.º — 1 — O ensino vocacional da música e da dança será ministrado em estabelecimentos de ensino genericamente designados, no presente diploma, por escolas de música e escolas de dança.

2 — As escolas de música e as escolas de dança ministram os cursos gerais e os cursos complementares respectivos.

3 — As escolas de música poderão também ministrar o ensino de música para crianças que frequentam o ensino primário ou a educação pré-escolar, em termos a regulamentar por despacho do Ministro da Educação.

4 — As escolas de música e as escolas de dança serão criadas por portaria conjunta do Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e dos Ministros da Educação e da Reforma Administrativa e os respectivos

quadros serão estabelecidos nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro.

5 — A organização, o funcionamento e a gestão das escolas de música e das escolas de dança regem-se pelos estatutos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.

Art. 9.º Poderão ser criadas nas escolas preparatórias e secundárias, por despacho do Ministro da Educação, sob proposta da respectiva direcção-geral de ensino, disciplinas dos cursos gerais de Música e de Dança, desde que se verifiquem condições para a sua leccionação e se disponha, pelo menos, de um professor com habilitação própria para as mesmas.

Art. 10.º Os professores das disciplinas de formação geral ministradas em estabelecimentos de ensino integrado poderão ter regimes próprios de recrutamento e provimento, em termos a regulamentar por portaria do Ministro da Educação, de modo a conseguir-se uma desejável articulação destas disciplinas com as do ensino vocacional.

SECÇÃO III

Carreiras docentes

Art. 11.º — 1 — Aplicam-se aos docentes do ensino vocacional da música e da dança as disposições sobre carreiras constantes do Decreto-Lei n.º 513-M1/79, de 27 de Dezembro, e legislação complementar e subsequente.

2 — As disciplinas do ensino vocacional da música e da dança constituirão grupos específicos, os quais, com as habilitações próprias e suficientes para o ensino dos diversos níveis e disciplinas, serão definidos por portaria do Ministro da Educação, acrescentando aos mapas n.ºs 1 e 3 anexos ao Decreto-Lei n.º 519-E2/79, de 29 de Dezembro, e regulando-se nos termos desse diploma.

3 — O sistema de profissionalização dos professores do ensino vocacional da música e da dança reger-se-á pela lei geral, com as adaptações necessárias, nos termos a definir por portaria do Ministro da Educação.

4 — Os concursos para provimento dos docentes a que se refere este artigo regulam-se pela legislação geral aplicável aos concursos dos professores do ensino preparatório e secundário, podendo, por um prazo de 3 anos a contar da entrada em vigor do presente diploma, ser introduzidas alterações àquele regime mediante portaria do Ministro da Educação.

5 — Poderão ser contratadas para a prestação de serviço docente no ensino vocacional da música e da dança, equiparadas a quaisquer categorias das carreiras docentes referidas no n.º 1, independentemente das habilitações que possuam, individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência, em termos a regular por despacho do Ministro da Educação.

6 — Poderão também ser ministrados pelos docentes das escolas superiores de música e de dança, total ou parcialmente, em articulação com as escolas de nível secundário, os cursos complementares referidos no artigo 4.º

Art. 12.º — 1 — Aos docentes do ensino vocacional da música poderá ser distribuído serviço em diferentes estabelecimentos de ensino, incluindo a leccionação da iniciação musical e instrumental no ensino primário e na educação pré-escolar.

2 — Quando o serviço distribuído a estes docentes obrigar à deslocação do estabelecimento de ensino em que se encontram colocados, dará direito à compensação de encargos de deslocação, nos termos da lei geral.

SECÇÃO IV

Ensino particular e cooperativo

Art. 13.º — 1 — Os estabelecimentos de ensino particular e cooperativa que ministrem o ensino vocacional da música ou da dança regular-se-ão pela legislação geral deste tipo de ensino e poderão adoptar a organização, planos de estudo e programas do ensino público ou ter planos de estudo e programas próprios.

2 — Poderá ser concedido paralelismo pedagógico aos estabelecimentos de ensino que o requeiram e reúnam as condições necessárias, nos termos da lei geral.

3 — A concessão e a manutenção de diplomas de professor do ensino particular de Música e de Dança pode ser condicionado à frequência de cursos de reciclagem e à prestação de provas de capacidade pedagógica.

4 — Para os efeitos previstos no número anterior, o Ministério da Educação, através das escolas superiores de música e de dança, organizará cursos de reciclagem de professores.

Art. 14.º — 1 — O Ministério da Educação poderá celebrar contratos simples ou de associação com os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, por forma a estabelecer uma rede escolar que garanta, de forma equitativa, o acesso ao ensino vocacional da música e da dança.

2 — Aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo da música e da dança que sejam convertidos em estabelecimentos públicos serão aplicáveis as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 792/75 e 793/75, de 31 de Dezembro.

II — Do ensino superior da música, da dança, do teatro e do cinema

Art. 15.º — 1 — O ensino superior da música, da dança, do teatro e do cinema insere-se nos objectivos e nas estruturas do ensino superior politécnico, visando a formação de profissionais naquelas áreas ao mais alto nível técnico e artístico.

2 — O ensino superior da música e da dança incluirá também a formação dos professores do ensino vocacional destas artes, podendo estabelecer-se acordos de cooperação com outras instituições de ensino superior, com vista a definir os planos de estudos adequados e a forma de ministrar a sua componente de ordem pedagógica.

Art. 16.º — 1 — Os cursos a que se refere o n.º 1 do artigo anterior conferem o grau de bacharel.

2 — Podem também ser criados cursos de especialização nos domínios do ensino superior ministrados nas respectivas escolas, os quais, de acordo com a sua duração e nível, poderão dar direito a um diploma específico, equiparado para efeitos profissionais às licenciaturas conferidas pelas universidades.

Art. 17.º — 1 — O ensino superior a que se referem os artigos 15.º e 16.º será ministrado em escolas de ensino superior politécnico, que poderão adoptar as designações de escola superior ou conservatório supe-

rior, de acordo com proposta da respectiva comissão instaladora.

2 — A organização, o funcionamento e a gestão das escolas superiores referidas no n.º 1 serão regulados pela legislação aplicável aos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

3 — As referências feitas na legislação geral ao carácter científico e técnico de órgãos, actividades ou funções daqueles estabelecimentos de ensino deverão entender-se sempre como abrangendo também o carácter artístico dos mesmos.

4 — As escolas superiores referidas no n.º 1 poderão associar-se para a realização de cursos ou de projectos de interesse comum e poderão vir a federar-se num conservatório nacional abrangendo escolas de diversas artes, a criar por decreto do Governo, sem prejuízo da autonomia pedagógica e administrativa de cada escola.

Art. 18.º — 1 — Aos docentes do ensino superior da música, da dança, do teatro e do cinema aplica-se o estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico.

2 — Por portaria do Ministro da Educação poderão ser introduzidas alterações no que respeita às provas previstas no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, por forma a obter a melhor adequação das mesmas à especificidade daquelas artes.

3 — Os cursos superiores de Música criados pelo Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930, e os cursos de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional consideram-se adequados para efeito de recrutamento de pessoal docente para as respectivas escolas superiores, nos termos do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro.

III — Disposições finais e transitórias

SECÇÃO I

Reconversão do Conservatório Nacional

Art. 19.º O Conservatório Nacional será reconvertido nos termos previstos nos artigos seguintes, sucedendo-lhe, para todos os efeitos legais, os estabelecimentos de ensino agora criados, considerando-se extinto a partir de data a fixar por portaria do Ministro da Educação, uma vez terminadas as operações resultantes da reconversão nos termos do artigo 22.º

Art. 20.º — 1 — São criadas em Lisboa as Escolas Superiores de Música, de Dança e de Teatro e Cinema.

2 — As Escolas referidas no número anterior ficam sujeitas ao regime de instalação previsto no Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro, sendo as respectivas comissões instaladoras nomeadas pelo Ministro da Educação, no prazo de 60 dias a contar da publicação do presente diploma, nos termos do artigo 6.º daquele decreto-lei, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 131/80, de 17 de Maio.

3 — A Escola Superior de Teatro e Cinema será estruturada em departamentos, podendo abranger também os domínios da televisão.

4 — As Escolas referidas nos números anteriores poderão estabelecer acordos de colaboração com outras entidades públicas ou privadas, nomeadamente com institutos, companhias e teatros nacionais depen-

dentes do Ministério da Cultura, por forma a obter o melhor aproveitamento dos meios existentes.

Art. 21.º — 1 — São criadas em Lisboa a Escola de Música e a Escola de Dança, que sucedem, no ensino vocacional destas artes, ao Conservatório Nacional.

2 — As Escolas criadas nos termos do número anterior consideram-se em fase de instalação a partir de 1 de Outubro de 1983, regulando-se o seu funcionamento nos termos da Portaria n.º 561/77, de 8 de Setembro.

Art. 22.º — 1 — É constituída a Comissão Coordenadora da Reconversão do Conservatório Nacional, composta pelos presidentes das comissões instaladoras dos estabelecimentos de ensino criados nos termos dos artigos 20.º e 21.º e pelo chefe de secretaria do Conservatório Nacional, que servirá de secretário.

2 — Os membros docentes escolherão entre si o presidente e o vice-presidente da Comissão Coordenadora, exercendo estes, com o chefe de secretaria, as funções de conselho administrativo.

3 — Compete à Comissão Coordenadora:

- a) Apresentar ao Ministro da Educação as propostas de reconversão previstas no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro, coordenando as propostas nesse sentido elaboradas pelas diferentes Escolas que delas fazem parte;
- b) Assegurar a gestão das dotações orçamentais atribuídas ao Conservatório Nacional, até ao final do ano económico de 1983;
- c) Garantir a gestão do pessoal, instalações, equipamento e verbas pertencentes ao Conservatório Nacional, enquanto não forem afectados a alguma das Escolas ou outra entidade, e assegurar todas as operações necessárias à transição para as novas situações;
- d) Assegurar a coordenação das actividades das diferentes Escolas, enquanto esta se revelar necessária, devido à utilização comum de instalações, equipamentos, serviços ou dotações orçamentais.

4 — A Comissão Coordenadora iniciará funções em 1 de Outubro de 1983 e será extinta, por despacho ministerial, quando se encontrar esgotado o objecto do seu mandato, nomeadamente pela plena autonomização das Escolas nela representadas, independentemente do termo do regime de instalação de cada uma destas.

5 — A partir de 1 de Janeiro de 1984 cada uma das Escolas criadas pelos artigos 20.º e 21.º disporá de orçamento próprio, gerindo-se autonomamente dos pontos de vista administrativo e pedagógico, sem prejuízo da coordenação a efectuar nos termos dos números anteriores.

6 — Deixarão de fazer parte da Comissão Coordenadora, mediante despacho ministerial, as Escolas em relação às quais não seja já necessário assegurar as funções de coordenação previstas no n.º 3.

7 — Os professores de Educação pela Arte vinculados ao quadro transitório do Conservatório Nacional escolherão entre si um representante junto da Comissão Coordenadora de Reconversão, o qual será ouvido

em relação às decisões que afectem aqueles professores e sempre que a Comissão o julgue necessário.

Art. 23.º — 1 — Cabe à Escola de Música e à Escola de Dança, criadas pelo artigo 21.º, assegurar a continuação de estudos, a realização de exames e a passagem de certificados ou diplomas dos respectivos cursos realizados de acordo com os planos de estudo previstos no Decreto n.º 18 881 ou instituídos ao abrigo do regime de experiência pedagógica do Conservatório Nacional.

2 — Cabe à Escola Superior de Teatro e Cinema assegurar a continuação dos respectivos cursos actualmente ministrados, a realização de exames e a passagem dos respectivos certificados ou diplomas.

Art. 24.º — 1 — A documentação do Conservatório Nacional, depois de devidamente seleccionada, será entregue a cada uma das Escolas que lhe sucedem, na medida em que possa ter utilidade prática para as mesmas, sendo a restante documentação transferida para entidade a indicar por despacho ministerial.

2 — As novas Escolas garantirão a passagem de certidões relativas à documentação que lhes fique entregue.

SECÇÃO II

Reestruturação dos outros estabelecimentos públicos de ensino da música

Art. 25.º Os actuais estabelecimentos públicos de ensino da música serão reestruturados de acordo com as disposições seguintes.

Art. 26.º — 1 — São criadas a Escola Superior de Música do Porto e a Escola de Música, que sucedem, para todos os efeitos legais e contratuais, ao Conservatório de Música do Porto, o qual se considera extinto a partir de data a fixar por portaria do Ministro da Educação, nos termos previstos no artigo 19.º

2 — Os estabelecimentos de ensino a que se refere o número anterior ficam sujeitos ao regime de instalação, aplicando-se-lhes o disposto, respectivamente, no n.º 2 do artigo 20.º e no n.º 2 do artigo 21.º do presente diploma.

3 — As comissões instaladoras dos dois estabelecimentos de ensino, em conjunto com o chefe de secretaria do Conservatório de Música do Porto, constituem a Comissão Coordenadora de Reconversão daquele estabelecimento de ensino, sendo-lhe aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 22.º

4 — Aplica-se à Escola de Música criada nos termos do n.º 1 o disposto no n.º 1 do artigo 23.º do presente diploma, ficando à guarda desta a documentação do Conservatório de Música do Porto, da qual passará as respectivas certidões.

Art. 27.º — 1 — O Instituto Gregoriano de Lisboa será reestruturado de acordo com as disposições do presente diploma, tendo em conta a especificidade dos seus objectivos.

2 — O Instituto Gregoriano de Lisboa abrangerá uma escola de música, ministrando o ensino vocacional com características próprias, e um departamento de estudos superiores gregorianos, que fará parte da Escola Superior de Música de Lisboa, nos termos a regular pelo diploma que efectue a reestruturação prevista no número anterior.

3 — A Escola de Música de Calouste Gulbenkian de Braga será adaptada, por portaria do Ministro da Educação, de acordo com o disposto no presente diploma,

como escola de música nos termos definidos no artigo 8.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º

4 — O regime vigente para os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo será adaptado de acordo com o disposto no presente diploma e no Decreto-Lei n.º 338/79, de 25 de Agosto, pelos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Art. 28.º — 1 — O Conservatório de Música da Madeira passa a depender dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 364/79, de 4 de Setembro, cabendo a estes efectuar a respectiva reestruturação de acordo com as disposições do presente diploma.

2 — O Ministério da Educação suportará os encargos de funcionamento do Conservatório de Música da Madeira até 31 de Dezembro de 1983, data a partir da qual os mesmos passarão a ser da responsabilidade da Região Autónoma da Madeira.

SECÇÃO III

Regime de transição de pessoal

Art. 29.º Os actuais professores do Conservatório Nacional e os do ensino da música e disciplinas afins dos estabelecimentos públicos de ensino da música beneficiam do regime de transição previsto nas disposições seguintes.

Art. 30.º — 1 — São criados os quadros transitórios do Conservatório Nacional e de cada um dos actuais estabelecimentos públicos de ensino da música constantes dos mapas anexos ao presente diploma, cujos lugares se extinguirão à medida que vagarem.

2 — Têm direito ao ingresso no quadro transitório do Conservatório Nacional os professores pertencentes ao quadro do mesmo e os contratados que até 31 de Dezembro de 1983 completem 5 anos de serviço e que declarem a sua opção de ingresso neste quadro, no prazo de 30 dias após a entrada em vigor do presente diploma.

3 — Têm direito a ingresso nos quadros transitórios dos estabelecimentos públicos do ensino da música os professores do ensino da música e disciplinas afins já pertencentes ao quadro e os contratados que até 31 de Dezembro de 1983 completem 5 anos de serviço, prestado com habilitações próprias no respectivo estabelecimento de ensino ou neste e noutros estabelecimentos públicos de ensino da música, e que declarem a sua opção nos termos do número anterior.

4 — Aos professores que até 31 de Dezembro de 1983 completem 3 anos de serviço nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 é garantida a celebração de um contrato na respectiva escola, nas condições actuais de serviço e remuneração, por 2 anos, renovável por mais 1 ano, se tal for necessário para terminar a sua profissionalização.

5 — Aos professores estrangeiros que preencham as condições previstas nos n.ºs 3 e 4 deste artigo serão mantidos os contratos nas condições actuais de serviço e remuneração, respectivamente, sem limites de tempo ou nos termos do número anterior.

6 — Para efeito do disposto nos números anteriores, será contado também nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro, o tempo de serviço prestado nos estabelecimentos de ensino particulares que directamente antecederam os actuais.

7 — Para efeito do n.º 3, consideram-se habilitações próprias os cursos superiores e os cursos completos de Instrumentos previstos no Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930.

8 — Os professores de Instrumentos e disciplinas afins não contemplados no Decreto n.º 18 881 poderão ser considerados, mediante despacho ministerial para cada caso, como possuidores de habilitação ou currículo adequado ao ensino da disciplina que ministram, para efeitos de aplicação dos n.ºs 3 e 4 deste artigo.

Art. 31.º Os professores providos nos quadros transitórios têm a remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 68/82, de 3 de Março, e o número de horas de aula semanal determinado no artigo 25.º do Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930.

Art. 32.º — 1 — Os professores providos num quadro transitório poderão prestar serviço nos estabelecimentos de ensino superior criados nos termos do presente diploma, em estabelecimentos de ensino vocacional da música ou da dança ou noutros serviços dependentes do Ministério da Educação, em regime de colocação especial previsto na lei.

2 — Os professores dos quadros transitórios que prestem serviço nos estabelecimentos de ensino superior serão equiparados às categorias da carreira docente correspondentes às funções que sejam chamados a desempenhar, podendo optar pelo vencimento do quadro de origem.

3 — Poderão também os professores providos num quadro transitório ser chamados a prestar serviço nas escolas superiores criadas pelo presente diploma, ou noutros serviços dependentes do Ministério da Educação, com funções de natureza técnica ou de investigação, compatíveis com a especialização e experiência que possuam, nas condições de trabalho e remuneração que tenham no lugar de origem.

4 — Aos professores dos quadros transitórios que prestem serviço nos estabelecimentos de ensino vocacional da música ou da dança poderão ser atribuídas, de acordo com as necessidades do serviço, até 18 horas semanais de serviço docente ou equiparado, só podendo ser consideradas horas extraordinárias as que excedam aquele número.

Art. 33.º — 1 — Os professores providos num quadro transitório poderão optar, a todo o tempo, pelo ingresso no quadro do respectivo estabelecimento de ensino vocacional da música ou da dança, nos termos gerais da carreira docente, nos respectivos grupos, disciplinas ou especialidades.

2 — Para efeitos de progressão na carreira docente, será contado todo o tempo de serviço docente prestado com habilitação própria em estabelecimentos de ensino da música ou da dança, públicos ou particulares, bem como no Departamento de Ciências Musicais da Universidade Nova de Lisboa, e o tempo prestado como professor profissionalizado nas disciplinas da educação musical e da música, ou outras equivalentes, dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário.

3 — A contagem do tempo de serviço no ensino particular e cooperativo, para efeitos do número anterior, será feita nos termos do Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro.

Art. 34.º — 1 — Os lugares do quadro transitório cativam igual número de lugares do quadro do respectivo estabelecimento de ensino vocacional da mú-

sica ou da dança, os quais só poderão ser providos nos termos do n.º 1 do artigo anterior ou após a libertação de lugares por extinção daqueles, bem como nos termos dos artigos 5.º, 6.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 373/77, de 5 de Setembro.

2 — Os professores que optem pelo ingresso no quadro do respectivo estabelecimento de ensino nos termos do n.º 1 do artigo anterior, quando excedam o número de lugares daquele quadro, ficarão na situação de supranumerários, ocupando automaticamente a primeira vaga que se verifique no respectivo grupo ou disciplina.

Art. 35.º — 1 — Os professores em exercício à data da publicação do presente diploma que não completem, até 31 de Dezembro de 1983, 5 ou 3 anos de serviço nos termos do artigo 30.º poderão ser contratados nos termos gerais da legislação aplicável ao respectivo estabelecimento de ensino.

2 — Aos docentes referidos no número anterior, bem como a outros que venham a ser providos em estabelecimentos com ensino vocacional da música ou da dança, será contado, para todos os efeitos, o serviço docente anteriormente prestado, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 33.º

Art. 36.º Sob proposta fundamentada das comissões coordenadoras de reconversão, o pessoal não docente será afectado às novas Escolas criadas pelo presente diploma, sem prejuízo da reclassificação a que se refere o Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de Dezembro.

SECÇÃO IV

Regime aplicável à transição dos planos de estudo e às habilitações anteriores

Art. 37.º — 1 — Para efeitos de seguimento de estudos, será estabelecido um regime transitório a aprovar por despacho ministerial, tendo em conta os planos de estudo e os programas a fixar.

2 — Até ao fim do ano lectivo de 1984-1985, poderão os alunos terminar os cursos gerais da Música e da Dança e outros cursos, segundo os planos de estudo actualmente em vigor, sem prejuízo do disposto no n.º 4.

3 — Os alunos que não possam terminar os referidos cursos naquele prazo deverão transitar para os novos planos de estudo, de acordo com o regime a fixar nos termos do n.º 1.

4 — Os cursos superiores da Música criados pelo Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930, e os cursos actualmente ministrados pelas Escolas de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional poderão manter-se enquanto não forem criados os novos cursos de ensino superior politécnico, e os respectivos exames poderão ainda ser realizados nos 3 anos lectivos posteriores à publicação dos diplomas que criem os novos cursos.

Art. 38.º Das habilitações obtidas de acordo com os planos de estudo fixados ao abrigo da experiência pedagógica serão passados os respectivos diplomas ou certificados, nos termos a fixar por portaria do Ministério da Educação.

Art. 39.º — 1 — Por despacho do Ministro da Educação, poderão as habilitações adquiridas ao abrigo do Decreto n.º 18 881, de 25 de Setembro de 1930, e do regime de experiência pedagógica ser declaradas suficientes para efeito de prosseguimento de estudos.

2 — Por portaria dos Ministros da Educação e da Reforma Administrativa, poderão as habilitações referidas no número anterior ser declaradas adequadas ao provimento em determinados cargos públicos.

SECÇÃO V

Disposições finais

Art. 40.º — 1 — As Escolas Superiores de Música, de Dança e de Teatro e Cinema integram-se nas estruturas gerais de coordenação do ensino superior politécnico e dependem da Direcção-Geral do Ensino Superior.

2 — O ensino vocacional da música e da dança e as respectivas Escolas dependem da Direcção-Geral do Ensino Secundário, onde deverá constituir-se um serviço próprio para a orientação pedagógica de cada um desses sectores, bem como das outras direcções-gerais e organismos que superintendem no ensino secundário, no âmbito da respectiva competência.

3 — A gestão do pessoal pertencente aos quadros transitórios da música e da dança cabe às escolas de música e de dança que sucedem ao respectivo estabelecimento de ensino, sob a superintendência da Direcção-Geral de Pessoal.

4 — A gestão do pessoal pertencente aos quadros transitórios do teatro e do cinema cabe à respectiva Escola Superior, sob a superintendência da Direcção-Geral do Ensino Superior.

5 — A gestão do pessoal pertencente ao quadro transitório da educação pela arte cabe à Direcção-Geral do Ensino Superior.

Art. 41.º — 1 — Os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma relativos às escolas de música e de dança, bem como os encargos com os quadros transitórios, serão suportados, até ao final do ano económico de 1983, pelas dotações destinadas aos actuais estabelecimentos de ensino a que aquelas escolas sucedem.

2 — Os encargos decorrentes da aplicação do presente diploma relativos às novas Escolas Superiores serão suportados pelas dotações do Ministério da Educação destinadas aos novos estabelecimentos de ensino superior politécnico.

Art. 42.º O ingresso do pessoal docente nos quadros transitórios e as demais disposições relativas às carreiras docentes e à transição do pessoal produzem efeitos a partir de 1 de Outubro de 1983.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Maio de 1983. — *Francisco José Pereira Balsemão* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *João José Fraústo da Silva* — *António Jorge de Figueiredo Lopes*.

Promulgado em 8 de Junho de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 8 de Junho de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

MAPA I
Quadro transitório do pessoal docente
do Conservatório Nacional

Cursos	Designação	Categoria	Número de lugares
Música	Professores de 1.ª categoria	D	7
	Professores de 2.ª categoria	E	50
Teatro	Professores	E	11
Dança	Professores	E	13
Cinema	Professores	E	8
Educação pela Arte	Professores	E	12

MAPA II
Quadro transitório do pessoal docente
do Conservatório de Música do Porto

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	39

MAPA III
Quadro transitório do pessoal docente
do Instituto Gregoriano de Lisboa

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	8

MAPA IV
Quadro transitório do pessoal docente
do Conservatório de Música de Madeira

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	10

MAPA V
Quadro transitório do pessoal docente
da Escola de Música de Calouste Gulbenkian

Designação	Categoria	Número de lugares
Professores	E	12

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO,
DOS ASSUNTOS SOCIAIS
E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Decreto do Governo n.º 50/83
de 1 de Julho

Mediante o presente diploma procede-se a uma alteração, que urge, relativamente ao quadro de pessoal de direcção e chefia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Pretende-se dotar o referido quadro por forma compatível com a dimensão do Serviço de Acção Social, face à importância e multiplicidade de acções que este Serviço é chamado a desempenhar.

Procura-se, assim, possibilitar o adequado enquadramento hierárquico do Serviço de Acção Social, com evidente interesse público, no que respeita à boa administração do respectivo orçamento anual, que ascende a cerca de 1 milhão de contos, e, bem assim, no que toca à melhor gestão do seu pessoal, de cerca de mil unidades.

Acresce que o Serviço de Acção Social, pela actividade que exerce e pela população a que especialmente se dirige, exige o conveniente controle da acção promocional que prossegue e da rentabilidade das avultadas somas que despende.

Tenha-se ainda presente que o actual Serviço de Acção Social resultou da fusão de 2 Serviços, o Serviço de Assistência e o Serviço Social, alteração que se operou através do Decreto-Lei n.º 313/79, de 20 de Agosto, não se tendo nessa data produzido a necessária alteração do quadro de pessoal de direcção e chefia na parte que diz respeito ao mesmo Serviço de Acção Social. Cada um dos referidos Serviços dispunha de 1 lugar de chefe de divisão, conforme o Decreto n.º 832/74, de 31 de Dezembro, tendo o Serviço resultante ficado a dispor, e inexplicavelmente, de apenas 1 lugar de chefe de divisão.

Importa, pois, e sem mais delongas, dotar convenientemente o referido quadro de pessoal no que respeita ao Serviço de Acção Social.

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 692/70, de 31 de Dezembro:

O Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O quadro de direcção e chefia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em vigor nesta data, é acrescido de 1 lugar de director de serviço, de 3 lugares de chefe de divisão e de 1 lugar de chefe de repartição, a afectar ao respectivo Serviço de Acção Social.

Art. 2.º A regulamentação do Serviço de Acção Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa será estabelecida por portaria do ministro da tutela.

Francisco José Pereira Pinto Balsemão — Alípio Barrosa Pereira Dias — Luís Eduardo da Silva Barbosa — António Jorge de Figueiredo Lopes.

Assinado em 8 de Junho de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 8 de Junho de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 311/83
de 1 de Julho

Criado pelo Decreto-Lei n.º 104/80, de 10 de Maio, o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça e já aprovado o respectivo diploma regula

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

3916

Diário da República, 1.ª série—N.º 146—30 de julho de 2012

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 107/2012

de 30 de julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 133.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É fixado, de harmonia com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de julho, o dia 14 de outubro de 2012 para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assinado em 25 de julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portaria n.º 225/2012

de 30 de julho

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico, reforçando, entre outros aspetos, a autonomia pedagógica e organizativa das escolas. Introduziu-se uma maior flexibilidade na organização das atividades letivas, designadamente na definição da duração, no tempo a atribuir a cada disciplina, dentro de limites estabelecidos — um mínimo por disciplina e um total de carga curricular a cumprir.

Importa então harmonizar, em conformidade, os planos de estudo dos cursos de ensino artístico especializado de nível básico, criados pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, alterada pela Portaria n.º 267/2011, de 15 de setembro, de forma a valorizar a especificidade curricular do ensino artístico especializado, assegurando uma carga horária equilibrada na qual, progressivamente, predomine a componente artística especializada.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, todos do Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 352/93, de 7 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, dos artigos 1.º, 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, manda o Governo, pela Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 — O presente diploma cria o Curso Básico de Dança, o Curso Básico de Música e o Curso Básico de Canto Gregoriano dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e aprova os respetivos planos de estudo, constantes dos anexos I a VI da presente portaria, do qual fazem parte integrante.

2 — O presente diploma estabelece ainda o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos no número anterior, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3 — As disposições constantes no presente diploma aplicam-se aos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.

Artigo 2.º

Organização do currículo

1 — Os planos de estudo integram:

a) Áreas disciplinares e disciplinas de formação geral, de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que visam contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos;

b) Áreas disciplinares e disciplinas de formação vocacional que visam desenvolver o conjunto de conhecimentos a adquirir e capacidades a desenvolver inerentes à especificidade do curso em que se insere;

c) Carga horária semanal mínima de cada uma das disciplinas;

d) Carga horária total a cumprir.

2 — Nos cursos básicos da área da Música são ministrados os instrumentos que constam do anexo VII da presente portaria, da qual faz parte integrante, sem prejuízo de outros poderem vir a ser lecionados, na sequência de proposta devidamente fundamentada formulada pelos estabelecimentos de ensino e homologada pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

3 — Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 7 do artigo 9.º, e no âmbito da disciplina de Instrumento pode igualmente ser lecionado Canto.

4 — As cargas horárias dos planos de estudo são estabelecidas em função da natureza das disciplinas e das condições existentes na escola, em conformidade com o disposto nos anexos I a VI.

5 — Os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver, no âmbito das componentes do currículo previstas na alínea a) do n.º 1, têm como referência os programas e as metas curriculares das disciplinas e áreas disciplinares em vigor para o ensino básico geral.

6 — Os programas e as metas curriculares das disciplinas que integram a componente de formação vocacional, à exceção da disciplina de Oferta Complementar, são homologados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 3.º

Organização das iniciações no 1.º ciclo

1 — As iniciações em Dança e em Música destinam-se a alunos que frequentem o 1.º ciclo do ensino básico e têm uma duração global mínima de 135 minutos semanais.

2 — As iniciações em Dança integram disciplinas de conjunto como Técnica de Dança Clássica, Técnica de Dança Contemporânea e ou Dança Criativa.

3 — As iniciações em Música integram disciplinas de conjunto como Classes de Conjunto e Formação Musical e a disciplina de Instrumento, esta última com a duração mínima de 45 minutos, lecionada individualmente ou em grupos que não excedam os quatro alunos.

Artigo 4.º

Regimes de frequência

1 — Os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano são frequentados em regime integrado, num

Anexo C – Despacho nº76 /EAM/ 85

9368

II SÉRIE — N.º 232 — 9-10-1985

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro

Desp. 76/SEAM/85. — A integração do ensino da música nos planos de estudo do ensino preparatório e secundário como opção vocacional, nos termos previstos no Dec.-Lei 310/83, de 1-7, e concretizados pela Port. 294/84, de 17-5, visou possibilitar a compatibilização dos horários escolares e aliviar, na medida do possível, a carga horária total, por forma a permitir a frequência regular do ensino da música, a disponibilidade e maior empenhamento no estudo por parte dos alunos e o pleno reconhecimento destas disciplinas no sistema formal de ensino.

Torna-se, pois, necessário atender à situação de muitos alunos que terão de continuar a frequentar o ensino da música em acumulação com outros estudos ou trabalhos profissionais, dando-lhes a possibilidade de frequência em horários pós-laboral e em regime de cursos designados como supletivos, os quais permitirão também apoiar os casos frequentes de vocações tardias, que não é possível integrar nas classes normais de alunos que frequentam os ensinos preparatório ou secundário unificado.

Estes cursos supletivos visam uma formação musical idêntica à ministrada pelos cursos básico e complementar normais, sofrendo apenas alguns ajustamentos nos planos de estudos impostos pelo tipo de alunos a que se destinam e pelo seu horário pós-laboral, limitando-se à leccionação das disciplinas de formação específica e vocacional de carácter estritamente musical.

Assim, de acordo com o disposto nos arts. 3.º, 4.º e 5.º do Dec.-Lei 310/83, de 1-7, e na Port. 294/84, de 17-5, e ao abrigo do disposto no art. 2.º do Dec.-Lei 47 587, de 10-3-67;

Determino:

- 1 — O curso básico e o curso complementar de Música, definidos nos termos dos arts. 3.º, 4.º e 5.º do Dec.-Lei 310/83 e pela Port. 294/84, de 17-5, poderão ser ministrados como cursos supletivos de música, nos termos do presente despacho.
- 2 — O curso básico, designação que substitui a do curso geral constante dos diplomas citados no número anterior, visa a aquisição pelo aluno das bases gerais de formação musical e de domínio da execução dos instrumentos, devendo os métodos de ensino destas disciplinas ser adaptados ao nível etário dos alunos que as frequentam.
- 3 — O curso supletivo complementar visa, consoante as formações vocacionais que o integram, os objectivos consignados nos n.ºs 2, 3 e 4 do art. 4.º do Dec.-Lei 310/83, constituindo uma via de acesso aos cursos superiores de Música e podendo conferir habilitações técnico-profissionais, mediante planos de estudos apropriados.
- 4 — Os planos de estudo dos cursos supletivos básico e complementar de Música são os que constam dos mapas I e II anexos ao presente despacho.
- 5 — Os cursos supletivos de Música são ministrados normalmente em horário pós-laboral, sem prejuízo da possibilidade de funcionamento antecipado e de leccionação de uma ou mais disciplinas fora deste horário, de acordo com as necessidades de organização do serviço docente em determinada escola, desde que devidamente fundamentadas.
- 6 — As condições de matrícula e renovação de matrícula, de frequência e de avaliação dos cursos supletivos de Música são as que constam dos diplomas que regulam estas matérias para o ensino vocacional da música, com as adaptações que se mostrem necessárias.
- 7 — O funcionamento destes cursos em horário pós-laboral regula-se pelo disposto para os demais cursos de ensino secundário ministrados no mesmo regime, devendo os horários dos professores ser organizados nos termos da respectiva regulamentação e enviados à Inspeção-Geral de Ensino e à Direcção-Geral do Ensino Secundário.
- 8 — A habilitação do curso geral ou do curso complementar realizados em regime pós-laboral tem os mesmos efeitos para sequência de estudos ou para fins profissionais que a obtida no regime normal de frequência, com os condicionamentos resultantes da formação vocacional que o aluno tenha realizado.

27-9-85. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, *António de Almeida Costa*.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

9369

II SÉRIE — 17.º 231 — 10. 05

MAPA I

plano de estudos do curso básico de Música
em regime supletivo

Disciplinas	Número de alunos/turma	Horas semanais
Formação Musical	6/10	1+1
Instrumento	1	1
Coro	-	1
Total		4

MAPA II

Plano de estudos do curso complementar de Música
em regime supletivo

Disciplinas	Número de alunos/turma	Horas semanais		
		1.º ano	2.º ano	3.º ano
Formação Específica:				
Formação Musical	6/11	1+1	1+1	1+1
Análise e Técnicas de Composição	-	-	-	-
Análise	6/11	2	2	2
Técnicas de Composição	3/6	1	1	1
História da Música	-	1+1	1+1	1+1
Acústica Musical	-	1	-	-
Prática do Teclado	2/3	-	1	1
Coro/Orquestra	-	1+1/2	1+1/2	1+1/2
Conjuntos Instrumentais	-	1	1	1
Total		11	11	11
Formação Vocacional:				
1 — Curso de Instrumento:				
Instrumento principal ..	1	1	1	1
2 — Curso de Canto:				
Técnica Vocal	1	1	1	1
Instrumento de Tecla (a) ..	1	1	1	1
Italiano	-	1+1	1+1	1+1
3 — Curso de Formação Musical:				
Instrumento principal ..	1	1	1	1
Instrumento de tecla (b) ..	1	1	1	1
Total		1/4	1/4	1/4

(a) Quando o aluno não possua já o 4.º grau ou equivalência.

(b) Quando o instrumento principal não seja um instrumento de tecla.

Anexo D – Diário da República nº 107/2012 de 30 de Junho

3916

Diário da República, 1.ª série—N.º 146—30 de julho de 2012

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 107/2012

de 30 de julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 133.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É fixado, de harmonia com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação dada pela Lei Orgânica n.º 2/2000, de 14 de julho, o dia 14 de outubro de 2012 para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assinado em 25 de julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portaria n.º 225/2012

de 30 de julho

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino básico, reforçando, entre outros aspetos, a autonomia pedagógica e organizativa das escolas. Introduziu-se uma maior flexibilidade na organização das atividades letivas, designadamente na definição da duração, no tempo a atribuir a cada disciplina, dentro de limites estabelecidos — um mínimo por disciplina e um total de carga curricular a cumprir.

Importa então harmonizar, em conformidade, os planos de estudo dos cursos de ensino artístico especializado de nível básico, criados pela Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, alterada pela Portaria n.º 267/2011, de 15 de setembro, de forma a valorizar a especificidade curricular do ensino artístico especializado, assegurando uma carga horária equilibrada na qual, progressivamente, predomine a componente artística especializada.

Assim:

Ao abrigo do n.º 2 dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º, todos do Decreto-Lei n.º 310/83, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 352/93, de 7 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, dos artigos 1.º, 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 344/90, de 2 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, manda o Governo, pela Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

1 — O presente diploma cria o Curso Básico de Dança, o Curso Básico de Música e o Curso Básico de Canto Gregoriano dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e aprova os respetivos planos de estudo, constantes dos anexos I a VI da presente portaria, do qual fazem parte integrante.

2 — O presente diploma estabelece ainda o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos no número anterior, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

3 — As disposições constantes no presente diploma aplicam-se aos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.

Artigo 2.º

Organização do currículo

1 — Os planos de estudo integram:

a) Áreas disciplinares e disciplinas de formação geral, de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que visam contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos;

b) Áreas disciplinares e disciplinas de formação vocacional que visam desenvolver o conjunto de conhecimentos a adquirir e capacidades a desenvolver inerentes à especificidade do curso em que se insere;

c) Carga horária semanal mínima de cada uma das disciplinas;

d) Carga horária total a cumprir.

2 — Nos cursos básicos da área da Música são ministrados os instrumentos que constam do anexo VII da presente portaria, da qual faz parte integrante, sem prejuízo de outros poderem vir a ser lecionados, na sequência de proposta devidamente fundamentada formulada pelos estabelecimentos de ensino e homologada pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

3 — Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 7 do artigo 9.º, e no âmbito da disciplina de Instrumento pode igualmente ser lecionado Canto.

4 — As cargas horárias dos planos de estudo são estabelecidas em função da natureza das disciplinas e das condições existentes na escola, em conformidade com o disposto nos anexos I a VI.

5 — Os conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver, no âmbito das componentes do currículo previstas na alínea a) do n.º 1, têm como referência os programas e as metas curriculares das disciplinas e áreas disciplinares em vigor para o ensino básico geral.

6 — Os programas e as metas curriculares das disciplinas que integram a componente de formação vocacional, à exceção da disciplina de Oferta Complementar, são homologados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 3.º

Organização das iniciações no 1.º ciclo

1 — As iniciações em Dança e em Música destinam-se a alunos que frequentem o 1.º ciclo do ensino básico e têm uma duração global mínima de 135 minutos semanais.

2 — As iniciações em Dança integram disciplinas de conjunto como Técnica de Dança Clássica, Técnica de Dança Contemporânea e ou Dança Criativa.

3 — As iniciações em Música integram disciplinas de conjunto como Classes de Conjunto e Formação Musical e a disciplina de Instrumento, esta última com a duração mínima de 45 minutos, lecionada individualmente ou em grupos que não excedam os quatro alunos.

Artigo 4.º

Regimes de frequência

1 — Os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano são frequentados em regime integrado, num

estabelecimento de ensino, ou em regime articulado, em dois estabelecimentos de ensino.

2 — Os Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano podem ainda ser frequentados em regime supletivo, num estabelecimento de ensino, sendo a sua frequência restrita à componente de formação vocacional dos planos de estudo constantes dos anexos III a VI da presente portaria, da qual fazem parte integrante.

3 — Para efeitos do número anterior, é aplicada a tabela de correspondência entre o ano de escolaridade dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano e o grau das disciplinas da componente de formação vocacional que integra os respetivos planos de estudo constante do anexo VIII à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 5.º

Gestão do currículo

1 — Ao abrigo da sua autonomia as escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente, desde que respeitem as cargas horárias semanais, constantes dos anexos I a VI, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — A organização dos planos de estudo obedece às seguintes regras de gestão de tempos letivos:

a) O tempo de reforço semanal de 45 minutos, de aplicação facultativa na área disciplinar de formação vocacional, pode ser utilizado em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas e gerido por período letivo;

b) Os tempos apresentados para as áreas disciplinares e ou disciplinas não vocacionais correspondem, salvo no que respeita à disciplina de Educação Moral e Religiosa, a tempos mínimos semanais;

c) Não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as áreas disciplinares e disciplinas, abrangidas pela alínea anterior, sem prejuízo de poderem ser feitos ajustes de compensação entre semanas;

d) Os ajustes de tempo que venham a ser necessários nas áreas disciplinares e ou disciplinas abrangidas pelas alíneas anteriores de modo a cumprir o total de tempo mínimo definido nos planos de estudo é determinado pela escola de ensino básico geral, quando o curso seja frequentado em regime articulado.

Artigo 6.º

Oferta Complementar

1 — Na componente de formação vocacional dos 2.º e 3.º ciclos do Curso Básico de Dança e do 3.º ciclo do Curso Básico de Música é dada às escolas de ensino artístico especializado a possibilidade de criarem disciplinas de Oferta Complementar, que podem ser anuais, bienais ou trienais.

2 — As disciplinas de Oferta Complementar anuais e bienais podem, consoante as suas características e a sua integração no currículo, ser lecionadas em qualquer dos anos de escolaridade do ciclo em que se integram.

3 — As disciplinas criadas devem ser harmonizadas com o projeto curricular de escola, integrado no respetivo projeto educativo, e ter uma natureza complementar relativamente às outras disciplinas da componente de formação vocacional do plano de estudo.

4 — As escolas devem informar a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), da proposta de disciplinas de Oferta Complementar que

pretendem oferecer, nos termos e condições constantes de orientações a transmitir por aquele organismo.

Artigo 7.º

Matrícula e renovação de matrícula

1 — A matrícula e sua renovação nos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano regem-se pelas disposições aplicáveis ao ensino básico geral, com as especificidades constantes da presente portaria.

2 — Considera-se matrícula o ingresso pela primeira vez no Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, bem como aquele que é efetuado após um ou mais anos sem que o aluno tenha efetuado a renovação da matrícula.

3 — A matrícula num dos cursos frequentado em regime de ensino articulado é efetuada nos dois estabelecimentos de ensino que ministram o plano de estudo correspondente.

4 — No caso referido no número anterior, no ato da matrícula ou da renovação da matrícula efetuada no estabelecimento de ensino que ministra as áreas disciplinares não vocacionais deve ser apresentado documento comprovativo da matrícula ou da renovação da matrícula efetuada no estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional.

5 — As escolas de ensino básico geral devem aceitar os alunos que se matriculem nos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano em regime articulado em escolas do ensino artístico especializado com as quais tenham estabelecido protocolo, independentemente da área de residência dos seus encarregados de educação e sem prejuízo da aplicação dos demais critérios de distribuição de alunos estabelecidos em regulamentação própria.

Artigo 8.º

Admissão de alunos

1 — Podem ser admitidos nos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano os alunos que ingressam no 5.º ano de escolaridade.

2 — Para admissão à frequência dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano é realizada uma prova de seleção aplicada pelo estabelecimento de ensino responsável pela componente de formação vocacional.

3 — O resultado obtido, na prova referida no número anterior, tem carácter eliminatório.

4 — O modelo da prova de seleção e as regras da sua aplicação são aprovados e divulgados pela ANQEP, I. P.

5 — Podem ser igualmente admitidos alunos em qualquer dos anos dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano lecionados em regime integrado ou articulado, desde que, através da realização de provas específicas, o estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional ateste que o aluno tem, em todas as disciplinas daquela componente, os conhecimentos e capacidades necessários à frequência do ano/grau correspondente ou mais avançado relativamente ao ano de escolaridade que o aluno frequenta.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, excepcionalmente, podem ser admitidos alunos nos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano em regime de ensino integrado/articulado, nos 6.º, 7.º ou 8.º anos de escolaridade desde que o desfazamento entre o ano de escolaridade frequentado e o ano/grau de qualquer

das disciplinas da componente de formação vocacional não seja superior a um ano e mediante a elaboração de planos especiais de preparação e recuperação que permitam a progressão nas disciplinas da componente de formação vocacional, com vista à superação do desfasamento existente no decurso do ano letivo a frequentar.

7 — Podem ser admitidos alunos em qualquer dos anos dos Cursos Básicos de Música ou de Canto Gregoriano lecionados em regime supletivo, desde que, através da realização de provas específicas, o estabelecimento de ensino ateste que o aluno tem, em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional, os conhecimentos e capacidades necessários à frequência em grau com desfasamento anterior não superior a dois anos relativamente ao ano de escolaridade que o aluno frequenta.

8 — Podem ser admitidos alunos, em regime supletivo, em condições distintas das expressas no número anterior, desde que os mesmos não sejam alvo de financiamento público.

9 — Mediante o reconhecimento do carácter de excecionalidade do aluno pelo estabelecimento de ensino responsável pela leção da componente de formação vocacional, os alunos que, embora não tendo ainda concluído o 9.º ano de escolaridade, tenham obtido aprovação em todas as disciplinas da componente da formação vocacional dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano e desde que cumpridas as demais normas de acesso aplicáveis, podem frequentar, em regime integrado ou articulado, disciplinas dos cursos de nível secundário nas áreas da Dança e da Música.

10 — Nos casos previstos no número anterior, o aluno deve frequentar, no mínimo, três disciplinas das componentes de formação científica ou técnica-artística do plano de estudos do curso de nível secundário.

Artigo 9.º

Constituição de turmas e organização dos tempos escolares

1 — As turmas devem ser, prioritariamente, constituídas apenas por alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, em regime integrado ou articulado.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, as escolas do ensino básico geral devem integrar na mesma turma os alunos que frequentam, em regime integrado ou articulado, os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano.

3 — Esgotadas todas as hipóteses de constituição de turmas, os alunos matriculados nos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano em regime integrado ou articulado podem integrar outras turmas não exclusivamente constituídas por alunos do ensino artístico especializado, devendo, nesse caso, frequentar as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral.

4 — Sob proposta dos estabelecimentos de ensino, pode ser excecionalmente autorizada, mediante requerimento do órgão competente de direção ou gestão da escola dirigido aos serviços do Ministério da Educação e Ciência territorialmente competentes, a constituição de turmas, abrangidas pelo n.º 1 do presente artigo, com um número de alunos inferior ao previsto em regulamentação própria.

5 — Os horários das turmas devem ser elaborados permitindo que os alunos não fiquem sujeitos a tempos não

letivos intercalares, com exceção dos que correspondem ao período da refeição.

6 — Para efeitos do disposto no número anterior, as escolas do ensino básico geral articulam a elaboração dos horários com o estabelecimento de ensino responsável pela componente de formação vocacional.

7 — A organização dos tempos escolares da componente de formação vocacional dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano deve tomar em consideração as seguintes regras:

a) É autorizado o desdobramento em dois grupos na disciplina de Formação Musical, exceto quando o número de alunos da turma seja igual ou inferior a 15.

b) A disciplina de Instrumento do Curso Básico de Música pode ser organizada para que metade da carga horária semanal atribuída seja lecionada individualmente, podendo a outra metade ser lecionada a grupos de dois alunos ou repartida entre eles, ou a totalidade da carga horária semanal atribuída é lecionada a grupos de dois alunos, podendo, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre eles.

c) Excecionalmente pode ser autorizado, mediante requerimento do órgão competente de gestão ou direção da escola dirigido aos serviços do Ministério da Educação e Ciência territorialmente competentes, o funcionamento da disciplina de Instrumento em termos diferentes dos previstos na alínea b).

d) As disciplinas de Iniciação à Prática Vocal e de Prática Vocal do Curso Básico de Canto Gregoriano são lecionadas a grupos de dois a cinco alunos e a disciplina de Prática Instrumental é lecionada individualmente.

e) Podem ser lecionadas em simultâneo a alunos de diferentes anos/graus disciplinas cuja natureza pode implicar a integração de alunos provenientes de diversos níveis e ou regimes de frequência.

Artigo 10.º

Avaliação da aprendizagem

1 — A avaliação do aproveitamento escolar dos alunos dos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano rege-se de acordo com as normas gerais aplicáveis ao ensino básico geral e pelas especificidades previstas na presente portaria.

2 — Os dois estabelecimentos de ensino envolvidos na leção dos planos de estudo dos cursos frequentados em regime articulado devem estabelecer os mecanismos necessários para efeitos de articulação pedagógica e de avaliação.

3 — A progressão nas disciplinas da componente de formação vocacional é independente da progressão de ano de escolaridade.

4 — O aproveitamento obtido nas disciplinas da componente de formação vocacional não é considerado para efeitos de retenção de ano no ensino básico geral, ou de admissão às provas finais de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a realizar nos 6.º e 9.º anos de escolaridade.

5 — A retenção, em qualquer dos anos de escolaridade, de um aluno que frequenta o Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano não impede a sua progressão na componente de formação vocacional.

6 — A obtenção, no final do terceiro período letivo, de nível inferior a 3, em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional dos Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano impede a pro-

gressão nessas disciplinas, sem prejuízo da progressão nas restantes disciplinas daquela componente.

7 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, em regime integrado ou articulado, e apresentem um desfasamento entre o ano de escolaridade que frequentam no ensino básico e os anos/graus que frequentam em disciplinas da componente de formação vocacional que funcionem em regime de turma podem, por decisão do estabelecimento de ensino artístico especializado, integrar o ano/grau dessa disciplina correspondente ao ano de escolaridade frequentado, sem prejuízo da necessidade de realização da prova constante do artigo 11.º

8 — O estabelecimento de ensino artístico especializado pode adotar medidas de apoio e complemento educativo aos alunos dos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano frequentados em regime integrado ou articulado que não tiverem adquirido os conhecimentos essenciais em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional, de modo a permitir a progressão nessas disciplinas e a superar o desfasamento existente no decurso do ano letivo a frequentar.

Artigo 11.º

Provas para transição de ano/grau

1 — Os alunos dos Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano podem requerer, ao órgão competente de gestão ou direção do estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional, a realização de provas de avaliação para transição de ano ou grau em disciplinas que integram aquela componente.

2 — As provas referidas no número anterior incidem sobre todo o programa do ano de escolaridade anterior àquele a que o aluno se candidata.

3 — Compete ao estabelecimento de ensino responsável pela componente de formação vocacional definir as regras, que constam no respetivo regulamento interno, a que deve obedecer a realização de provas de avaliação para a transição de ano/grau.

Artigo 12.º

Provas globais

1 — A avaliação das disciplinas de 6.º ano/2.º grau e 9.º ano/5.º grau, da componente de formação vocacional, pode incluir a realização de provas globais cuja ponderação não pode ser superior a 50 % no cálculo da classificação final da disciplina, sendo obrigatória nas disciplinas de Técnicas de Dança, Instrumento, Iniciação à Prática Vocal e Prática Vocal.

2 — A realização das provas globais, referidas no número anterior, deve ocorrer dentro do calendário escolar previsto para este nível de ensino, podendo ainda decorrer dentro dos limites da calendarização definida para a realização de provas finais e exames de equivalência à frequência e desde que em datas não coincidentes com provas, de âmbito nacional, que os alunos pretendam realizar.

3 — O departamento curricular competente ou estrutura equivalente deve propor ao conselho pedagógico ou equivalente a informação sobre as provas globais, da qual conste o objeto de avaliação, as características e estrutura da prova, os critérios gerais de classificação, o material permitido e a duração da mesma.

4 — Após a sua aprovação, a informação sobre as provas globais é afixada em lugar público da escola no decurso do 1.º período letivo.

5 — A não realização da prova global por motivos excecionais, devidamente comprovados, dá lugar à marcação de nova prova, desde que o encarregado de educação do aluno tenha apresentado a respetiva justificação ao órgão competente de gestão e direção da escola, no prazo de dois dias úteis a contar da data da sua realização, e a mesma tenha sido aceite pelo referido órgão.

Artigo 13.º

Condições especiais e restrições de matrícula

1 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano em regime integrado ou articulado têm de abandonar este regime de frequência quando não consigam superar o desfasamento previsto no n.º 6 do artigo 8.º ou no n.º 8 do artigo 10.º da presente portaria.

2 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Música ou de Canto Gregoriano, em regime supletivo, ficam impedidos de renovar a matrícula neste regime de frequência quando o desfasamento referido no número anterior, em qualquer das disciplinas da componente de formação vocacional relativamente ao ano de escolaridade que frequentam, seja superior a dois anos.

3 — Os alunos que frequentam os Cursos Básicos de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano ficam impedidos de renovar a matrícula quando:

a) Não obtenham aproveitamento, em dois anos consecutivos, em qualquer das seguintes disciplinas: Técnicas de Dança, Formação Musical, Instrumento, Classes de Conjunto, Iniciação à Prática Vocal ou Prática Vocal;

b) Não obtenham aproveitamento em dois anos interpolados em qualquer das seguintes disciplinas: Técnicas de Dança, Instrumento, Iniciação à Prática Vocal ou Prática Vocal;

c) Não obtenham aproveitamento em duas disciplinas da componente de formação vocacional no mesmo ano letivo;

d) Se verifique a manutenção da situação do incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno, uma vez cumpridos por parte do estabelecimento de ensino os procedimentos inerentes à ultrapassagem do limite de faltas injustificadas previsto na lei.

4 — Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do número anterior, é tomado em consideração o aproveitamento obtido, independentemente de poder ter ocorrido alteração do regime de frequência do curso em algum dos anos.

5 — Os alunos que, por motivo de força maior devidamente comprovado, se encontrem numa das situações referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do presente artigo podem renovar a matrícula no Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano, mediante requerimento apresentado ao órgão competente de gestão ou direção do estabelecimento de ensino que ministra a componente de formação vocacional, desde que tal seja aprovado pelo conselho pedagógico ou equivalente.

Artigo 14.º

Conclusão e certificação

1 — Os alunos que concluem com aproveitamento o Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano têm direito a um diploma e a um certificado.

2 — Os alunos que frequentam o Curso Básico de Música ou de Canto Gregoriano, em regime supletivo, que obtenham aproveitamento em todas as disciplinas da componente de formação vocacional têm direito a um diploma e certificado dos referidos cursos mediante comprovativo da certificação do 9.º ano de escolaridade.

3 — Para os alunos em regime integrado ou articulado, a certificação da conclusão do ensino básico pode ser feita independentemente da conclusão das disciplinas da componente de formação vocacional, de acordo com a regulamentação em vigor para aquele nível de ensino.

4 — A conclusão de um Curso Básico de Dança, de Música ou de Canto Gregoriano implica a obtenção de nível igual ou superior a 3 em todas as disciplinas da componente de formação vocacional.

5 — A pedido dos interessados podem ainda ser emitidas, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais devem discriminar as disciplinas concluídas e os respetivos resultados de avaliação.

6 — A emissão do diploma, do certificado e das certidões referidas nos números anteriores é da competência:

a) Da escola pública ou particular e cooperativa com autonomia pedagógica, responsável pela componente de formação vocacional;

b) Da escola pública de vinculação, no caso da componente de formação vocacional ser ministrada numa escola do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico.

7 — Para efeitos do disposto no número anterior, deve a escola ser detentora de toda a informação relativa ao percurso escolar do aluno.

Artigo 15.º

Nível de qualificação dos cursos básicos

Os cursos básicos criados ao abrigo da presente portaria conferem o nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações, regulamentado pela Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

Artigo 16.º

Disposições transitórias

1 — Os alunos que reúnam as condições de renovação de matrícula, de acordo com a legislação em vigor no ano letivo 2011/2012, devem inscrever-se, no ano letivo 2012/2013, nas disciplinas da componente de formação vocacional, no ano ou grau imediatamente subsequente

ao último frequentado e desde que tenham obtido nível igual ou superior a 3 ou no ano ou grau em cuja frequência obtiveram nível inferior a 3.

2 — Até à homologação referida no n.º 6 do artigo 2.º, aplicam-se os programas atualmente em vigor com ajustamentos caso necessário.

Artigo 17.º

Norma revogatória

São revogados:

a) A Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 267/2011, de 15 de setembro;

b) A Portaria n.º 264/2010, de 10 de maio;

c) A Portaria n.º 36/2011, de 13 de janeiro;

d) O Despacho n.º 92/MEC/86, de 20 de maio;

e) O despacho n.º 25549/99, de 27 de dezembro;

f) O despacho n.º 18041/2008, de 4 de julho, retificado pela declaração de retificação n.º 138/2009, de 20 de janeiro.

Artigo 18.º

Produção de efeitos

A presente portaria produz efeitos a partir do ano letivo de 2012/2013.

A Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, *Isabel Maria Cabrita de Araújo Leite dos Santos Silva*, em 17 de julho de 2012.

ANEXO I

Curso Básico de Dança — 2.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares			
Línguas e Estudos Sociais	(c) 500	(c) 500	1000
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
Matemática e Ciências	(d) 350	(d) 350	700
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual	90	90	180

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Diário da República, 1.ª série—N.º 146—30 de julho de 2012

3921

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Formação Vocacional.....	630	630	1260
Técnicas de Dança (e).....	450	450	900
Música.....	90	90	180
Expressão Criativa.....	90	90	180
Educação Moral e Religiosa (f).....	(45)	(45)	(90)
(g).....	(45)	(45)	(90)
<i>Tempo a cumprir (h).....</i>	1665/1710 (1710/1755)	1665/1710 (1710/1755)	3330/3420 (3420/3510)
Oferta Complementar (i).....	(90)	(90)	(180)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(e) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança; contudo devem assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas. Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(h) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranete é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

(i) A carga letiva indicada corresponde à carga máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também aplicada na leção de duas disciplinas de Oferta Complementar. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga letiva correspondente não é transferível para outras disciplinas.

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares			
Línguas e Estudos Sociais.....	(c) 12	(c) 12	24
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
Matemática e Ciências.....	(d) 9	(d) 9	18
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual.....	2	2	4
Formação Vocacional.....	14	14	28
Técnicas de Dança (e).....	10	10	20
Música.....	2	2	4
Expressão Criativa.....	2	2	4
Educação Moral e Religiosa (f).....	(1)	(1)	(2)
(g).....	(1)	(1)	(2)
<i>Tempo a cumprir.....</i>	37/38 (38/39)	37/38 (38/39)	74/76 (76/78)
Oferta Complementar (h).....	(2)	(2)	(4)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 6 x 45 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 6 x 45 minutos para Matemática.

(e) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança; contudo devem assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas. Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizado na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

(h) A carga horária indicada corresponde à carga horária máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também lecionada em 45 minutos, ou a carga máxima indicada ser aplicada na leção de duas disciplinas de Oferta Complementar. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga horária correspondente não é transferível para outras disciplinas.

3922

Diário da República, 1.ª série—N.º 146—30 de julho de 2012

ANEXO II

Curso Básico de Dança — 3.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
Português	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras	225	225	225	675
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais	200	200	225	625
História.				
Geografia				
Matemática.	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais	225	225	225	675
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Educação Visual (c)	(90)	(90)	(90)	(270)
Formação Vocacional	720	810	990	2520
Técnicas de Dança (d) (e)	540	630	900	2070
Música	90	90	90	270
Práticas Complementares de Dança (e) (f)	90	90	-	180
Educação Moral e Religiosa (g)	(45)	(45)	(45)	(135)
(h)	(45)	(45)	(45)	(135)
<i>Tempo a cumprir (i) ...</i>	1845/1980 (1890/2025)	1935/2070 (1980/2115)	2115/2250 (2160/2295)	5895/6300 (6030/6435)
Oferta Complementar (j)	(90)	(90)	(90)	(270)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Dança do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança; contudo deverão assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas.

(e) Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a lecionação da mesma.

(f) A carga letiva semanal da disciplina de Práticas Complementares de Dança pode ser reduzida para 45 minutos, sendo o tempo letivo remanescente gerido de forma flexível pela escola, dentro do mesmo período letivo. Esta alteração deve constar do horário dos alunos e ser dada a conhecer aos encarregados de educação.

(g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(h) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(i) Se, da distribuição das cargas horárias das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobrança é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

(j) A carga letiva indicada corresponde à carga máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também aplicada na lecionação de duas disciplinas de Oferta Complementar. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga letiva correspondente não é transferível para outras disciplinas.

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
Português	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras	5	5	5	15
Inglês. Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais	5	5	5	15
História. Geografia.				
Matemática.	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais	5	5	5	15
Ciências Naturais. Físico-Química.				
Educação Visual (c)	(2)	(2)	(2)	(6)
Formação Vocacional.	16	18	22	56
Técnicas de Dança (d) (e)	12	14	20	46
Música	2	2	2	6
Práticas Complementares de Dança (e) (f)	2	2	-	4
Educação Moral e Religiosa (g).	(1)	(1)	(1)	(3)
(h)	(1)	(1)	(1)	(3)
Tempo a cumprir	41/44 (42/45)	43/46 (44/47)	47/50 (48/51)	131/140 (134/143)
Oferta Complementar (i)	(2)	(2)	(2)	(6)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Dança do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Técnicas de Dança incluem-se as seguintes técnicas: Técnica de Dança Clássica e Técnica de Dança Contemporânea. De acordo com o seu projeto pedagógico, os estabelecimentos de ensino artístico especializado podem desenvolver mais aprofundadamente uma das técnicas de dança; contudo devem assegurar o desenvolvimento das capacidades de base específicas das várias técnicas.

(e) Atendendo à sua natureza, a disciplina pode ser lecionada por mais de um professor, desde que tal não implique, no somatório dos horários dos professores da disciplina, mais que a carga letiva prevista para a leção da mesma.

(f) A carga horária semanal da disciplina de Práticas Complementares de Dança pode ser reduzida para 45 minutos, sendo o tempo letivo remanescente gerido de forma flexível pela escola, dentro do mesmo período letivo. Esta alteração deve constar do horário dos alunos e ser dada a conhecer aos encarregados de educação.

(g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(h) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

(i) A carga horária indicada corresponde à carga horária máxima da disciplina da componente de formação vocacional, podendo ser também lecionada em 45 minutos, ou a carga máxima indicada ser aplicada na leção de duas disciplinas de Oferta Complementar.

Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola. Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplinas de Oferta Complementar a carga horária correspondente não é transferível para outras disciplinas.

ANEXO III

Curso Básico de Música — 2.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares			
Línguas e Estudos Sociais	(c) 500	(c) 500	1000
Português. Inglês.			

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
História e Geografia de Portugal.			
Matemática e Ciências	(d) 350	(d) 350	700
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual.	90	90	180
Formação Vocacional (e)	315	315	630
Formação Musical	90 (135)	90 (135)	180 (270)
Instrumento	90	90	180
Classes de Conjunto (f)	90 (135)	90 (135)	180 (270)
Educação Física	135	135	270
Educação Moral e Religiosa (g)	(45)	(45)	(90)
(h)	(45)	(45)	(90)
Tempo a cumprir (i)	1485/1530 (1530/1575)	1485/1530 (1530/1575)	2970/3060 (3060/3150)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(e) A componente inclui, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical ou na disciplina de Classes de Conjunto.

(f) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.

(g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(h) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(i) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranço é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes de currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares			
Línguas e Estudos Sociais	(c) 12	(c) 12	24
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
Matemática e Ciências	(d) 9	(d) 9	18
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual.	2	2	4
Formação Vocacional (e)	7	7	14
Formação Musical	2 (3)	2 (3)	4 (6)
Instrumento	2	2	4
Classes de Conjunto (f)	2 (3)	2 (3)	4 (6)
Educação Física	3	3	6
Educação Moral e Religiosa (g)	(1)	(1)	(2)
(h)	(1)	(1)	(2)
Tempo a cumprir	33/34 (34/35)	33/34 (34/35)	66/68 (68/70)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 6 x 45 minutos para Português.

- (d) Do total da carga, no mínimo, 6 × 45 minutos para Matemática.
 (e) A componente inclui, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical ou na disciplina de Classes de Conjunto.
 (f) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.
 (g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.
 (h) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizado na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

ANEXO IV

Curso Básico de Música — 3.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
Português	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras	225	225	225	675
Inglês. Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais	200	200	225	625
História. Geografia.				
Matemática.	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais	225	225	225	675
Ciências Naturais. Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c)	(90)	(90)	(90)	(270)
Educação Física	135	135	135	405
Formação Vocacional (d)	315	315	315	945
Formação Musical	90 (135)	90 (135)	90 (135)	270 (405)
Instrumento	90	90	90	270
Classes de Conjunto (e)	90 (135)	90 (135)	90 (135)	270 (405)
Educação Moral e Religiosa (f)	(45)	(45)	(45)	(135)
(g)	(45)	(45)	(45)	(135)
Tempo a cumprir (h). . .	1575/1710 (1620/1755)	1575/1710 (1620/1755)	1575/1710 (1620/1755)	4725/5130 (4860/5265)
Oferta Complementar (i)	(45)	(45)	(45)	(135)

- (a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.
 (b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.
 (c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Música do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.
 (d) A componente inclui, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical, na disciplina de Classes de Conjunto ou a ser destinados à criação de uma disciplina de Oferta Complementar.
 (e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.
 (f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.
 (g) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.
 (h) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobrança é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.
 (i) Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga letiva da mesma é obrigatoriamente transferida para a disciplina de Formação Musical ou de Classes de Conjunto. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola.

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
Português	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras	5	5	5	15
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais	5	5	5	15
História.				
Geografia.				
Matemática.	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais	5	5	5	15
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c)	(2)	(2)	(2)	(6)
Educação Física	3	3	3	9
Formação Vocacional (d)	7	7	7	21
Formação Musical	2 (3)	2 (3)	2 (3)	6 (9)
Instrumento	2	2	2	6
Classes de Conjunto (e)	2(3)	2(3)	2(3)	6 (9)
Educação Moral e Religiosa (f)	(1)	(1)	(1)	(3)
(g)	(1)	(1)	(1)	(3)
Tempo a cumprir	35/38 (36/39)	35/38 (36/39)	35/38 (36/39)	105/114 (108/117)
Oferta Complementar (h)	(1)	(1)	(1)	(3)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Música do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) A componente inclui, para além dos tempos mínimos constantes em cada disciplina, 45 minutos a ser integrados, em função do projeto de escola, na disciplina de Formação Musical ou na disciplina de Classes de Conjunto ou a ser destinados à criação de uma disciplina de Oferta Complementar.

(e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara e Orquestra.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

(h) Caso as escolas não pretendam oferecer a disciplina de Oferta Complementar a carga horária da mesma é obrigatoriamente transferida para a disciplina de Formação Musical ou de Classes de Conjunto. Esta oferta é gerida em função dos recursos da escola.

ANEXO V

Curso Básico de Canto Gregoriano — 2.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares			
Línguas e Estudos Sociais	(c) 500	(c) 500	1000
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Matemática e Ciências	(d) 350	(d) 350	700
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual	90	90	180
Formação Vocacional	315	315	630
Formação Musical	90	90	180
Prática Instrumental	45	45	45
Classes de Conjunto (e)	135	135	270
Iniciação à Prática Vocal	45	45	90
Educação Física	135	135	270
Educação Moral e Religiosa (f)	(45)	(45)	(90)
(g)	(45)	(45)	(90)
Tempo a cumprir (h)	1485/1530 (1530/1575)	1485/1530 (1530/1575)	2970/3060 (3060/3150)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente ao tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turnos não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais 45 minutos de oferta facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(h) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranete é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)		
	5.º ano	6.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares			
Línguas e Estudos Sociais	(c) 12	(c) 12	24
Português.			
Inglês.			
História e Geografia de Portugal.			
Matemática e Ciências	(d) 9	(d) 9	18
Matemática.			
Ciências Naturais.			
Educação Visual	2	2	4
Formação Vocacional	7	7	14
Formação Musical	2	2	4
Prática Instrumental	1	1	2
Classes de Conjunto (e)	3	3	6
Iniciação à Prática Vocal	1	1	2
Educação Física	3	3	6
Educação Moral e Religiosa (f)	(1)	(1)	(2)
(g)	(1)	(1)	(2)
Tempo a cumprir	33/34 (34/35)	33/34 (34/35)	66/68 (68/70)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turnos não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Do total da carga, no mínimo, 6 x 45 minutos para Português.

(d) Do total da carga, no mínimo, 6 x 45 minutos para Matemática.

(e) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.

(f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(g) Contempla mais tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

ANEXO VI

Curso Básico de Canto Gregoriano — 3.º Ciclo

(a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 5.º)

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga horária semanal (a) (b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
Português	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras	225	225	225	675
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				
Ciências Humanas e Sociais	200	200	225	625
História.				
Geografia.				
Matemática.	200	200	200	600
Ciências Físicas e Naturais	225	225	225	675
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c)	(90)	(90)	(90)	(270)
Educação Física	135	135	135	405
Formação Vocacional.	315	315	315	945
Formação Musical	90	90	90	270
Prática Instrumental	45	45	45	135
Classes de Conjunto (d)	135	135	135	405
Prática Vocal	45	45	45	135
Educação Moral e Religiosa (e)	(45)	(45)	(45)	(135)
(f)	(45)	(45)	(45)	(135)
Tempo a cumprir (g). . .	1575/1710 (1620/1755)	1575/1710 (1620/1755)	1575/1710 (1620/1755)	4725/5130 (4860/5265)

(a) Carga letiva semanal em minutos referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turnos não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Canto Gregoriano do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.

(e) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(f) Contempla mais 45 minutos de frequência facultativa, a serem utilizados na componente de formação vocacional, em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo esta carga letiva global ser gerida por período letivo.

(g) Se, da distribuição das cargas letivas das componentes de formação não vocacional, em tempos letivos semanais, resultar uma carga letiva inferior ao total de tempo mínimo a cumprir, subtraído o tempo semanal a cumprir na componente de formação vocacional, o tempo sobranse é utilizado no reforço de atividades letivas da turma nas componentes de formação não vocacional, pela escola de ensino básico geral, quando a frequência ocorrer em regime articulado.

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do Currículo	Carga horária semanal (a)(b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares				
Português	5	5	5	15
Línguas Estrangeiras	5	5	5	15
Inglês.				
Língua Estrangeira II.				

Componentes do Currículo	Carga horária semanal (a)(b)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Ciências Humanas e Sociais	5	5	5	15
História.				
Geografia.				
Matemática.	5	5	5	15
Ciências Físicas e Naturais	5	5	5	15
Ciências Naturais.				
Físico-Química.				
Expressões:				
Educação Visual (c)	(2)	(2)	(2)	(6)
Educação Física	3	3	3	9
Formação Vocacional.	7	7	7	21
Formação Musical	2	2	2	6
Prática Instrumental	1	1	1	3
Classes de Conjunto (d)	3	3	3	9
Prática Vocal	1	1	1	3
Educação Moral e Religiosa (e)	(1)	(1)	(1)	(3)
(f)	(1)	(1)	(1)	(3)
<i>Tempo a cumprir</i>	35/38 (36/39)	35/38 (36/39)	35/38 (36/39)	105/114 (108/117)

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 45 minutos, ficando ao critério de cada escola o estabelecimento de outra unidade com a consequente adaptação aos limites estabelecidos.

(b) Quando as disciplinas forem lecionadas em turma não exclusivamente constituída por alunos do ensino artístico especializado, os alunos frequentam as disciplinas comuns das áreas disciplinares não vocacionais com a carga letiva adotada pela escola de ensino geral na turma que frequentam.

(c) Disciplina de frequência facultativa, mediante decisão do encarregado de educação — e de acordo com as concretas possibilidades da escola — a tomar no momento de ingresso no Curso Básico de Canto Gregoriano do 3.º ciclo regulado pelo presente diploma. A opção tomada deve manter-se até ao final do ciclo.

(d) Sob a designação de Classes de Conjunto incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra e Coro Gregoriano.

(e) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 45 minutos.

(f) Contempla mais um tempo letivo semanal de oferta facultativa, a ser utilizada na componente de formação vocacional em atividades de conjunto ou no reforço de disciplinas coletivas, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

ANEXO VII

(a que se refere o artigo 2.º)

Instrumentos que podem ser ministrados

Acordeão.
Alaúde.
Bandolim.
Bateria.
Clarinete.
Clavicórdio.
Contrabaixo.
Cravo.
Fagote.
Flauta de bisel.
Flauta.
Guitarra clássica.
Guitarra portuguesa.
Harpa.
Oboé.
Órgão.
Percussão.
Piano.
Saxofone.
Trombone.
Trompa.
Trompete.
Tuba.
Viola da gamba.
Violeta.
Violino.
Violoncelo.

ANEXO VIII

(a que se refere o artigo 4.º)

Correspondência entre o ano de escolaridade dos cursos básicos e o grau das disciplinas da componente de formação vocacional dos Cursos Básicos de Música e de Canto Gregoriano frequentados em regime supletivo.

	Curso Básico de Música e de Canto Gregoriano				
	2.º ciclo		3.º ciclo		
Ano de escolaridade.	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º
Grado das disciplinas da componente de formação vocacional.	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 26/2012/A

Recomenda ao Governo da República que crie um regime tarifário especial e transitório nos serviços de acesso à Internet nas Ilhas das Flores e do Corvo

São conhecidos os enormes constrangimentos a que as comunicações eletrónicas estão sujeitas nas ilhas das Flores e do Corvo, em resultado da não existência de ligação destas ilhas a um anel de fibra ótica, obrigando à

ANEXO VI

Procedimentos específicos a observar no desenvolvimento da prova extraordinária de avaliação

1 — Compete aos departamentos curriculares, de acordo com as orientações do conselho pedagógico da escola ou equivalente, estabelecer a modalidade que a prova extraordinária de avaliação (PEA) deve assumir, tendo em conta a natureza e especificidade de cada disciplina.

2 — Compete ainda aos departamentos curriculares propor ao conselho pedagógico da escola ou equivalente as informações sobre a PEA, das quais devem constar o objeto de avaliação, as características e estrutura da prova, bem como os critérios gerais de classificação, o material permitido e a duração da mesma.

3 — Para a elaboração da PEA é constituída uma equipa de dois professores, em que, pelo menos, um deles tenha lecionado a disciplina nesse ano letivo, não se prevendo, para o desempenho desta função, qualquer dispensa de serviço docente.

4 — A duração da PEA é de 90 a 180 minutos, a determinar pelo conselho pedagógico da escola ou equivalente, sob proposta do departamento curricular, consoante a natureza e especificidade da disciplina.

5 — Compete ao órgão de direção ou gestão do estabelecimento de ensino fixar a data de realização da PEA no período compreendido entre o final das atividades letivas até 31 de julho.

6 — Toda a informação relativa à realização da PEA deve ser afixada pelas escolas até ao dia 15 de maio.

7 — Caso o aluno não compareça à prestação da PEA, não lhe poderá ser atribuída qualquer classificação, pelo que se considera que o aluno não obteve aproveitamento na disciplina.

Portaria n.º 243-B/2012

de 13 de agosto

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos do ensino secundário, reforçando, entre outros aspetos, a autonomia pedagógica e organizativa das escolas.

Adotando os pressupostos genéricos presentes na revisão da estrutura curricular do ensino secundário geral, pretende-se salvaguardar e valorizar a especificidade curricular do ensino artístico especializado, assegurando uma carga horária equilibrada, na qual, progressivamente, predomine a componente artística especializada.

No âmbito do ensino artístico especializado, importa delinear, agora, soluções que permitam enquadrar a formação artística especializada de nível secundário, nas áreas da Dança e da Música, através da organização da oferta de cursos.

Assim, assumem-se como princípios orientadores da conceção dos planos de estudos de cursos secundários de ensino artístico especializado, a organização e gestão do currículo, a articulação com o ciclo de escolaridade anterior, com outras formações de nível secundário e com o ensino superior, a integração do currículo e da avaliação, a flexibilidade na construção dos percursos formativos e a permeabilidade entre cursos permitindo reorientações de percursos escolares.

Os cursos secundários de ensino artístico especializado de Dança e Música criados no presente diploma e os planos de estudos neles aprovados permitem a diversidade de ofertas formativas tomando, simultaneamente, em

consideração a necessidade de todos os alunos poderem desenvolver os conhecimentos e as capacidades inerentes a uma formação especializada nas áreas da Dança e da Música, de nível secundário, que venha a possibilitar o prosseguimento de estudos de nível superior.

Neste contexto, cria-se na área da Dança, o Curso Secundário de Dança e, na área da Música, o Curso Secundário de Música (com as vertentes em Instrumento, Formação Musical e Composição), o Curso Secundário de Canto e o Curso Secundário de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos em regime integrado e articulado e, nos casos dos cursos secundários de Música, também em regime supletivo.

Os planos de estudos dos cursos secundários de Música em regime supletivo assumem uma formação semelhante à do plano de estudos dos cursos secundários em regime integrado e articulado, no que respeita ao conhecimento e capacidades essenciais a desenvolver.

A multiplicidade dos percursos formativos atualmente existentes no ensino artístico especializado nas áreas da Dança e da Música implica, ainda, ponderação na entrada em vigor dos novos planos de estudos de modo a permitir uma adaptação progressiva às exigências das novas formações, tomando em consideração os percursos formativos dos alunos e as condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Assim, definiram-se afinidades disciplinares relativas aos planos de estudos quer na área da Dança, quer na área da Música e estabeleceu-se um quadro de transição para a entrada em vigor dos novos planos de estudos.

Com o objetivo de contribuir, simultaneamente, para uma maior simplificação e uma menor dispersão legislativa, a presente portaria estabelece, ainda, condições gerais relativas à frequência dos cursos artísticos especializados, de nível secundário de educação, nas áreas da Dança e da Música, nomeadamente as que concernem à transição dos alunos para os novos planos de estudos, salvaguardando a coerência do percurso formativo daqueles, bem como normas relativas à constituição de turmas, gestão do currículo, admissão, matrícula, avaliação e certificação destes cursos.

Foram ouvidos os estabelecimentos de ensino artístico especializado públicos e as associações representativas dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo da Música.

Assim:

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 6.º e do n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho;

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação e Ciência, o seguinte:

CAPÍTULO I

Objeto, organização e funcionamento

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente diploma cria os cursos secundários artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo nos termos constantes dos anexos I a IV da presente portaria, da qual fazem parte integrante.

2 — O presente diploma estabelece, ainda, o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos no número anterior.

Artigo 2.º

Organização dos cursos

1 — Os planos de estudos integram as componentes de formação geral, científica e técnica-artística.

2 — O plano de estudos do Curso Secundário de Música contempla as variantes de Instrumento, de Formação Musical e de Composição, sendo inerente a cada uma daquelas uma disciplina trienal distinta.

3 — São ministrados, nos cursos secundários de Música, os instrumentos que constam do anexo v da presente portaria, da qual faz parte integrante, sem prejuízo de outros poderem vir a ser lecionados, na sequência de proposta devidamente fundamentada formulada pelos estabelecimentos de ensino e homologada por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

4 — Os programas das disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística, à exceção da disciplina de Oferta Complementar, são homologados por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 3.º

Regimes de frequência

1 — Os cursos secundários de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano podem ser frequentados em regime integrado, num estabelecimento de ensino ou em regime articulado em dois estabelecimentos de ensino.

2 — Os cursos secundários de Música, de Canto e de Canto Gregoriano podem ainda ser frequentados em regime supletivo, num estabelecimento de ensino, sendo a sua frequência restrita às componentes de formação científica e técnica-artística dos anexos II, III e IV, aplicando-se a tabela constante do anexo VI da presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 4.º

Gestão do currículo

1 — Ao abrigo da sua autonomia as escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente, desde que respeitem as cargas horárias semanais, constantes dos anexos I a IV, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Os planos de estudos incluem na componente de formação científica, duas disciplinas trienais, na componente de formação técnica-artística, duas disciplinas trienais e uma disciplina bienal de opção, podendo ainda ser criada uma disciplina de oferta complementar de acordo com o previsto no artigo 5.º

3 — A organização dos planos de estudos em minutos obedece às seguintes regras de gestão de tempos letivos:

a) Os tempos apresentados na componente de formação geral correspondem aos tempos mínimos por disciplina;

b) Sem prejuízo de poderem ser feitos ajustes de compensação entre semanas, não podem ser aplicados apenas os mínimos em simultâneo a todas as disciplinas abrangidas pela alínea anterior;

c) O tempo sobran-te que venha a ser necessário na componente de formação geral é o determinado pela escola que

ministra esta componente quando a frequência ocorra em regime articulado.

4 — Nas componentes de formação científica e ou técnica-artística, o tempo de reforço constante de cada plano de estudos é de aplicação facultativa e pode ser utilizado em atividades de conjunto ou aplicado em uma ou mais do que uma disciplina coletiva destas componentes, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

5 — O percurso formativo do aluno pode ser diversificado e complementado, mediante a inscrição noutras disciplinas, de acordo com a oferta educativa e formativa da escola, sem prejuízo do seguinte:

a) O registo da frequência e do aproveitamento nestas disciplinas consta do processo do aluno, expressamente como disciplina de complemento do currículo, contando as respetivas classificações para o cálculo da média final de curso, por opção do aluno, desde que integrem o plano de estudos do respetivo curso;

b) A classificação obtida nestas disciplinas não é considerada para efeitos de transição de ano e de conclusão de curso.

6 — Após a conclusão de qualquer curso o aluno pode frequentar outro curso ou outras disciplinas do mesmo ou de outros cursos, de acordo com a oferta educativa e formativa da escola.

7 — A classificação obtida nas disciplinas referidas no número anterior pode contar, por opção do aluno, para efeitos de cálculo da média final de curso, desde que a frequência seja iniciada no ano seguinte ao da conclusão do curso e as disciplinas integrem o plano de estudos do curso concluído.

Artigo 5.º

Oferta Complementar

1 — A disciplina de oferta complementar pode ser criada pelos estabelecimentos de ensino, tornando-se a sua frequência obrigatória após esta criação, passando a integrar os planos de estudos nos seguintes termos:

a) Na componente de formação científica ou na componente de formação técnica-artística dos cursos secundários de Dança, de Música e de Canto Gregoriano;

b) Na componente de formação científica do Curso Secundário de Canto.

2 — As disciplinas de Oferta Complementar devem ser harmonizadas com o projeto curricular de escola, sendo integradas no respetivo projeto educativo e possuem uma natureza complementar relativamente às outras disciplinas do plano de estudos.

3 — As disciplinas de Oferta Complementar podem ser anuais, bienais ou trienais.

4 — As disciplinas de Oferta Complementar podem ser lecionadas, consoante as suas características e a sua integração no currículo, em qualquer dos anos de escolaridade.

5 — Os estabelecimentos de ensino informam a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.), da proposta da(s) disciplina(s) de Oferta Complementar que pretendem oferecer, nos termos e condições constantes de orientações a transmitir por aquele organismo.

Artigo 6.º

Formação em contexto de trabalho

1 — O plano de estudos do Curso Secundário de Dança, constante do anexo I, integra, no 12.º ano, uma formação em contexto de trabalho (FCT).

2 — A FCT consiste num conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento do estabelecimento de ensino, que visam a aquisição ou o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades técnico-artísticas, relacionais e organizacionais relevantes para o perfil de desempenho à saída do curso frequentado pelo aluno.

3 — A FCT realiza-se, preferencialmente, em posto de trabalho, em companhias de dança profissionais, empresas ou noutras organizações, sob a forma de experiências de trabalho pontuais ou sob a forma de estágio.

4 — A FCT pode ainda assumir a forma de simulação de um conjunto de atividades profissionais relevantes para o perfil de saída do curso a desenvolver em condições similares às do contexto real de trabalho.

Artigo 7.º

Organização e desenvolvimento da formação em contexto de trabalho

1 — A organização e o desenvolvimento da FCT obedecem a um plano, elaborado com a participação das partes envolvidas e assinado pelo órgão competente de direção ou gestão da escola, pela entidade de acolhimento, se for o caso, pelo aluno e ainda pelo encarregado de educação, caso o aluno seja menor de idade.

2 — O plano a que se refere o número anterior, depois de assinado pelas partes, é considerado como parte integrante do contrato de formação subscrito entre a escola e o aluno e identifica os objetivos, o conteúdo, a programação, o período, o horário e o local de realização das atividades, as formas de monitorização e acompanhamento do aluno, com a identificação dos responsáveis, bem como os direitos e deveres dos intervenientes, da escola e, se for o caso, da entidade onde se realiza a FCT.

3 — Quando realizada em posto de trabalho, a concretização da FCT é antecedida e prevista em protocolo enquadrador, celebrado entre a escola e as entidades de acolhimento, as quais deverão desenvolver atividades profissionais compatíveis e adequadas ao perfil de desempenho visado pelo curso frequentado pelo aluno.

4 — Quando as atividades da FCT são desenvolvidas fora da escola:

a) A orientação e o acompanhamento do aluno são partilhados, sob coordenação da escola, entre esta e a entidade de acolhimento, cabendo a esta entidade designar monitor para o efeito;

b) Os alunos têm direito a um seguro que garanta a cobertura dos riscos das deslocações a que estão obrigados, bem como das atividades a desenvolver.

5 — Os contratos e protocolos referidos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo não geram nem titulam relações de trabalho subordinado e caducam com a conclusão da formação para que foram celebrados.

Artigo 8.º

Regulamento da formação em contexto de trabalho

1 — A FCT rege-se por regulamento específico aprovado pelos órgãos competentes de direção ou gestão da escola, que integra o respetivo regulamento interno em

todas as matérias não previstas na presente portaria ou outra legislação aplicável.

2 — O regulamento da FCT define, obrigatoriamente, o regime aplicável às modalidades efetivamente adotadas pela escola para a sua operacionalização, a forma de controlo da assiduidade do aluno e a fórmula de apuramento da respetiva classificação final, com o peso relativo a atribuir às suas diferentes modalidades ou etapas de concretização.

Artigo 9.º

Diretor de curso

1 — No Curso Secundário de Dança, a articulação entre a aprendizagem nas disciplinas que integram as diferentes componentes de formação é assegurada por um diretor de curso, designado pelo órgão competente de direção ou gestão da escola, ouvido o conselho pedagógico ou equivalente, preferencialmente de entre os professores profissionalizados que lecionam as disciplinas da componente de formação técnica-artística.

2 — Ao diretor de curso compete, sem prejuízo de outras competências definidas no regulamento interno:

a) Assegurar a articulação pedagógica entre as diferentes disciplinas do curso;

b) Organizar e coordenar as atividades a desenvolver no âmbito da formação técnica-artística;

c) Participar em reuniões de conselho de turma, no âmbito das suas funções;

d) Articular com os órgãos de gestão da escola, no que respeita aos procedimentos necessários à realização da prova de aptidão artística (PAA);

e) Assegurar, se for o caso, a articulação entre a escola e as entidades envolvidas na FCT, identificando-as, fazendo a respetiva seleção, preparando protocolos, procedendo à distribuição dos alunos por cada entidade e coordenando o acompanhamento dos mesmos, em estreita relação com os professores das disciplinas de Técnicas de Dança;

f) Assegurar a articulação com os serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo;

g) Coordenar o acompanhamento e a avaliação do curso.

Artigo 10.º

Professor-orientador da formação em contexto de trabalho

1 — A supervisão da FCT cabe:

a) Ao professor-orientador, docente que assegura uma das disciplinas da componente de formação técnica-artística, em representação do estabelecimento de ensino;

b) Ao monitor, em representação da entidade de acolhimento.

2 — São funções do professor-orientador planear, acompanhar e avaliar a FCT, em conjunto com o monitor e o aluno, nos termos definidos no regulamento da FCT, e em articulação com o diretor de curso.

SECÇÃO II

Admissão de alunos

Artigo 11.º

Disposições comuns

1 — O ingresso nos cursos secundários de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano faz-se mediante a realização de uma prova de acesso.

2 — A prova de acesso é da responsabilidade dos estabelecimentos que ministram as componentes científica e técnica-artística destes cursos.

3 — O modelo da prova de acesso e os respetivos critérios de avaliação são aprovados pelo conselho pedagógico ou equivalente e afixados, em local visível, na escola, com uma antecedência mínima de 30 dias sobre a data de início de realização das provas.

4 — Por decisão da escola do ensino artístico especializado podem ser considerados os resultados obtidos nas provas globais nas disciplinas da componente de formação vocacional de 9.º ano de escolaridade, para efeitos de ingresso nos cursos secundários, desde que as mesmas tenham sido realizadas na escola à qual o aluno se candidata.

Artigo 12.º

Disposições específicas do curso secundário de dança

1 — Podem ser admitidos no Curso Secundário de Dança os alunos que, tendo sido aprovados na prova referida no n.º 1 do artigo anterior, e ou estando nas condições previstas no n.º 4 do referido artigo, se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Tenham completado um curso básico de dança;
- b) Não tendo concluído um curso básico de dança, possuam habilitação do 9.º ano de escolaridade ou equivalente.

2 — A admissão ao Curso Secundário de Dança é facultada aos alunos em regime integrado ou articulado, desde que, em todas as disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística seja assegurada a frequência do ano correspondente ou mais avançado relativamente ao ano de escolaridade que frequentam na escola de ensino geral, sem prejuízo das situações decorrentes de reorientações de percursos formativos.

Artigo 13.º

Disposições específicas dos cursos secundários de Música, Canto e Canto Gregoriano

1 — Podem ser admitidos nos cursos secundários de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano, em função dos regimes de frequência, nos termos constantes dos n.ºs 2 a 4 do presente artigo, os alunos que, tendo sido aprovados na prova referida no n.º 1 do artigo 11.º ou estando nas condições previstas no n.º 4 do referido artigo, se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Tenham concluído um curso básico na área da música;
- b) Tenham completado todas as disciplinas da componente vocacional de um curso básico na área da música, em regime supletivo;
- c) Não tendo concluído um curso básico na área da música, possuam habilitação do 9.º ano de escolaridade ou equivalente.

2 — A admissão ao Curso Secundário de Música é facultada aos alunos:

a) Em regime integrado ou articulado, desde que, em todas as disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística, seja assegurada a frequência do ano/grau correspondente ou mais avançado relativamente ao ano de escolaridade que frequentam na escola de ensino geral, sem prejuízo das situações decorrentes de reorientações de percursos formativos;

b) Em regime supletivo, com idade não superior a 18 anos, em 31 de agosto do ano letivo anterior àquele em que se matriculam, desde que o ano/grau de todas as disciplinas frequentadas, das componentes de formação científica e técnica-artística, tenha um desfasamento anterior não superior a dois anos, relativamente ao ano de escolaridade frequentado.

3 — A admissão ao Curso Secundário de Canto ou de Canto Gregoriano é facultada aos alunos:

a) Em regime integrado ou articulado, desde que, em todas as disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística, seja assegurada a frequência do ano/grau correspondente ou mais avançado relativamente ao ano de escolaridade que frequentam na escola de ensino geral, sem prejuízo das situações decorrentes de reorientações de percursos formativos;

b) Em regime supletivo, com idade não superior a 23 anos de idade, em 31 de agosto do ano letivo anterior àquele em que se matriculam, independentemente do ano e nível de escolaridade frequentado.

4 — Podem ser admitidos alunos em regime supletivo em condições distintas das expressas nas alíneas b) dos n.ºs 2 e 3 do presente artigo, desde que os mesmos não sejam objeto de financiamento público.

Artigo 14.º

Matrícula e renovação de matrícula

1 — A matrícula e sua renovação nos cursos secundários de Dança, de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano regem-se pela legislação aplicável ao ensino secundário geral, com as especificidades constantes da presente portaria.

2 — Considera-se matrícula o ingresso, pela primeira vez, num Curso Secundário de Dança, de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano, bem como aquele que é efetuado após um ou mais anos sem que o aluno efetue a renovação da matrícula.

3 — A matrícula num dos cursos previstos nos números anteriores, quando frequentados em regime articulado, é efetuada nos dois estabelecimentos de ensino que ministram o plano de estudos.

4 — Em regime articulado é apresentado no ato de matrícula ou da renovação da matrícula, na escola que ministra a componente de formação geral, documento comprovativo de matrícula nas disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística.

5 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os alunos que sejam admitidos num curso secundário de Dança, de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano devem matricular-se em todas as disciplinas dos respetivos planos de estudos.

6 — É concedida aos alunos a faculdade de, em regime supletivo, frequentarem no mínimo quatro disciplinas dos respetivos planos de estudos.

7 — Compete ao conselho pedagógico ou equivalente definir o elenco das disciplinas referidas no número anterior, o qual deve constar do regulamento interno.

8 — Os estabelecimentos de ensino secundário geral devem aceitar os alunos que se matriculem em cursos secundários nas áreas da dança ou da música em regime articulado, em escolas do ensino artístico especializado da música com as quais tenham estabelecido protocolos.

SECÇÃO III

Constituição de turmas

Artigo 15.º

Disposições comuns

1 — Para efeitos da lecionação da componente de formação geral, os estabelecimentos de ensino secundário geral não estão obrigados à integração dos alunos que frequentam os cursos secundários na área da música em regime articulado em turmas especialmente constituídas para o efeito.

2 — Sob proposta dos estabelecimentos de ensino, pode ser excecionalmente autorizada, mediante requerimento do órgão competente de direção ou gestão da escola dirigido aos serviços do Ministério da Educação e Ciência competentes, a constituição de turmas com um número de alunos inferior ao previsto em regulamentação própria.

Artigo 16.º

Disposições específicas do curso secundário de dança

Podem ser lecionadas em simultâneo, a alunos de diversos anos, disciplinas da componente técnica-artística, cuja natureza pode implicar a integração de alunos com diversos níveis de proficiência.

Artigo 17.º

Disposições específicas dos cursos secundários de Música, Canto e Canto Gregoriano

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, no estabelecimento de ensino artístico especializado é autorizada a constituição de turmas que integrem alunos a frequentar qualquer dos planos de estudos constantes dos anexos II a IV, desde que as disciplinas sejam comuns e com a mesma carga horária, e os alunos estejam a frequentar o mesmo ano ou grau.

2 — Podem ser lecionadas em simultâneo, a alunos de diversos anos ou graus, disciplinas como a de Classes de Conjunto, cuja natureza pode implicar a integração de alunos provenientes de diversos níveis e ou regimes de frequência.

3 — Nas componentes de formação científica e técnica-artística devem ser tomadas em consideração as disposições seguintes:

a) É autorizado o desdobramento em dois grupos na disciplina de Formação Musical, exceto quando o número de alunos da turma seja igual ou inferior a 15 alunos;

b) As disciplinas de Canto e Instrumento são lecionadas individualmente quando o curso é frequentado em regime integrado/articulado, e a grupos de dois alunos, quando frequentado em regime supletivo, podendo neste caso, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, a carga horária ser repartida igualmente entre eles;

c) O número mínimo de alunos, por disciplina, em Educação Vocal e Técnica Vocal, é de dois; em Composição, três; em Análise e Técnicas de Composição, seis; em Arte de Representar, Acompanhamento e Improvisação, Correpetição e Instrumento de Tecla, dois e em Baixo Contínuo, dois;

d) As disciplinas de Coro Gregoriano e de Prática de Canto Gregoriano são disciplinas de conjunto.

4 — Excecionalmente, pode ser autorizado, consoante as características das disciplinas e mediante requerimento do órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino dirigido aos serviços do Ministério da Educação e Ciência competentes, o funcionamento em termos diferentes dos expressos nas alíneas do número anterior.

CAPÍTULO III

Avaliação

SECÇÃO I

Processo de avaliação

Artigo 18.º

Intervenientes

1 — Intervêm no processo de avaliação:

- a) O professor;
- b) O aluno;
- c) O conselho de turma;
- d) O diretor de curso;
- e) Os órgãos de gestão da escola;
- f) O encarregado de educação;
- g) O monitor designado pela entidade de acolhimento, no caso do Curso Secundário de Dança;
- h) Os serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo;
- i) Personalidades de reconhecido mérito na área artística do curso;
- j) A administração educativa.

2 — O estabelecimento de ensino deve assegurar as condições de participação dos alunos e dos encarregados de educação, dos serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo e dos demais intervenientes, no processo de avaliação, nos termos definidos no regulamento interno.

Artigo 19.º

CrITÉRIOS de avaliação

1 — Compete ao conselho pedagógico da escola ou equivalente definir no início do ano letivo os critérios de avaliação para cada ano de escolaridade, disciplina e prova de aptidão artística, sob proposta dos departamentos curriculares.

2 — No Curso Secundário de Dança, na definição dos critérios de avaliação constantes no número anterior participam ainda os diretores de curso, devendo os referidos critérios abranger a formação em contexto de trabalho.

3 — Os critérios de avaliação constituem referenciais comuns no interior de cada escola, sendo operacionalizados pelo conselho de turma.

4 — O órgão competente de direção ou gestão da escola assegura a divulgação dos critérios aos vários intervenientes.

Artigo 20.º

Produção de informação

1 — A produção de informação sobre a aprendizagem dos alunos é da responsabilidade:

a) Do professor ou equipa de professores responsáveis pela organização do processo de ensino, quando se trate de informação a obter no seu decurso;

4398-(24)

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

b) Do conselho pedagógico ou equivalente, quando se trate de informação a obter através da realização de provas de equivalência à frequência, da prova de aptidão artística, das provas globais ou provas para transição de ano/grau;

c) Dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência designados para o efeito, quando se trate de informação a obter através da realização de exames finais nacionais.

2 — A informação a que se refere a alínea a) do número anterior é obtida através de diferentes meios, de acordo com a natureza da aprendizagem e dos contextos em que a mesma ocorre.

3 — As provas de equivalência à frequência a que se refere a alínea b) do n.º 1 podem ser de um dos seguintes tipos, de acordo com as características de cada disciplina e em função dos parâmetros previamente definidos:

a) Prova escrita (E);

b) Prova oral (O) — que consiste numa prova cuja realização depende da capacidade de expressão oral do aluno e que implica a presença de um júri que deve elaborar um registo estruturado do desempenho do aluno;

c) Prova prática (P) — que consiste numa prova cuja realização implica a apresentação pública do aluno a solo ou integrado num conjunto, de pequenas ou grandes dimensões, perante um júri que deve elaborar um registo estruturado do desempenho do aluno;

d) Prova escrita com componente prática (EP) — que consiste numa prova escrita com uma componente prática/experimental, implicando esta última a presença de um júri ou do professor da disciplina que deve elaborar um registo estruturado do desempenho do aluno e podendo ser também exigido ao aluno a elaboração de um relatório respeitante à componente prática/experimental, a anexar à componente escrita.

4 — As provas referidas no número anterior incidem sobre os conhecimentos correspondentes à totalidade dos anos de escolaridade que constituem o plano curricular da disciplina em que se realizam.

5 — A prova de aptidão artística (PAA), a que se refere a alínea b) do n.º 1 traduz-se num projeto, consubstanciado num desempenho demonstrativo de conhecimento e capacidades técnica-artísticas adquiridas pelo aluno ao longo da sua formação, apresentado perante um júri, podendo incluir a apresentação de um relatório.

6 — São obrigatórios momentos formais de avaliação da oralidade integrados no processo de ensino, de acordo com as alíneas seguintes:

a) Na disciplina de Português, a componente de oralidade tem um peso de 25 % no cálculo da classificação a atribuir em cada momento formal de avaliação, nos termos alínea a) do n.º 4 do artigo 22.º;

b) Nas disciplinas de Língua Estrangeira e Português Língua Não Materna (PLNM) a componente de oralidade tem um peso de 30 % no cálculo da classificação a atribuir em cada momento formal de avaliação, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 22.º

7 — São obrigatórios momentos formais de avaliação da dimensão prática ou experimental, integrados no processo de ensino, nas disciplinas em que tal seja definido, de acordo com orientações da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I. P.).

Artigo 21.º

Registo, tratamento e análise da informação

1 — Em cada estabelecimento de ensino devem ser desenvolvidos procedimentos de registo, tratamento e análise dos resultados da informação relativa à avaliação da aprendizagem dos alunos, proporcionando o desenvolvimento de práticas de autoavaliação da escola que visem a melhoria do seu desempenho.

2 — A informação tratada e analisada é disponibilizada à comunidade escolar.

SECÇÃO II

Especificidades da avaliação

Artigo 22.º

Avaliação sumativa interna

1 — A avaliação sumativa interna traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.

2 — A avaliação sumativa interna é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola.

3 — A avaliação sumativa interna destina-se a:

a) Informar o aluno e ou o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento da aprendizagem em cada disciplina;

b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

4 — A avaliação sumativa interna realiza-se:

a) Através da formalização em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos;

b) Através da PAA;

c) Através de provas de equivalência à equivalência.

5 — A avaliação sumativa em cada disciplina, na PAA e na FCT, é expressa na escala de 0 a 20 valores.

Artigo 23.º

Formalização da avaliação sumativa interna

1 — A avaliação sumativa interna é formalizada em reuniões do conselho de turma, no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos letivos, tendo, no final do 3.º período, as seguintes finalidades:

a) Apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e do seu aproveitamento ao longo do ano;

b) Atribuição, no respetivo ano de escolaridade, de classificações de frequência ou de classificação final nas disciplinas, e ainda, no Curso Secundário de Dança, na FCT;

c) Decisão, conforme os casos, sobre a progressão nas disciplinas ou transição de ano, bem como sobre a aprovação em disciplinas terminais dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

2 — É da competência dos dois estabelecimentos de ensino envolvidos na lecionação dos planos de estudos dos cursos em regime articulado estabelecer os mecanismos necessários para efeitos de articulação pedagógica e avaliação.

3 — A avaliação sumativa interna é da responsabilidade conjunta e exclusiva dos professores que compõem o conselho de turma, sob critérios aprovados pelo conselho pedagógico ou equivalente de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 19.º

4 — A classificação a atribuir a cada aluno é proposta ao conselho de turma pelo professor de cada disciplina e pelo professor ou professores-orientadores da FCT.

5 — A decisão quanto à classificação final a atribuir a cada aluno é da competência do conselho de turma.

6 — Compete ao diretor de turma coordenar o processo de tomada de decisões relativas a esta forma de avaliação sumativa e garantir a sua natureza globalizante, bem como o respeito pelos critérios de avaliação referidos no n.º 1 do artigo 19.º

Artigo 24.º

Avaliação sumativa interna dos alunos em regime supletivo

A avaliação sumativa interna dos alunos que frequentam os Cursos Secundários de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano em regime supletivo é formalizada em condições definidas pelo conselho pedagógico ou equivalente que devem constar do regulamento interno da escola, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 19.º e nos artigos 39.º a 42.º, com as devidas adaptações.

Artigo 25.º

Provas para transição de ano/grau

1 — Os alunos podem requerer ao órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino artístico especializado a realização de provas de avaliação para transição de ano ou grau nas disciplinas das componentes científica e técnica-artística.

2 — As provas incidem sobre todo o programa do ano de escolaridade anterior àquele a que o aluno se candidata.

3 — A classificação obtida na prova de transição de ano ou grau corresponde, em caso de aprovação, à classificação de frequência da disciplina no ano ou grau ao qual a mesma se reporta.

4 — Compete ao conselho pedagógico ou equivalente do estabelecimento de ensino responsável pelas componentes de formação científica e técnica-artística definir as regras a que deve obedecer a realização das provas, que devem constar no respetivo regulamento interno.

Artigo 26.º

Provas globais

1 — A avaliação das disciplinas terminais das componentes de formação científica e técnica-artística pode incluir a realização de provas globais, cuja ponderação não pode ser superior a 50 % no cálculo da classificação de frequência da disciplina.

2 — A realização das provas globais deve ocorrer dentro do calendário escolar previsto para este nível de ensino, podendo ainda decorrer dentro dos limites da calendarização definida para a realização de exames nacionais e provas de equivalência à frequência e em datas não coincidentes com exames de âmbito nacional que os alunos pretendam realizar.

3 — A cada grupo disciplinar ou departamento curricular compete propor ao conselho pedagógico ou equivalente a informação sobre as provas globais, das quais devem

constar o objeto de avaliação, as características e estrutura da prova, os critérios gerais de classificação, material permitido e a duração da mesma.

4 — Após a sua aprovação pelo conselho pedagógico ou equivalente, a informação referida no número anterior sobre as provas globais deve ser afixada em lugar público da escola no decurso do 1.º período letivo.

5 — A não realização da prova global devido a situações excecionais devidamente comprovadas dá lugar à marcação de nova prova, desde que o encarregado de educação, ou o aluno quando maior, tenha apresentado a respetiva justificação ao órgão competente de direção ou gestão da escola, no prazo de dois dias úteis a contar da data da sua realização, e a mesma tenha sido aceite.

Artigo 27.º

Prova de aptidão artística

1 — O projeto defendido na PAA centra-se em temas e problemas perspectivados e desenvolvidos pelo aluno e, quando aplicável, em estreita ligação com os contextos de trabalho, e realiza-se sob orientação e acompanhamento de um ou mais professores.

2 — O projeto apresentado na PAA deverá ser desenvolvido no âmbito das disciplinas das componentes científica e ou técnica-artística de acordo com a especificidade do curso frequentado, em ano terminal.

3 — Tendo em conta a natureza do projeto, este pode ser desenvolvido em equipa, desde que, em todas as suas fases e momentos de concretização, seja visível e avaliável a contribuição individual específica de cada um dos respetivos membros.

Artigo 28.º

Júri da prova de aptidão artística

1 — O júri de avaliação da PAA, designado pelo órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino, é constituído, preferencialmente, por professores de áreas afins ao projeto apresentado e integra obrigatoriamente professores do aluno, podendo ainda integrar, por decisão do conselho pedagógico ou equivalente, personalidades de reconhecido mérito na área artística do curso.

2 — O júri de avaliação é constituído por um número mínimo de quatro elementos e delibera com a presença de todos, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate nas votações.

Artigo 29.º

Regulamento da prova de aptidão artística

1 — A PAA rege-se por regulamento específico aprovado pelos órgãos competentes de direção ou gestão do estabelecimento de ensino, como parte integrante do respetivo regulamento interno, em todas as matérias não previstas no presente diploma.

2 — O regulamento da PAA define, entre outras, as seguintes matérias:

a) A forma de designação, bem como os direitos e deveres de todos os intervenientes;

b) Os critérios e os procedimentos a observar pelos diferentes órgãos e demais intervenientes para aceitação e acompanhamento dos projetos;

c) A negociação dos projetos, no contexto do estabelecimento de ensino e, quando aplicável, no contexto real de trabalho;

4398-(26)

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

- d) A calendarização de todo o processo;
- e) A duração da PAA, a qual não pode ultrapassar o período máximo de 45 minutos;
- f) Os critérios de classificação a observar pelo júri da PAA;
- g) Outras disposições que os órgãos competentes de direção ou gestão do estabelecimento de ensino entenderem por convenientes, designadamente o modo de justificação das faltas dos alunos no dia de realização da PAA e a marcação de uma segunda data para o efeito.

3 — A classificação da PAA não pode ser objeto de pedido de reapreciação.

Artigo 30.º

Provas de equivalência à frequência

1 — São definidos, no anexo VII da presente portaria, da qual faz parte integrante, o tipo e a duração das provas de equivalência à frequência realizadas nos anos terminais das disciplinas da componente de formação geral.

2 — Compete ao conselho pedagógico definir o tipo e a duração das provas de equivalência à frequência realizadas nos anos terminais das disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística.

3 — Os procedimentos específicos a observar no desenvolvimento das provas de equivalência à frequência são objeto de regulamentação própria, a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

4 — Na FCT não há lugar à realização de prova de equivalência à frequência.

Artigo 31.º

Avaliação sumativa externa

1 — Os alunos dos cursos de ensino artístico especializado nas áreas da dança e da música que pretendam prosseguir estudos no ensino superior ficam sujeitos a avaliação sumativa externa, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho.

2 — A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência designados para o efeito e compreende a realização de exames finais nacionais, regendo-se pelas normas aplicáveis aos cursos de ensino artístico especializado nas áreas da dança e da música, com as devidas adaptações, nas seguintes disciplinas:

- a) Na disciplina de Português da componente de formação geral;
- b) Na disciplina bienal de Filosofia da componente de formação geral.

3 — A avaliação sumativa externa prevista no presente artigo pode ser requerida no ano de conclusão das respetivas disciplinas ou em anos posteriores.

4 — Os alunos dos cursos de ensino artístico especializado nos domínios das áreas da dança e da música, que se candidatem a provas de exame final nacional, fazem a sua candidatura na qualidade de autopropostos.

5 — As condições de admissão às provas mencionadas no número anterior bem como os procedimentos específicos e os preceitos a observar no desenvolvimento das mesmas são os estabelecidos na legislação em vigor para os alunos do nível secundário de educação.

SECÇÃO III

Efeitos da avaliação

Artigo 32.º

Avaliação sumativa interna

A avaliação sumativa interna permite tomar decisões relativamente à:

- a) Classificação em cada uma das disciplinas e, ainda, no Curso Secundário de Dança, na FCT;
- b) Progressão e aprovação em cada uma das disciplinas;
- c) Aprovação na PAA e, ainda, no Curso Secundário de Dança, na FCT;
- d) Transição de ano;
- e) Admissão à matrícula;
- f) Conclusão do nível secundário de educação.

Artigo 33.º

Classificação final das disciplinas

1 — A classificação final das disciplinas é obtida da seguinte forma:

- a) Nas disciplinas anuais, pela atribuição da classificação obtida na frequência;
- b) Nas disciplinas plurianuais, pela média aritmética simples das classificações obtidas na frequência dos anos em que foram ministradas, com arredondamento às unidades.

2 — A classificação final em qualquer disciplina pode também obter-se pelo recurso à realização de provas de equivalência à frequência, sendo a classificação final, em caso de aprovação, a obtida na prova.

Artigo 34.º

Situações especiais de classificação

1 — Sempre que, em qualquer disciplina anual, o número de aulas ministradas durante todo o ano letivo não tenha atingido o número previsto para oito semanas completas, considera-se o aluno aprovado, sem atribuição de classificação nessa disciplina.

2 — Para obtenção de classificação, no caso referido no número anterior, o aluno pode repetir a frequência da disciplina, de acordo com as possibilidades do estabelecimento de ensino, ou requerer prova de equivalência à frequência.

3 — No caso de esta situação ocorrer em disciplinas plurianuais no plano de estudos do aluno, considera-se o aluno aprovado ou em condições de progredir na disciplina, conforme se trate ou não de ano terminal da mesma, sem atribuição de classificação nesse ano curricular, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 — Para efeitos de atribuição de classificação final de disciplina no caso referido no número anterior, considera-se a classificação obtida ou a média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações obtidas no ano ou anos em que foi atribuída classificação, exceto se a classificação final for inferior a 10 valores, caso em que o aluno deve realizar prova de equivalência à frequência.

5 — Para obtenção de classificação anual de frequência, nos casos referidos no n.º 3, o aluno pode repetir a frequência da disciplina, de acordo com as possibilidades do estabelecimento de ensino, ou ainda, nos casos em que a situação ocorra no ano terminal da mesma, requerer a realização de prova de equivalência à frequência.

6 — Nas situações referidas nos n.ºs 2 e 5, apenas é considerada a classificação obtida se o aluno beneficiar dessa decisão.

7 — Se, por motivo da exclusiva responsabilidade do estabelecimento de ensino ou por falta de assiduidade decorrente de doença prolongada ou impedimento legal devidamente comprovado, não existirem, em qualquer disciplina, elementos de avaliação sumativa respeitantes ao 3.º período letivo, a classificação anual de frequência é a obtida no 2.º período letivo.

8 — Sempre que, por falta de assiduidade motivada por doença prolongada ou por impedimento legal devidamente comprovado, o aluno frequentar as aulas durante um único período letivo, fica sujeito à realização de uma prova extraordinária de avaliação em cada disciplina.

9 — Para efeitos do número anterior, a classificação anual de frequência a atribuir a cada disciplina é a seguinte:

$$CAF = (CF + PEA)/2$$

em que:

CAF — classificação anual de frequência;

CF — classificação de frequência do período frequentado;

PEA — classificação da prova extraordinária de avaliação.

10 — A *PEA* abrange a totalidade do programa do ano curricular em causa, sendo os procedimentos específicos a observar no seu desenvolvimento os que constam do anexo x à presente portaria, da qual faz parte integrante.

11 — Se, por motivo da exclusiva responsabilidade da escola, apenas existirem em qualquer disciplina elementos de avaliação respeitantes a um dos três períodos letivos, os alunos podem optar entre:

a) Ser-lhes considerada como classificação anual de frequência a obtida nesse período;

b) Não lhes ser atribuída classificação anual de frequência nessa disciplina.

12 — Na situação prevista na alínea b) do número anterior, observa-se o seguinte:

a) No caso de disciplinas anuais, considera-se o aluno aprovado, sem atribuição de classificação;

b) No caso de disciplinas plurianuais, considera-se o aluno aprovado ou em condições de progredir na disciplina, conforme se trate ou não do ano terminal da mesma, sem atribuição de classificação nesse ano curricular;

c) Para efeitos de atribuição de classificação final de disciplina, no caso referido na alínea anterior, considera-se a classificação obtida ou a média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações obtidas no ano ou anos em que foi atribuída classificação, exceto se a classificação final for inferior a 10 valores, caso em que o aluno realiza prova de equivalência à frequência.

Artigo 35.º

Classificação final de curso

1 — A classificação final de curso é o resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$CFC = (8MCD + 2PAA)/10$$

em que:

CFC — classificação final de curso (com arredondamento às unidades);

MCD — média aritmética simples, com arredondamento às unidades, da classificação final obtida pelo aluno em todas as disciplinas e, no Curso Secundário de Dança, na formação em contexto de trabalho;

PAA — classificação obtida na prova de aptidão artística.

2 — A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos e não é considerada para efeitos de apuramento de classificação final do curso.

Artigo 36.º

Classificação final de curso para efeitos de prosseguimento de estudos

1 — Para os alunos abrangidos pelo disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, a classificação final de curso para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior (CFCEPE) é o valor resultante do cálculo da expressão $(7C + 3M)/10$, arredondado às unidades, em que:

C é o resultado da média aritmética simples da classificação final obtida pelo aluno em todas as disciplinas do respetivo curso, calculada até às décimas, sem arredondamento, subsequentemente convertida para a escala de 0 a 200;

M é a média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações, na escala de 0 a 200 pontos, dos exames a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da presente portaria.

2 — Só podem ser certificados para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior os alunos em que o valor de CFCEPE seja igual ou superior a 95.

Artigo 37.º

Aprovação, transição e progressão

1 — A aprovação do aluno em cada disciplina, na FCT e na PAA, depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores.

2 — A progressão nas disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística faz-se independentemente da progressão nas disciplinas da componente de formação geral.

3 — A obtenção de classificação inferior a 10, em qualquer das disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística, impede a progressão na respetiva disciplina, sem prejuízo da progressão nas restantes disciplinas.

4 — Para os efeitos do disposto no n.º 1 a classificação de frequência no ano terminal das disciplinas da componente de formação geral não pode ser inferior a 8 valores.

5 — A transição do aluno em todas as disciplinas da componente de formação geral para o ano de escolaridade seguinte verifica-se sempre que a classificação anual de frequência ou final de disciplina, consoante os casos, não seja inferior a 10 valores a mais que duas disciplinas, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

6 — Para os efeitos previstos no número anterior, são consideradas as disciplinas constantes da componente de formação geral a que o aluno tenha obtido classificação inferior a 10 valores, em que tenha sido excluído por faltas ou em que tenha anulado a matrícula.

7 — Para a transição do 11.º para o 12.º ano, nas disciplinas da componente de formação geral, nos termos do n.º 5 do presente artigo, são consideradas igualmente as disciplinas em que o aluno não progrediu na transição do 10.º ano para o 11.º ano nesta componente.

8 — Os alunos que, na componente de formação geral, transitam para o ano seguinte com classificações inferiores a 10 valores em uma ou em duas disciplinas, nos termos do n.º 5, progridem nesta ou nestas disciplinas, desde que a classificação ou classificações obtidas não sejam inferiores a 8 valores, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

9 — Os alunos não progridem em disciplinas da componente de formação geral em que tenham obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos.

10 — Os alunos que não transitam para o ano de escolaridade seguinte nas disciplinas da componente de formação geral, nos termos do n.º 5, não progridem nas disciplinas em que obtiveram classificações inferiores a 10 valores.

11 — Para os efeitos previstos no n.º 5, não é considerada a disciplina de Educação Moral e Religiosa, desde que frequentada com assiduidade.

12 — Os alunos excluídos por faltas na disciplina de Educação Moral e Religiosa realizam, no final do 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade, consoante o ano em que se verificou a exclusão, uma prova especial de avaliação elaborada ao nível de escola, de acordo com a natureza da disciplina.

13 — A aprovação na disciplina, na situação considerada no número anterior, verifica-se quando o aluno obtém naquela prova uma classificação igual ou superior a 10 valores.

Artigo 38.º

Condições especiais e restrições de matrícula

1 — Ao aluno que transita de ano com classificação igual a 9 ou 8 valores em uma ou duas disciplinas da componente de formação geral é permitida a matrícula em todas as disciplinas dessa componente no ano de escolaridade seguinte, incluindo aquela ou aquelas em que obteve essas classificações.

2 — Não é autorizada a matrícula em disciplinas da componente de formação geral em que o aluno tenha obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos.

3 — É autorizada a anulação de matrícula na disciplina de Educação Moral e Religiosa.

4 — Ao aluno que não transite de ano na componente de formação geral, além da renovação da matrícula nas disciplinas em que não progrediu ou não obteve aprovação, é ainda facultada a renovação de matrícula em disciplinas dessa componente, do mesmo ano de escolaridade em que tenha progredido ou sido aprovado, para efeitos de melhoria de classificação, a qual só será considerada quando for superior à já obtida.

5 — Ao aluno que transite de ano não progredindo ou não obtendo aprovação em uma ou duas disciplinas da componente de formação geral é autorizada a inscrição nas disciplinas em que se verifica a não progressão ou aprovação, de acordo com as possibilidades do estabelecimento de ensino.

6 — Os alunos ficam impedidos de renovar a matrícula no respetivo curso secundário quando:

a) Não obtenham aproveitamento durante dois anos consecutivos ou interpolados em qualquer das disciplinas das componentes de formação científica ou técnica-artística;

b) Não obtenham aproveitamento em três disciplinas das componentes de formação científica ou técnica-artística no mesmo ano letivo;

c) Tenham frequentado o Curso Secundário de Dança, de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano por um período de cinco anos letivos e sejam alvo de financiamento público;

d) Se verifique a manutenção da situação do incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno, cumpridos por parte do estabelecimento de ensino os procedimentos inerentes à ultrapassagem do limite de faltas injustificadas previsto na lei.

7 — Os alunos que, por motivo de força maior devidamente comprovado, se encontrem numa das situações referidas nas alíneas a), b) ou c) do número anterior podem, mediante requerimento apresentado ao órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino que ministra as componentes de formação científica e técnica-artística, renovar a matrícula, desde que tal seja aprovado pelo conselho pedagógico ou equivalente e, no caso dos alunos que se encontrem na situação descrita na alínea c), a renovação de matrícula não acarrete aumento de encargos para o erário público.

SECÇÃO IV

Conselho de turma

Artigo 39.º

Constituição e funcionamento

1 — Para efeitos de avaliação dos alunos, o conselho de turma é constituído por todos os professores da turma, sendo seu presidente o diretor de turma e o secretário designado pelo órgão de gestão e administração do agrupamento de escolas ou escola não agrupada ou, no caso dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, pelo órgão de direção pedagógica.

2 — Nos conselhos de turma podem ainda intervir, sem direito a voto, os serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo e serviços ou entidades cuja contribuição o conselho pedagógico ou equivalente considere conveniente.

3 — Sempre que, por motivo injustificado, se verifique a ausência de um membro do conselho de turma, a reunião é adiada, no máximo, por 48 horas, de forma a assegurar a presença de todos.

4 — No caso de a ausência a que se refere o número anterior ser presumivelmente longa, o conselho de turma reúne com os restantes membros, devendo o respetivo diretor de turma dispor de todos os elementos referentes à avaliação de cada aluno fornecidos pelo professor ausente.

5 — A deliberação final quanto à avaliação formativa e quanto à classificação quantitativa é da competência do conselho de turma que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações que a suportam e a situação global do aluno.

6 — As deliberações do conselho de turma devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.

7 — No caso de recurso à votação, todos os membros do conselho de turma devem votar mediante voto nominal, não sendo permitida a abstenção e ficando o voto de cada membro registado em ata.

8 — Nos casos previstos no número anterior, a deliberação é tomada por maioria absoluta dos membros presentes à reunião, tendo o presidente do conselho de turma voto de qualidade, em caso de empate.

9 — Na ata da reunião de conselho de turma devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.

Artigo 40.º

Registo das classificações e ratificação das deliberações

1 — As classificações quantitativas atribuídas pelo conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos são registadas em pauta, bem como nos restantes documentos previstos para esse efeito, os quais não devem mencionar, caso existam alunos com necessidades educativas especiais, a natureza das mesmas.

2 — Em cada ano letivo, o aproveitamento final de cada disciplina é expresso pela classificação atribuída pelo conselho de turma na reunião de avaliação do 3.º período, pelo que aquela classificação deve exprimir a apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e o seu aproveitamento escolar ao longo do ano.

3 — As deliberações do conselho de turma carecem de ratificação do órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino.

4 — Para efeitos do número anterior, o órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino deve proceder à verificação das pautas e da restante documentação relativa às reuniões dos conselhos de turma, assegurando-se do integral cumprimento das disposições normativas em vigor e da observância dos critérios definidos pelo conselho pedagógico ou equivalente, competindo-lhe desencadear os mecanismos necessários à correção de eventuais irregularidades.

5 — As pautas, após a ratificação prevista no n.º 3, são afixadas em local apropriado no interior da escola, nelas devendo constar a data da respetiva afixação.

6 — O órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino pode determinar, sempre que o considere justificado, a repetição da reunião do conselho de turma, informando sobre os motivos que fundamentam tal determinação.

7 — Se, após a repetição da reunião, subsistirem factos que, no entender do órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino, impeçam a ratificação das deliberações do conselho de turma, deve a situação ser apreciada em reunião do conselho pedagógico ou equivalente.

Artigo 41.º

Revisão das deliberações

1 — Após a afixação das pautas referentes ao 3.º período de avaliação, o encarregado de educação, ou o próprio aluno quando maior de idade, pode requerer a revisão das deliberações do conselho de turma.

2 — Os pedidos de revisão são apresentados no prazo de três dias úteis a contar da data da afixação da pauta com a classificação da avaliação sumativa, em requerimento devidamente fundamentado em razões de ordem técnica, pedagógica ou legal e dirigido ao órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino, podendo ser acompanhado dos documentos considerados pertinentes.

3 — Os requerimentos recebidos depois de expirado o prazo fixado no número anterior, bem como os que não estiverem fundamentados, são liminarmente indeferidos.

4 — O órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino convoca, nos cinco dias úteis após a aceitação do requerimento para apreciação do pedido de revisão, uma reunião extraordinária do conselho de turma.

5 — O conselho de turma, reunido extraordinariamente, aprecia o pedido de revisão e delibera sobre o mesmo, elaborando um relatório pormenorizado, que deve integrar a ata da reunião.

6 — Nos casos em que o conselho de turma mantenha a sua deliberação, o processo aberto pelo pedido de revisão é enviado pelo órgão de gestão e administração do agrupamento de escolas ou escola não agrupada ou, no caso dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, pelo órgão de direção pedagógica, ao conselho pedagógico ou equivalente para decisão final, que deve ser fundamentada, instruindo-o com os seguintes documentos:

a) Requerimento do encarregado de educação, ou do aluno quando maior de idade, e demais documentos apresentados;

b) Fotocópia da ata da reunião extraordinária do conselho de turma;

c) Fotocópias das atas das reuniões do conselho de turma correspondentes a todos os momentos de avaliação;

d) Relatório do diretor de turma, onde constem os contactos havidos com o encarregado de educação ao longo do ano;

e) Relatório do professor da disciplina visada no pedido de revisão justificativo da classificação proposta no 3.º período e do qual constem todos os elementos de avaliação do aluno recolhidos ao longo do ano letivo;

f) Ficha de avaliação do aluno relativa aos três períodos letivos.

7 — Da deliberação do conselho pedagógico ou equivalente e respetiva fundamentação é dado conhecimento ao interessado, através de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da receção do pedido de revisão.

8 — A deliberação que recaiu sobre o pedido de revisão pode ser objeto de reapreciação com base em vício de forma existente no processo, requerida no prazo de cinco dias úteis após a data de receção da resposta, ao responsável do serviço territorialmente competente do Ministério da Educação e Ciência.

9 — Da decisão do pedido de reapreciação não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.

Artigo 42.º

Situações especiais

1 — O conselho de turma de avaliação no 3.º período deve ter em atenção a ocorrência de alguma das situações especiais previstas no artigo 34.º

2 — Quando, ao abrigo das situações previstas no número anterior, se tenha realizado a prova extraordinária de avaliação (PEA), proceder-se-á à realização de uma reunião extraordinária do conselho de turma para ratificação das classificações do aluno.

SECÇÃO V

Conclusão

Artigo 43.º

Conclusão e certificação

1 — Concluem o Curso Secundário de Dança os alunos que obtenham aprovação em todas as disciplinas do plano de estudos do curso, na FCT e na PAA.

2 — Concluem os Cursos Secundários de Música, de Canto ou de Canto Gregoriano os alunos que obtenham aprovação em todas as disciplinas do plano de estudos do respetivo curso e na PAA.

3 — Para a certificação da conclusão de um curso secundário de dança, de música, de canto ou de canto gre-

goriano não é considerada a realização de exames finais nacionais.

4 — Os alunos em regime supletivo que obtenham aprovação em todas as disciplinas do plano de estudos do respetivo curso e na PAA têm direito ao diploma e certificado previstos no número seguinte, após comprovarem ter concluído noutra modalidade de ensino as disciplinas relativas à componente de formação geral.

5 — A conclusão de um curso é certificada através da emissão de:

a) Um diploma que ateste a conclusão do nível secundário de educação e indique o curso concluído, respetiva classificação final, nível de qualificação obtido e ainda, no caso do Curso Secundário de Dança, a obtenção de certificação profissional;

b) Um certificado que discrimine as disciplinas do plano de estudos, o projeto apresentado na PAA, a formação em contexto de trabalho, no caso do Curso Secundário de Dança, e as respetivas classificações finais.

6 — A requerimento dos interessados, podem ainda ser emitidas, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, discriminando as disciplinas frequentadas, concluídas e os respetivos resultados de avaliação.

7 — A emissão do diploma, do certificado e das certidões, referidos nos números anteriores, é da competência:

a) Do estabelecimento de ensino, público, particular ou cooperativo, com autonomia pedagógica, responsável pelas componentes de formação científica e técnica-artística;

b) Da escola pública de vinculação, no caso das componentes de formação científica e técnica-artística serem ministradas num estabelecimento de ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico.

8 — Os modelos de diploma e certificado, previstos neste artigo, são aprovados pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

CAPÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

Artigo 44.º

Norma transitória

1 — No caso dos alunos que ingressaram antes do ano letivo de 2012/2013 em cursos complementares ou secundários do ensino artístico especializado das áreas da Dança e da Música regulados pelas disposições revogadas pela presente portaria, é observado o seguinte:

a) Os alunos que não transitam para os cursos criados pela presente portaria não realizam Prova de Aptidão Artística;

b) Nos casos previstos na alínea anterior, a classificação final de curso é o resultado da média aritmética simples, com arredondamento às unidades, da classificação final obtida pelo aluno em todas as disciplinas;

c) O carácter comum ou a proximidade na forma como se encontram organizadas as disciplinas dos planos de estudos dos cursos em extinção e as disciplinas das componentes de formação científica e técnica-artística dos planos de estudos dos cursos criados pela presente portaria

determinam, para efeitos de transição e ou equivalência entre cursos, a correspondência disciplinar, nos termos dos anexos VIII e IX da presente portaria, da qual fazem parte integrante, frequentando os alunos as referidas disciplinas no ano imediatamente subsequente ao último frequentado com aproveitamento;

d) Os alunos com disciplinas em atraso dos planos de estudos em extinção podem candidatar-se à realização de uma prova de equivalência à frequência nessas disciplinas com vista à conclusão do plano de estudos originalmente frequentado até ao final do ano letivo de 2015/2016, ou ser integrados no novo plano de estudos criados pela presente portaria, através da aplicação do disposto na alínea anterior;

e) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, as disciplinas frequentadas ou concluídas que não integram o novo elenco disciplinar passam a constar do processo dos alunos expressamente como disciplinas de complemento do currículo;

f) Os estabelecimentos de ensino podem definir a transição entre disciplinas dos planos de estudos em extinção que não constam dos anexos VIII e IX e disciplinas de oferta complementar ou disciplinas de opção dos planos de estudos aprovados pela presente portaria.

2 — Até à homologação referida no n.º 4 do artigo 2.º, aplicam-se os programas atualmente em vigor, com ajustamentos, caso seja necessário.

Artigo 45.º

Norma revogatória

São revogados, de acordo com o previsto no artigo seguinte:

- a) A Portaria n.º 1196/93, de 13 de novembro;
- b) A Portaria n.º 688/96, de 21 de novembro;
- c) A Portaria n.º 99/98, de 23 de fevereiro;
- d) A Portaria n.º 52/99, de 22 de janeiro, com a Declaração de Retificação n.º 3-J/99, de 29 de janeiro;
- e) A Portaria n.º 45/2005, de 18 de janeiro, com a Declaração de Retificação n.º 18/2005, de 9 de março;
- f) A Portaria n.º 871/2006, de 29 de agosto, alterada pela Portaria n.º 424/2008, de 13 de junho;
- g) A Portaria n.º 424/2008, de 13 de junho;
- h) O Despacho n.º 51/SEAM/84, de 1 de junho;
- i) O Despacho n.º 51/SERE/89, de 26 de agosto;
- j) O Despacho n.º 65/SERE/90, de 23 de outubro;
- k) O Despacho n.º 19592/2004, de 17 de setembro.

Artigo 46.º

Produção de efeitos

1 — A presente portaria produz efeitos a partir do ano letivo de 2012/2013, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Os planos de estudos aprovados nos termos dos anexos I a IV são aplicados, relativamente às componentes de formação científica e técnica-artística, de acordo com o seguinte calendário:

- a) 2012/2013, no que respeita ao 10.º ano;
- b) 2013/2014, no que respeita ao 11.º ano;
- c) 2014/2015, no que respeita ao 12.º ano.

Pelo Ministro da Educação e Ciência, *Isabel Maria Cabrita de Araújo Leite dos Santos Silva*, Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, em 13 de agosto de 2012.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

4398-(31)

ANEXO I

Curso Secundário de Dança

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade para organizar os tempos letivos na unidade que conside-

rem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Na componente de formação geral, os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por disciplina, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (em minutos)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano
Geral	Português	180	180	200
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	150	150	-
	Filosofia	150	150	-
Científica	História da Cultura e das Artes	135	135	135
	Música	90	90	90
	Oferta Complementar (b)	(90)	(90)	(90)
	<i>Subtotal</i>	225 (315)	225 (315)	225(315)
Técnica-Artística	Técnicas de Dança (c)	900	900	1080
	• Técnica de Dança Clássica (d)			
	• Técnica de Dança Contemporânea (e)			
	Disciplina de opção (f)	-	90 (180)	90 (180)
	• Composição			
	• Técnicas Teatrais	(90)	(90)	(90)
	Oferta Complementar (b)			
	<i>Subtotal</i>	900(990)	990(1080)	1170(1260)
Educação Moral e Religiosa (g)		(90)	(90)	(90)
Formação em Contexto de Trabalho (h)			-	7920
		225 (i)	225 (i)	225 (i)
<i>TOTAL (j)</i>		1665 a 1980 (1755 a 2070)	1755 a 2070 (1845 a 2160)	1845 a 2160 (1935 a 2250)

- O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de um aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, em qualquer das componentes de formação, com uma carga horária até 90 minutos, ou com a carga máxima indicada a ser aplicada na leção de duas disciplinas, não podendo ser ultrapassado o número máximo de disciplinas permitido na matriz dos cursos artísticos especializado. Caso as escolas não pretendam lecionar nenhuma disciplina de Oferta Complementar, poderão lecionar duas disciplinas de opção nos termos em que as mesmas ocorrem, ou reforçar uma ou mais disciplinas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- A distribuição da carga horária semanal entre as duas disciplinas técnicas é da responsabilidade de cada estabelecimento de ensino.
- Inclui Repertório Clássico e Pas-de-Deux.
- Inclui Repertório Contemporâneo.
- O aluno está obrigado a frequentar, no 11º e 12º ano, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea b).
- Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 90 minutos.
- A Formação em Contexto de Trabalho, caso ocorra concentradamente não deverá ultrapassar as 35 horas semanais.
- Contempla até 225 minutos de aplicação facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.
- O tempo sobranço de reforço, de aplicação na componente de formação geral, será o determinado pela escola de ensino secundário geral quando a frequência ocorrer em regime articulado.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

4398-(32)

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (x45 minutos)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano
Geral	Português	4	4	5
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	4	4	-
	Filosofia	4	4	-
Científica	História da Cultura e das Artes	3	3	3
	Música	2	2	2
	Oferta Complementar (b)	(2)	(2)	(2)
	<i>Subtotal</i>	5 (7)	5 (7)	5 (7)
Técnica-Artística	Técnicas de Dança (c)	20	20	24
	• Técnica de dança clássica (d)			
	• Técnica de dança contemporânea (e)			
	Disciplina de opção (f)	-	2 (4)	2 (4)
	• Composição			
	• Técnicas Teatrais	(2)	(2)	(2)
	Oferta Complementar (b)			
	<i>Subtotal</i>	20(22)	22(24)	26(28)
Educação Moral e Religiosa (g)		(2)	(2)	(2)
Formação em Contexto de Trabalho (h)				132 h.
		5 (i)	5 (i)	5 (i)
TOTAL		37/44 (39/46)	39/46 (41/48)	41/48 (j) (43/50) (j)

- a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de um aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- b) Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa em qualquer das componentes de formação, com uma carga horária até 2 blocos letivos, ou com a carga máxima indicada a ser aplicada na lecionação de duas disciplinas, não podendo ser ultrapassado o número máximo de disciplinas permitido na matriz dos cursos artísticos especializados. Caso as escolas não pretendam lecionar a disciplina de Oferta Complementar, poderão lecionar duas disciplinas de opção, nos termos em que as mesmas ocorrem, ou reforçar uma ou mais disciplinas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- c) A distribuição da carga horária entre as duas disciplinas técnicas é da responsabilidade de cada estabelecimento de ensino.
- d) Inclui Repertório Clássico e Pas-de-Deux.
- e) Inclui Repertório Contemporâneo.
- f) O aluno está obrigado a frequentar, nos 11.º e 12.º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea b).
- g) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 2x45 minutos.
- h) A Formação em Contexto de Trabalho, a ser desenvolvida durante o 12.º ano, apresenta a carga horária em horas. Caso ocorra concentradamente não deverá ultrapassar as 35 horas semanais.
- i) Contempla até 5 blocos de aplicação facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.
- j) É adicionada, em total, a conversão das 132 horas em 5 blocos semanais, na carga horária anual, relativa à formação em contexto de trabalho.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

4398-(33)

ANEXO II

Curso Secundário de Música

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem

mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Na componente de formação geral, os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por disciplina, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (em minutos)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano
Geral	Português	180	180	200
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	150	150	-
	Filosofia	150	150	-
	Educação Física	150	150	150
Científica	História da Cultura e das Artes	135	135	135
	Formação Musical	90	90	90
	Análise e Técnicas de Composição	135	135	135
	Oferta Complementar (b)	(90)	(90)	(90)
	<i>Subtotal</i>	360(450)	360(450)	360(450)
Técnica-Artística	Instrumento/Educação Vocal/Composição (c)	90	90	90
	Classes de Conjunto (d)	135	135	135
	Disciplina de opção (e):	-	45 (90)	45 (90)
	• Baixo Contínuo			
	• Acompanhamento e Improvisação			
	• Instrumento de Tecla			
	Oferta Complementar (b)	(90)	(90)	(90)
	<i>Subtotal</i>	225 (315)	270 (360)	270 (360)
Educação Moral e Religiosa (f)		(90)	(90)	(90)
		90 (g)	90 (g)	90 (g)
TOTAL (h)		1305 a 1485 (1395 a 1575)	1350 a 1530 (1440 a 1620)	1035 a 1215 (1125 a 1305)

- a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com a aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- b) Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, em qualquer das componentes de formação, com uma carga horária até 90 minutos, ou com a carga máxima indicada a ser aplicada na lecionação de duas disciplinas, não podendo ser ultrapassado o número máximo de disciplinas permitido na matriz dos cursos artísticos especializados. Caso as escolas não pretendam lecionar nenhuma disciplina de Oferta Complementar, poderão lecionar duas disciplinas de opção, nos termos em que as mesmas ocorrem, ou reforçar uma ou mais disciplinas coletivas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- c) Consoante a variante do curso: Instrumento, Formação Musical ou Composição, o aluno frequentará a disciplina de Instrumento, Educação Vocal ou Composição. Em Educação Vocal a carga horária semanal pode, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre os alunos. Caso o não seja, metade da carga horária desta disciplina poderá ser transferida para a lecionação da disciplina de Instrumento de Tecla.
- d) Sob esta designação incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra.
- e) O aluno está apenas obrigado a frequentar, nos 11.º e 12.º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea b).
- f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 90 minutos.
- g) Contempla até 90 minutos de oferta facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina coletiva das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.
- h) A aplicação do tempo sobrança de reforço na componente de formação geral será determinada pela escola de ensino secundário geral quando a frequência ocorrer em regime articulado.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

4398-(34)

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (x45 minutos)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano
Geral	Português	4	4	5
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	4	4	-
	Filosofia	4	4	-
	Educação Física	4	4	4
Científica	História da Cultura e das Artes	3	3	3
	Formação Musical	2	2	2
	Análise e Técnicas de Composição	3	3	3
	Oferta Complementar (b)	(2)	(2)	(2)
	<i>Subtotal</i>	8(10)	8(10)	8(10)
Técnica-Artística	Instrumento/Educação Vocal/Composição (c)	2	2	2
	Classes de Conjunto (d)	3	3	3
	Disciplina de opção (e):	-	1 (2)	1 (2)
	• Baixo Contínuo			
	• Acompanhamento e Improvisação			
	• Instrumento de Tecla			
	Oferta Complementar (b)	(2)	(2)	(2)
	<i>Subtotal</i>	5 (7)	6 (8)	6 (8)
Educação Moral e Religiosa (f)		(2)	(2)	(2)
		2 (g)	2 (g)	2 (g)
TOTAL		29/33 (31/35)	30/34 (32/36)	23/27 (25/29)

- a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com a aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- b) Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, em qualquer das componentes de formação, com uma carga horária até 2 blocos letivos, ou com a carga máxima indicada a ser aplicada na lecionação de duas disciplinas, não podendo ser ultrapassado o número máximo de disciplinas permitido na matriz dos cursos artísticos especializados. Caso as escolas não pretendam lecionar nenhuma disciplina de Oferta Complementar, poderão lecionar duas disciplinas de opção, nos termos em que as mesmas ocorrem, ou reforçar uma ou mais disciplinas coletivas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- c) Consoante a variante do curso: Instrumento, Formação Musical ou Composição, o aluno frequentará a disciplina de Instrumento, Educação Vocal ou Composição. Em Educação Vocal a carga horária semanal pode, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre os alunos. Caso o não seja, metade da carga horária desta disciplina poderá ser transferida para a lecionação da disciplina de Instrumento de Tecla.
- d) Sob esta designação incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Orquestra.
- e) O aluno está apenas obrigado a frequentar, nos 11.º e 12.º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea b).
- f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 2x45 minutos.
- g) Contempla até 2 blocos letivos de aplicação facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina coletiva das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

4398-(35)

ANEXO III

Curso Secundário de Canto

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem

mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Na componente de formação geral, os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por disciplina, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (em minutos)		
		10.ºano	11.ºano	12.ºano
Geral	Português	180	180	200
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	150	150	-
	Filosofia	150	150	-
	Educação Física	150	150	150
Científica	História da Cultura e das Artes	135	135	135
	Formação Musical (b)	90 (180)	90 (180)	90 (180)
	Análise e Técnicas de Composição	135	135	135
	Oferta Complementar (c)	(90)	(90)	(90)
	<i>Subtotal</i>	360 (540)	360 (540)	360 (540)
Técnica-Artística	Canto	90	90	90
	Classes de Conjunto (d)	135	135	135
	Línguas de Repertório (e)	180	180	180
	• Alemão			
	• Italiano			
	Disciplina de opção (f):	-	45 (90)	45 (90)
	• Prática de Canto Gregoriano			
	• Arte de Representar			
	• Instrumento de Tecla			
	• Correpetição			
	<i>Subtotal</i>	405 (495)	450 (540)	450(540)
Educação Moral e Religiosa (g)		(90)	(90)	(90)
		90 (h)	90 (h)	90 (h)
TOTAL (i)		1485 a 1755 (1575 a 1845)	1530 a 1800 (1620 a 1890)	1215 a 1485 (1305 a 1575)

- O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com a aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- A carga horária máxima é aplicável, em função da aferição resultante da prova de acesso e enquanto se justificar, aos alunos que não são detentores do 5º grau da disciplina de Formação Musical.
- Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, com uma carga horária até 90 minutos. Caso as escolas não pretendam lecionar a disciplina de Oferta Complementar, poderão reforçar uma ou mais disciplinas coletivas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- Sob esta designação incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Estúdio de Ópera.
- A distribuição da carga horária semanal entre as duas disciplinas de línguas de repertório é da responsabilidade de cada estabelecimento de ensino.
- O aluno está apenas obrigado a frequentar, nos 11º e 12º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea c).
- Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 90 minutos.
- Contempla até 90 minutos de aplicação facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina coletiva das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.
- A aplicação do tempo sobranse de reforço na componente de formação geral será determinada pela escola de ensino secundário geral quando a frequência ocorrer em regime articulado.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

4398-(36)

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (x45 minutos)		
		10.ºano	11.ºano	12.ºano
Geral	Português	4	4	5
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	4	4	-
	Filosofia	4	4	-
	Educação Física	4	4	4
Científica	História da Cultura e das Artes	3	3	3
	Formação Musical (b)	2 (4)	2 (4)	2 (4)
	Análise e Técnicas de Composição	3	3	3
	Oferta Complementar (c)	(2)	(2)	(2)
	<i>Subtotal</i>	8 (12)	8 (12)	8 (12)
Técnica-Artística	Canto	2	2	2
	Classes de Conjunto (d)	3	3	3
	Línguas de Repertório (e)	4	4	4
	• Alemão			
	• Italiano			
	Disciplina de opção (ff):	—	1 (2)	1 (2)
	• Prática de Canto Gregoriano			
	• Arte de Representar			
	• Instrumento de Tecla			
	• Correpetição			
	<i>Subtotal</i>	9	10 (11)	10 (11)
Educação Moral e Religiosa (g)		(2)	(2)	(2)
		2 (h)	2 (h)	2 (h)
TOTAL		33/39 (35/41)	34/40 (36/42)	27/33 (29/35)

- O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com a aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- A carga horária máxima é aplicável, em função da aferição resultante da prova de acesso e enquanto se justificar, aos alunos que não são detentores do 5º grau da disciplina de Formação Musical.
- Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, com uma carga horária até 2 blocos letivos. Caso as escolas não pretendam lecionar a disciplina de Oferta Complementar, poderão reforçar uma ou mais disciplinas coletivas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- Sob esta designação incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara, Estúdio de Ópera.
- A distribuição da carga horária semanal entre as duas disciplinas de línguas de repertório é da responsabilidade de cada estabelecimento de ensino.
- O aluno está apenas obrigado a frequentar, nos 11º e 12º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea c).
- Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 2x45 minutos.
- Contempla até 2 blocos letivos de oferta facultativa consoante o projeto educativo, numa das disciplinas da componente de formação científica ou da componente de formação técnica-artística, que funcionem em regime de turma. Pode ser aplicada, subdividida, em disciplinas diferentes, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

4398-(37)

ANEXO IV

Curso Secundário de Canto Gregoriano

Parte A

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem

mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Na componente de formação geral, os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por disciplina, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (em minutos)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano
Geral	Português	180	180	200
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	150	150	-
	Filosofia	150	150	-
	Educação Física	150	150	150
Científica	História da Cultura e das Artes	135	135	135
	Formação Musical	90	90	90
	Análise e Técnicas de Composição	135	135	135
	Oferta Complementar (b)	(90)	(90)	(90)
	<i>Subtotal</i>	360 (450)	360 (450)	360 (450)
Técnica-Artística	Canto Gregoriano	90	90	90
	Classes de Conjunto (c)	135	135	135
	Técnica Vocal (d)	90	90	90
	Disciplina de opção (e):	-	45 (90)	45 (90)
	• Instrumento de Tecla			
	• Coro Gregoriano			
	Oferta Complementar (b)	(90)	(90)	(90)
	<i>Subtotal</i>	315 (405)	360 (450)	360(450)
Educação Moral e Religiosa (f)		(90)	(90)	(90)
		90 (g)	90 (g)	90 (g)
TOTAL (h)		1395 a 1575 (1485 a 1665)	1440 a 1620 (1530 a 1710)	1125 a 1305 (1215 a 1395)

- a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com a aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- b) Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, em qualquer das componentes de formação, com uma carga horária até 90 minutos, ou com a carga máxima indicada a ser aplicada na lecionação de duas disciplinas, não podendo ser ultrapassado o número máximo de disciplinas permitido na matriz dos cursos artísticos especializados. Caso as escolas não pretendam lecionar nenhuma disciplina de Oferta Complementar, poderão lecionar duas disciplinas de opção, nos termos em que as mesmas ocorrem, ou reforçar uma ou mais disciplinas coletivas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- c) Sob esta designação incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara.
- d) A carga horária semanal é lecionada a grupos de dois alunos, podendo, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre eles.
- e) O aluno está apenas obrigado a frequentar, nos 11.º e 12.º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea b).
- f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 90 minutos.
- g) Contempla até 90 minutos de oferta facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina coletiva das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.
- h) A aplicação do tempo sobranse de reforço na componente de formação geral será determinada pela escola de ensino secundário geral quando a frequência ocorrer em regime articulado.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

4398-(38)

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

Parte B

O plano de estudos apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes de Formação	Disciplinas	Carga Horária Semanal (x45minutos)		
		10.º ano	11.º ano	12.º ano
Geral	Português	4	4	5
	L. Estrangeira I, II ou III (a)	4	4	-
	Filosofia	4	4	-
	Educação Física	4	4	4
Científica	História da Cultura e das Artes	3	3	3
	Formação Musical	2	2	2
	Análise e Técnicas de Composição	3	3	3
	Oferta Complementar (b)	(2)	(2)	(2)
	<i>Subtotal</i>	8 (10)	8 (10)	8 (10)
Técnica-Artística	Canto Gregoriano	2	2	2
	Classes de Conjunto (c)	3	3	3
	Técnica Vocal (d)	2	2	2
	Disciplina de opção (e):	-	1 (2)	1 (2)
	• Instrumento de Tecla			
	• Coro Gregoriano			
	Oferta Complementar (b)	(2)	(2)	(2)
	<i>Subtotal</i>	7 (9)	8 (10)	8 (10)
Educação Moral e Religiosa (f)		(2)	(2)	(2)
		2 (g)	2 (g)	2 (g)
TOTAL		31/35 (33/37)	32/36 (34/38)	25/29 (27/31)

- a) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma segunda língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com a aceitação expressa do acréscimo da carga horária.
- b) Disciplina a ser criada de acordo com os recursos das escolas e de oferta facultativa, em qualquer das componentes de formação, com uma carga horária até 2 blocos letivos, ou com a carga máxima indicada a ser aplicada na lecionação de duas disciplinas, não podendo ser ultrapassado o número máximo de disciplinas permitido na matriz dos cursos artísticos especializados. Caso as escolas não pretendam lecionar nenhuma disciplina de Oferta Complementar, poderão lecionar duas disciplinas de opção, nos termos em que as mesmas ocorrem, ou reforçar uma ou mais disciplinas coletivas das componentes de formação científica ou técnica-artística.
- c) Sob esta designação incluem-se as seguintes práticas de música em conjunto: Coro, Música de Câmara.
- d) A carga horária semanal é lecionada a grupos de dois alunos, podendo, por questões pedagógicas ou de gestão de horários, ser repartida igualmente entre eles.
- e) O aluno está apenas obrigado a frequentar, nos 11.º e 12.º anos, uma das disciplinas. Excetua-se a ressalva constante na alínea b).
- f) Disciplina de frequência facultativa, com carga fixa de 2x45minutos.
- g) Contempla até 2 blocos letivos de oferta facultativa, consoante o projeto educativo. Podem ser utilizados em atividades de conjunto ou aplicados em uma ou mais de uma disciplina coletiva das componentes de formação científica e ou técnica-artística, podendo a sua carga horária global ser gerida por período letivo.

A Motivação na Aprendizagem Musical no Ensino do Trompete: um estudo de caso no Conservatório do Vale do Sousa e Centro Cultural de Amarante

Diário da República, 1.ª série — N.º 156 — 13 de agosto de 2012

4398-(39)

ANEXO V

Instrumentos que podem ser ministrados

Acordeão.
Alaúde.
Bandolim.
Bateria.
Clarinete.
Clavicórdio.
Contrabaixo.
Cravo.
Fagote.
Flauta de bisel.
Flauta.
Guitarra clássica.
Guitarra portuguesa.
Harpa.
Oboé.
Órgão.
Percussão.
Piano.
Saxofone.
Trombone.
Trompa.
Trompete.
Tuba.
Viola da gamba.
Violeta.
Violino.
Violoncelo.

ANEXO VIII

Tabela de disciplinas afins na área da dança

Disciplinas de planos de estudos extintos por força da presente portaria	Disciplinas de planos de estudos da presente portaria
História da Dança	História da Cultura e das Artes
História de Arte	História da Cultura e das Artes
Música	Música
Técnica de Dança Clássica	Técnica de Dança Clássica
Técnica de Dança Moderna	Técnica de Dança Contemporânea
Técnica de Dança Clássica + Variações	Técnica de Dança Clássica
Técnica de Dança Moderna + Variações	Técnica de Dança Contemporânea

ANEXO IX

Tabela de disciplinas afins na área da música

Disciplinas de planos de estudos extintos por força da presente portaria	Disciplinas de planos de estudos da presente portaria
Alemão	Alemão
Análise e Técnicas de Composição	Análise e Técnicas de Composição
Técnica Vocal e Repertório	Canto
Canto	Canto Gregoriano 10.º/6.º
Canto Gregoriano 10.º/6.º	Canto Gregoriano 10.º/6.º
Canto Gregoriano 11.º/7.º+Modalidade 1.º	Canto Gregoriano 11.º/7.º
Canto Gregoriano 12.º/8.º+Modalidade 2.º	Canto Gregoriano 12.º/8.º
Coro/Conjuntos Vocais e ou Instrumentais	
Coro ou Orquestra ou Conjuntos Vocais e ou Instrumentais	
Orquestra	
Música de Câmara	
Música de Câmara/Acompanhamento	
Coro	
Coro/Orquestra	
Orquestra	
Classe de Conjunto/Orquestra	
Laboratório de Composição	Composição
Educação Vocal, do Curso Complementar de Formação Musical	Educação Vocal
Formação Musical	Formação Musical
História da Música	História da Cultura e das Artes
Instrumento (Piano, Órgão ou Cravo)	
Instrumento (Flauta de Bisel, Violoncelo, Violino)	
Instrumento Principal	
Instrumento	
Instrumento I	
Piano	
Percurso	
Italiano	Italiano
Educação Vocal 11.º/7.º + 12.º/8.º, do Curso Secundário de Canto Gregoriano	Técnica Vocal 10.º/6.º

ej) Em consonância com o instrumento frequentado.

ANEXO VI

Correspondência entre o ano de escolaridade dos cursos secundários e o ano/graú dos cursos especializados de música em regime supletivo

Ano de escolaridade	Ensino Secundário		
	10.º	11.º	12.º
Ano/graú das disciplinas das componentes científica e técnica-artística	1.º/6.º	2.º/7.º	3.º/8.º

ANEXO VII

Provas de equivalência à frequência

Disciplinas	Cursos	Tipo de prova	Duração (minutos)
Educação Física	Canto Canto Gregoriano Música	EP	90+90
Filosofia	Canto Canto Gregoriano Dança Música	E	120
Língua Estrangeira I, II ou III	Canto Canto Gregoriano Dança Música	EO	90+25
Português	Canto Canto Gregoriano Dança Música	EO	120+25

ANEXO X

Procedimentos específicos a observar no desenvolvimento da prova extraordinária de avaliação (PEA)

1 — Compete aos departamentos curriculares, de acordo com as orientações do conselho pedagógico da escola ou equivalente, estabelecer a modalidade e a duração que a prova extraordinária de avaliação (PEA) deve assumir, tendo em conta a natureza e especificidade de cada disciplina.

2 — Compete ainda aos departamentos curriculares propor ao conselho pedagógico ou equivalente as informações sobre a PEA das quais devem constar o objeto de avaliação, as características e estrutura da prova, os critérios gerais de classificação, o material permitido e a duração da mesma.

3 — Para a elaboração da PEA é constituída uma equipa de dois professores, em que, pelo menos, um deles tenha lecionado a disciplina nesse ano letivo. Para o desempenho desta função não está prevista qualquer dispensa de serviço docente.

4 — Compete ao órgão competente de direção ou gestão do estabelecimento de ensino fixar a data de realização da PEA no período compreendido entre o final das atividades letivas até 31 de julho.

5 — Toda a informação relativa à realização da PEA deve ser afixada pelas escolas até ao dia 15 de maio.

6 — Caso o aluno não compareça à prestação da PEA, não lhe é atribuída qualquer classificação, pelo que se considera que o aluno não obteve aproveitamento na disciplina.

Anexo E –

Programa de Trompete
do Conservatório do Vale do Sousa

Em Suporte Digital

Anexo F –

Relatórios e Planificação
Das Aulas

Em Suporte Digital

Anexo G – Questionário



INSTITUTO PIAGET
Campus Universitário de Viseu
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares (I.S.E.I.T.) / Viseu
Decreto-lei N.º 211/96 de 18 de Novembro

Questionário

1. Sexo (assinale com um **x**)

Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Idade: _____

3. Habilitações literárias (assinale com um **x**):

1º Ciclo do ensino Básico	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário	<input type="checkbox"/>

4. Que idade tinha quando começou a estudar um instrumento?

5. O que te levou a estudar música?

6. Qual o principal objetivo quando começou a estudar música?



7. Como avalia o grau de apoio fornecido, enquanto estudante (assinale com um x):

	Nenhum	Pouco	Bastante	Muito
Pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Professor (es) de Instrumento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Classes de Conjunto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Gosta de tocar a solo ou prefere tocar em conjunto? Porquê?

9. Quais são as suas perspetivas com a aprendizagem do trompete (coloca por ordem numérica das mais importantes para as menos importantes para ti):

1. Aprender um instrumento; _____
2. Desenvolver a prática de música em conjunto; _____
3. Tocar diferentes estilos musicais; _____
4. Desenvolver o meu interesse para criar e desenvolver novos arranjos musicais; _____
5. Realizar concertos e intercâmbios; _____
6. Participar em concertos e estágios; _____



10. Que importância tem rotina diária do estudo do instrumento?

11. O trabalho individual realizado na disciplina de instrumento melhora o nível do trabalho coletivo? E porquê?

12. Que contributos dão os concertos aos alunos para o seu desenvolvimento individual?

13. Se pode-se alterar alguma coisa no ensino da disciplina do trompete, qual é que alterava e porquê?

Muito obrigado pela sua colaboração prestada no preenchimento deste questionário

